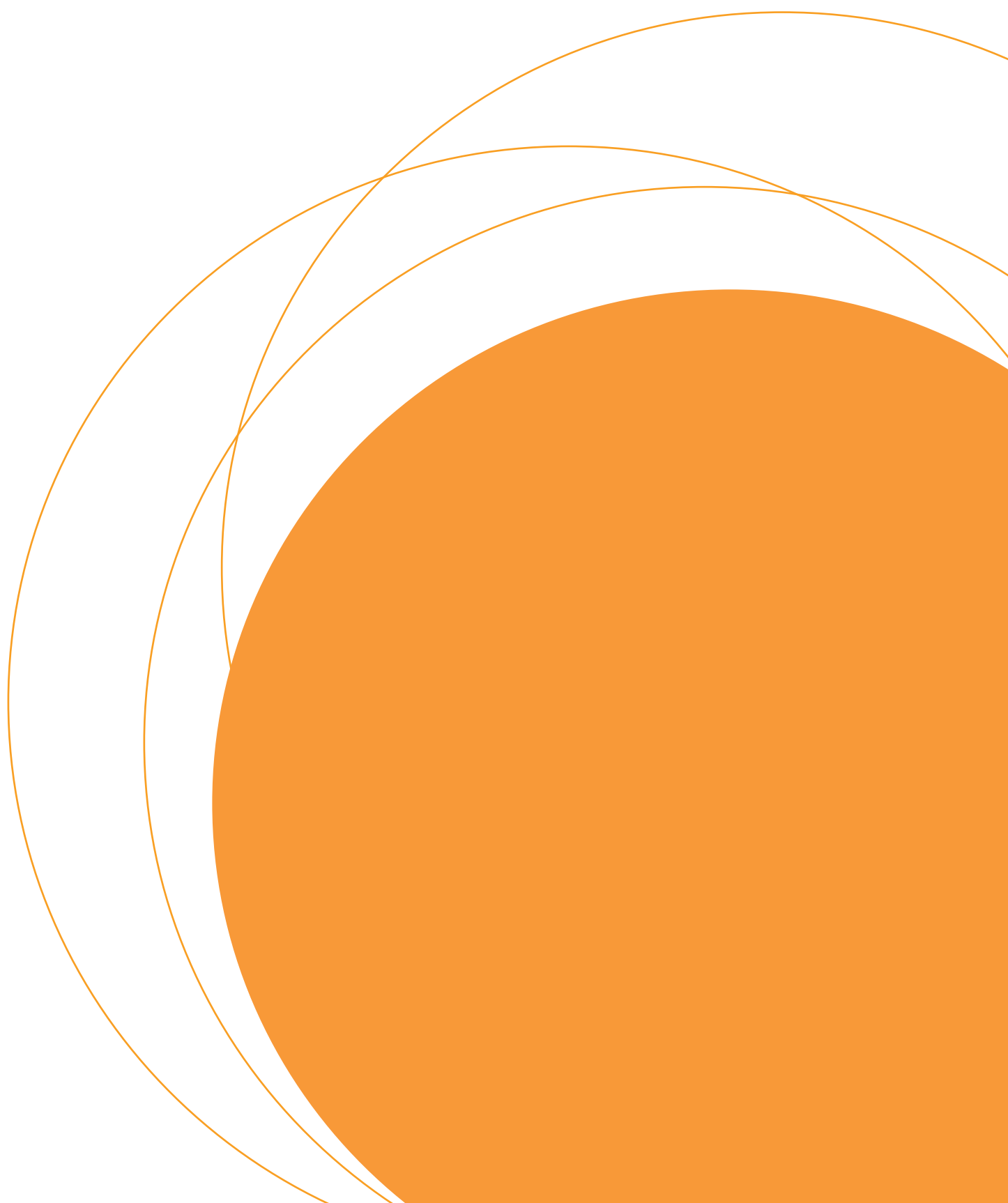
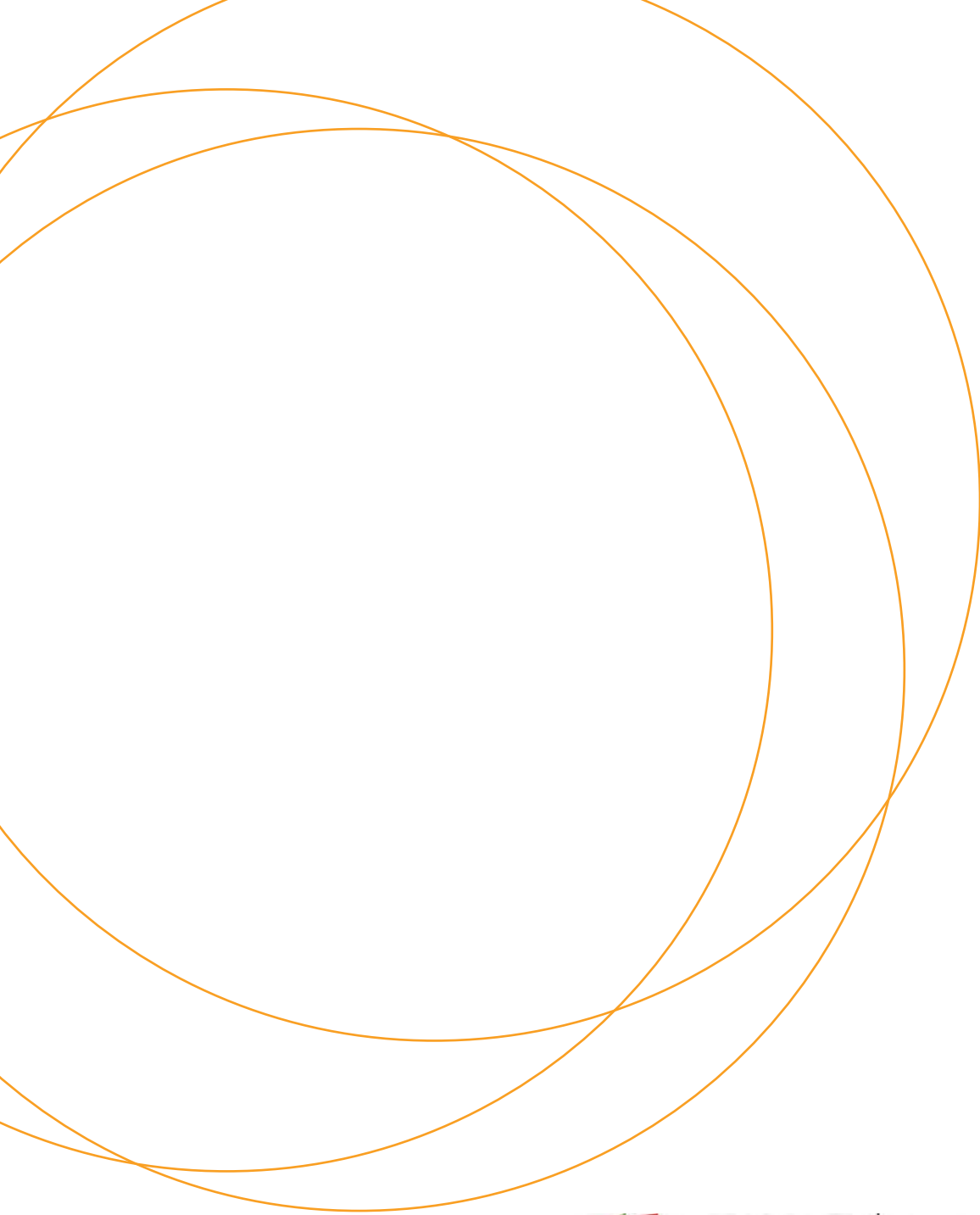


ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO 2014





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
E CIÊNCIA



FICHA TÉCNICA

RESPONSABILIDADE

Comissão de Acompanhamento da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento

Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P

CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral

Direção-Geral da Educação

Plataforma Portuguesa das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento

REDAÇÃO

La Salete Coelho

Colaboração: Jeni Martins e Tânia Neves

Consultoria Informática: Manuela Coelho

Gabinete de Estudos para a Educação e o Desenvolvimento (GEED)

Escola Superior de Educação - Instituto Politécnico de Viana do Castelo (ESE-IPVC)

ÍNDICE

A – SUMÁRIO EXECUTIVO	5
B – OBJETIVOS DO RELATÓRIO.....	9
C – METODOLOGIA.....	10
D – COBERTURA DAS MEDIDAS.....	16
OBJETIVO 1	16
OBJETIVO 2	21
OBJETIVO 3	26
OBJETIVO 4	30
LEITURA DE DADOS POR OBJETIVO.....	36
LEITURA DE DADOS POR TIPOLOGIA DE ATIVIDADE	42
OBJETIVO 5	46
OBJETIVO 6	48
E - APRESENTAÇÃO DE DADOS POR CRITÉRIO	51
CONTEÚDOS.....	51
PARCERIAS.....	53
PÚBLICOS.....	54
ENTIDADES FINANCIADORAS	59
COBERTURA GEOGRÁFICA	63
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	67
G – ANEXOS	76
ANEXO 1	77
ANEXO 2	82
ANEXO 3	85
ANEXO 4	86
ANEXO 5	88

LISTA DE SIGLAS

ACEP - Associação para a Cooperação Entre os Povos (ONGD)

ACM - Alto Comissariado para as Migrações, I.P.

ADPM - Associação de Defesa do Património de Mértola (ONGD)

ADRA - Associação Adventista para o Desenvolvimento, Recursos e Assistência (ONGD)

AEd'A – Associação Equipa d'África

AIDGLOBAL - Ação e Integração para o Desenvolvimento Global (ONGD)

APA - Agência Portuguesa do Ambiente

APEDI - Associação de Professores para a Educação Intercultural

APF - Associação para o Planeamento da Família (ONGD)

ARIPSE - Associação de Reflexão e Intervenção na Política Educativa das Escolas Superiores de Educação

ASPEA - Associação Portuguesa de Educação Ambiental

CAD - Comité de Ajuda ao Desenvolvimento

CE - Comissão Europeia

CEAUP - Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (ONGD)

CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral (ONGD)

CIG - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género

CICL - Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P

CNE - Conselho Nacional de Educação

CNJ - Conselho Nacional da Juventude

CNJP - Comissão Nacional Justiça e Paz

CNU - Comissão Nacional da UNESCO

CPADA - Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente

CPR - Conselho Português para os Refugiados

DGE - Direção-Geral da Educação

ED - Educação para o Desenvolvimento

ENED - Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento

ESE - Escola Superior de Educação

ESE-IPBç - Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança

ESE-IPCB - Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Castelo Branco

ESECS-IPLeiria - Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria

ESE-IPLx - Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Lisboa

ESE-IPP - Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto
ESE-IPPg - Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Portalegre
ESE-IPVC - Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo
FCG - Fundação Calouste Gulbenkian
FEC - Fundação Fé e Cooperação (ONGD)
FGS - Fundação Gonçalo da Silveira (ONGD)
GEED - Gabinete de Estudos para a Educação e Desenvolvimento
GENE - Global Education Network Europe
IMVF - Instituto Marquês de Valle Flôr (ONGD)
IP - Instituição Pública
IPDJ - Instituto Português do Desporto e da Juventude
ISU - Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitária (ONGD)
MaS – Mundo a Sorrir
NUTS - Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins Estatísticos
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ODM - Objetivos de Desenvolvimento do Milénio
ONGD - Organização Não Governamental para o Desenvolvimento
OSC - Organização da Sociedade Civil
PA - Plano de Ação
PPONGD - Plataforma Portuguesa das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento
RostoSol - Rosto Solidário (ONGD)
SOLSEF - Sol sem Fronteiras (ONGD)
SOPRO – Solidariedade e Promoção (ONGD)
UCCLA – União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa
UE - União Europeia
VIDA - Voluntariado Internacional para o Desenvolvimento Africano (ONGD)
WACT - We Are Changing Together (ONGD)

A – SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente relatório de acompanhamento da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED) diz respeito ao ano de 2014 e é um dos mecanismos estipulados no dispositivo de acompanhamento e avaliação da ENED, da responsabilidade da Comissão de Acompanhamento. A Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (ESE-IPVC), de acordo com um contrato-programa celebrado entre a citada entidade e o Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. (CICL), é uma das intervenientes no processo de planeamento, acompanhamento e avaliação da ENED, apoiando a Comissão de Acompanhamento.

Com as informações, conclusões e recomendações plasmadas no relatório pretende-se fornecer dados e fundamentos de reflexão aos atores de ED e ao público em geral que tenham interesse na ENED, a nível local, regional e internacional.

A metodologia de recolha de dados do presente relatório sofreu ligeiras alterações, decorrentes da existência de uma base de dados anterior resultante do processo de Planificação de 2014. Assim, foram enviadas, a todas as instituições envolvidas no processo da referida planificação, as respetivas informações, no sentido de estas confirmarem a execução total ou parcial do que estava previsto ou de informarem da sua não execução. Para as instituições não envolvidas no processo de planificação anteriormente referido, foram enviadas grelhas de recolha de dados para serem preenchidas, na continuidade dos anos anteriores.

No presente relatório verificou-se um aumento no número de atividades reportadas: foram recebidos mais 14 inquéritos/grelhas com informação relevante sobre atividades/projetos realizados.

Receberam-se respostas das quatro instituições constituintes da Comissão de Acompanhamento da ENED, das nove demais instituições subscritoras do Plano de Ação da ENED, de 34 ONGD registadas na Plataforma Nacional e de oito Escolas Superiores de Educação. Comparativamente ao relatório anterior, podemos verificar que o panorama é idêntico, podendo, no total, contar-se mais uma entidade face ao ano anterior. De salientar que se verificou a manutenção de todos os atores das entidades subscritoras do PA da ENED. Relativamente às ESE e às ONGD, apesar dos números se manterem muito idênticos, houve uma ligeira alteração dos atores tendo havido algumas organizações a sair e outras a entrar no processo.

Foram reportados 41 (32%) projetos de ED (mais 8 do que ano anterior), 27 (21%) atividades inseridas noutro tipo de projetos e 59 atividades pontuais (mais 4 do que no

ano anterior), não inseridas em nenhum projeto, representando estas 47% das grelhas preenchidas, de um total de 127 (mais 14 do que em 2013).

À semelhança do ano transato, os objetivos 2 (educação formal) e 4 (sensibilização e influência política) são os que apresentam a maior cobertura de atividades, sendo o objetivo 1 aquele que apresenta o menor número de atividades.

No objetivo 1 (capacitação e diálogo institucional), há a destacar face ao relatório anterior: um aumento considerável relativamente à existência de projetos de ED, de 4 para 10, sobretudo no que respeita às entidades subscritoras do PA da ENED (de 0 para 4). Verifica-se um aumento de atividades inseridas noutro tipo de projeto (de 1 para 3) e uma diminuição das atividades não inseridas em projetos (de 17 para 11), dentro deste objetivo de capacitação das entidades públicas e das organizações da sociedade civil. De realçar que as entidades subscritoras da ENED são as que reportam mais atividades neste objetivo. No objetivo 2, dedicado à educação formal, mantêm-se as tendências relativamente aos projetos de ED (há o aumento de 1 projeto da parte das ONGD). Verifica-se, no entanto, as seguintes alterações: a diminuição de atividades inseridas noutro tipo de projetos (de 8 para 4) e o aumento das atividades não inseridas em projeto (de 16 para 23). De salientar que as ONGD são a tipologia de entidade que mais dados apresenta para este objetivo e que este é o objetivo para o qual as ESE mais contribuem. O objetivo 3, referente à educação não formal, revela também um aumento do número de projetos (de 7 para 11), regressando-se aos valores de 2013. Verifica-se ainda um aumento dos valores das atividades inseridas noutro tipo de projeto e uma diminuição dos valores das atividades não inseridas em projeto. A predominância das ONGD enquanto atores privilegiados neste objetivo mantêm-se. O objetivo 4 está direcionado para atividades de sensibilização e influência política, sendo que as quatro primeiras medidas nos remetem para a sensibilização e as quatro últimas para a influência política. Face a esta objetivo, pode concluir-se que houve uma diminuição no número de projetos reportados – de 12 para 10 projetos, regressando-se aos valores de 2013. Verifica-se ainda uma diminuição das atividades inseridas noutro tipo de projeto. Em sentido contrário, observa-se um aumento do número de atividades não inseridas em projetos reportadas (nesta tipologia, passa-se de 11 para 18). Mantém-se e reforça-se o papel das ONGD na execução de atividades/projetos neste objetivo.

Foi ainda realizada uma análise por critérios específicos: temáticas, parcerias, públicos, entidades financiadoras e distribuição geográfica.

Ao nível das temáticas ou conteúdos analisados, manteve-se a categorização do relatório anterior: temáticas mais trabalhadas, com mais de 60 referências, temáticas mediantemente trabalhadas (entre 30 a 60 referências) e temáticas menos trabalhadas, até 30 referências. Os grupos sofreram apenas ligeiras alterações, mantendo-se os temas do desenvolvimento, educação e direitos humanos como os mais referidos.

Conclui-se, a exemplo do ano anterior, que existe uma prática generalizada de trabalho em parceria, uma vez que 77% (menos 3% do que no ano anterior) dos projetos são realizados em parceria, na linha do verificado no relatório anterior.

Relativamente aos públicos, mantém-se a predominância dos seguintes públicos:

- Objetivo 1 – Entidades públicas, OSC e jovens;
- Objetivo 2 – Professores, alunos dos três níveis de ensino (básico, secundário e universitário) e comunidade escolar;
- Objetivo 3 – Estudantes e agentes educativos;
- Objetivo 4 – População em geral e decisores técnicos e políticos.

Analisando as entidades financiadoras, e note-se que se refere à frequência de referência e não ao valor do financiamento, verifica-se, nos três tipos de instituições, que, geralmente, o financiamento das atividades é misto, ou seja, provém de diversas entidades financiadoras e não de apenas de uma. Mantém-se a predominância da rubrica “fundos próprios” em todo o tipo de entidades, o que significa que grande parte das atividades reportadas é realizada recorrendo em parte ou na totalidade a fundos próprios das instituições. Para além dos fundos próprios convém destacar: o CICL, como entidade financiadora referenciada mais frequentemente, a União Europeia, as entidades de ensino, as autarquias, as fundações, “outras entidades públicas” e “outros nacional”. De salientar que diversas categorias existentes anteriormente não tiveram referências no ano de 2014.

Face à distribuição geográfica das atividades, mantém-se claro que esta se encontra relacionada com a existência de atores na mesma região, com preponderância para a região de Lisboa, nos casos das entidades subscritoras do PA e das ONGD. De salientar o valor significativo do somatório das atividades integradas nas categorias “nacional” e “internacional” e o papel das ESE enquanto atores de descentralização, através da sua maior dispersão geográfica.

Das atividades transversais de planificação, acompanhamento e avaliação da ENED, foram levados a cabo, durante o ano de 2014: um exercício de planificação anual (2014), um relatório de acompanhamento (2013), três encontros entre as entidades

subscritoras do Plano de Ação da ENED (mais um do que o previsto) e 12 reuniões da Comissão de Acompanhamento.

No ano de 2014, realizou-se o I Fórum de ED, na Sala do Senado da Assembleia da República, dedicado ao tema “A importância do exercício da cidadania global”, o que permitiu um maior debate político sobre a ED e contribuiu para estreitar os laços entre as várias entidades subscritoras do Plano de Ação e destas com os decisores políticos. No Fórum foi ainda lançado o relatório do *Peer-Review* do GENE, culminar do processo realizado durante o ano de 2013.

B – OBJETIVOS DO RELATÓRIO

O principal objetivo do presente relatório, no seguimento dos relatórios dos anos anteriores, é o de monitorizar a execução da ENED em Portugal, no ano de 2014.

Este objetivo geral desdobra-se em diversos objetivos específicos:

- identificar as medidas que estão a ser cobertas e as que não estão a ser cobertas pelas atividades em curso;
- reconhecer os principais atores que intervêm na área de ED em Portugal.
- identificar os públicos-alvo das atividades de ED;
- identificar as temáticas a serem trabalhadas pelas organizações;
- identificar as áreas geográficas de maior e de menor intervenção;
- identificar as principais entidades financiadoras das atividades da ENED;
- obter uma perspetiva evolutiva face ao relatório dos anos anteriores;
- refletir criticamente sobre os resultados, permitindo formular conclusões e recomendações.

Para além destes objetivos específicos que se pretendem alcançar, também se considera que o relatório anual é um passo importante para:

- analisar o processo de planeamento, acompanhamento e monitorização da ENED, permitindo o ajuste do mesmo;
- contribuir para a avaliação do mecanismo de avaliação da ENED.

C – METODOLOGIA

O presente relatório surge num momento fundamental para a ENED, uma vez que surge no último ano previsto para a sua execução e no ano em que se iniciará o processo da sua avaliação final.

Desta forma, e para que o presente relatório ainda pudesse ser utilizado neste processo de avaliação final, apressaram-se os prazos normais de recolha de dados, fazendo todo o processo nos meses de fevereiro e até meados de março.

A metodologia de recolha de dados do presente relatório também sofreu alterações, decorrentes da urgência dos prazos, bem como da existência de uma base de dados anterior resultante do processo de Planificação de 2014. Assim, foram enviadas, a todas as instituições envolvidas no processo da referida planificação, as respetivas informações, no sentido de estas confirmarem a execução total ou parcial do que estava previsto ou de informarem da sua não execução. Para as instituições não envolvidas no processo de planificação anteriormente referido, foram enviadas grelhas de recolha de dados para serem preenchidas.

Receberam-se respostas das quatro instituições constituintes da Comissão de Acompanhamento da ENED¹, das nove demais instituições subscritoras do Plano de Ação da ENED² e de oito Escolas Superiores de Educação^{3,4}.

A exemplo dos relatórios dos anos anteriores, foram contactadas as organizações registadas na Plataforma Portuguesa das ONGD, membro da Comissão de Acompanhamento, para que se possa ter uma visão mais completa do trabalho realizado na área da ED em Portugal, uma vez que estas são uma das grandes promotoras do trabalho nesta área.

Manteve-se a opção por não alargar a recolha de dados a outros atores, para manter alguma homogeneidade na recolha dos dados.

Ficou ainda definido que, a exemplo dos relatórios anteriores, os dados do CICL, enquanto financiador de projetos e atividade de ED, dinamizador da ENED e

¹ O CICL, o Ministério da Educação, através da DGE, a Plataforma Portuguesa das ONGD e a ONGD CIDAC (apesar de ser um dos elementos da Comissão de Acompanhamento e de ser uma instituição subscritora do Plano de Ação da ENED, o CIDAC aparece listado como ONGD e os seus dados são tratados nessa qualidade).

² APA - Agência Portuguesa do Ambiente; ACIDI - Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural, atual ACM – Alto Comissariado para as Migrações; CIG - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género; Comissão Nacional da UNESCO; Instituto Português do Desporto e da Juventude; APEDI - Associação de Professores para a Educação Intercultural; ASPEA – Associação Portuguesa de Educação Ambiental; Comissão Nacional Justiça e Paz e Conselho Nacional da Juventude.

³ De Bragança, Castelo Branco, de Leiria, de Lisboa, de Portalegre, do Porto, Santarém e de Viana do Castelo. Recorde-se que a ARIPESE (associação representativa das Escolas Superiores de Educação públicas) assinou o Plano de Ação, tendo, no entanto, delegado os contactos diretamente nas ESE.

⁴ Para lista completa dos participantes no relatório, ver anexo 2.

participante em redes e organizações europeias e internacionais na matéria, seriam apresentados numa secção específica para o mesmo.

Foram contactadas 65 ONGD registadas na Plataforma nacional acima, tendo sido possível recolher respostas de 34 organizações (52%)⁵. Seis instituições (9%) informaram que não realizaram atividades de ED e 28 (43%) foram respostas positivas, com o envio dos seus dados para tratamento.



No total, estiveram envolvidas diretamente no processo de elaboração do relatório 48 entidades (entidades da CA, 9 restantes entidades subscritoras do PA da ENED, 28 ONGD e 8 ESE)⁶.

Comparativamente ao relatório anterior, podemos verificar que o panorama é idêntico, podendo, no total, contar-se mais uma entidade face ao ano anterior. De salientar que se verificou a manutenção de todos os atores das entidades subscritoras do PA da ENED. Relativamente às ESE e às ONGD, apesar dos números se manterem muito idênticos, houve uma ligeira alteração dos atores tendo havido algumas organizações a sair e outras a entrar no processo.

Mantemos a certeza de que existem outras instituições que trabalham em ED mas que não se encontram dentro da tipologia de entidades que definimos para o presente relatório.

⁵ Para mais informações consultar Anexo 2.

⁶ Para a lista completa dos participantes no relatório, ver Anexo 2.

Relativamente à participação das ESE, foi mantido o contacto próximo com quase todas, tendo-se reforçado a participação da ESE de Bragança.

Em termos gerais é notório que quando os contactos são demasiado assentes numa pessoa individualizada nas organizações e o processo de institucionalização é mais fraco, o risco de se perder a participação da entidade é maior, uma vez que saindo a pessoa de contacto, consequentemente também se perde a entidade.

No processo de recolha dos dados, realizado através do envio da base de dados relativo ao processo de Planificação do ano de 2014, seguiu-se a estrutura dos anos transatos, para se permitir a comparabilidade dos dados:

Secção 1 – Instituição Pergunta 1 – Nome da instituição Pergunta 2 – Tipo de instituição
Secção 2 – Atividade Pergunta 3 – Tipo de atividade (inserida ou não em projeto de ED ou outro) Pergunta 4 – Nome do projeto/atividade; enumeração das atividades do projeto
Secção 3 – Objetivo, Medidas e Tipologias das Atividades Pergunta 5 – Objetivo - Medidas e tipologias
Secção 4 – Conteúdos Pergunta 6 – Temáticas
Secção 5 – Promotores e parcerias Pergunta 7 – Entidade Promotora Pergunta 8 – Entidades Parceiras
Secção 6 – Públicos-alvo Pergunta 9 – Públicos-alvo
Secção 7 – Custos, financiadores e cronograma Pergunta 10 – Custo do projeto/atividade Pergunta 11 – Financiadores Pergunta 12 – Calendário do projeto/atividade
Secção 8 – Dados geográficos Pergunta 13 – Âmbito geográfico do projeto/atividade - Local
Secção 9 – Outras informações Pergunta 14 – Comentário final

Mantém-se o difícil acesso a algumas organizações não-governamentais, ficando por esclarecer se isto se deve a contactos desatualizados, à sobrecarga de trabalho, o que deixa pouco tempo para este tipo de tarefas, ou à falta de reconhecimento das próprias instituições relativamente ao tema. A demora sentida nas respostas das instituições, o que motivou a persistência nos contactos e a ultrapassagem dos prazos inicialmente estabelecidos, continua a verificar-se.

O tratamento dos dados foi feito em dois momentos distintos, à semelhança dos relatórios anteriores:

- numa primeira fase, fez-se a análise das atividades realizadas e da sua alocação às tipologias, medidas e objetivos, de forma a poder ter-se uma visão global sobre quais estavam a ser atingidas e quais não estavam;
- numa segunda fase, analisaram-se os dados segundo critérios pré-definidos nos Termos de Referência deste relatório: distribuição geográfica, grupos-alvo, temáticas, entidades financiadoras e parcerias.

Comparando o presente relatório com o relativo a 2013, podemos afirmar que se mantêm os principais aspetos, dos quais gostaríamos de salientar:

- a divisão da recolha dos dados por tipologia de instituições, com a qual se obteve o seguinte gráfico, onde observamos que, das instituições que responderam ao inquérito, 14 são públicas (30%) e 32 são privadas sem fins lucrativos (70%), mantendo-se, em termos gerais, a situação verificada no ano anterior⁷ (31% públicas e 69% privadas sem fins lucrativos);



- a organização dos dados por três tipologias de “entrada” assentou em: reporte de projeto de Educação para o Desenvolvimento, reporte de atividades inseridas noutro tipo de projetos e reporte de atividades não inseridas em qualquer tipo de projeto. Como este já é o terceiro ano em que a recolha de dados é feita deste modo, podem realizar-se comparações mais seguras e não apenas por tendências.

⁷ Para uma leitura comparativa com 2013, consultar o gráfico da página 12 do Relatório de Acompanhamento 2013.

Atente-se no gráfico seguinte, que fornece informação relevante sobre a tipologia das atividades recolhidas:



Pela observação do gráfico, pode verificar-se que foram reportados 41 (32%) projetos de ED (mais 8 do que ano anterior), 27 (21%) atividades inseridas noutra tipo de projetos e 59 atividades avulsas (mais 4 do que no ano anterior), não inseridas em nenhum projeto, representando estas 47% das grelhas preenchidas, de um total de 127 (mais 14 do que em 2013)⁸.

Este ano, e pela especificidade do processo de recolha de dados, pode-se acrescentar um dado novo, comparando os dados da planificação com os do relatório de execução. Analisando estes dados, conclui-se que das 140 grelhas preenchidas e enviadas:

- 96 se referiam a atividades/projetos realizados;
- 6 a atividades/projetos parcialmente realizadas;
- 9 a atividades não previstas mas realizadas;
- 9 foram introduzidas por entidades que não tinham pertencido ao processo de planificação;
- e 13 reportaram a impossibilidade de cumprir algo previsto durante o processo da planificação.

Apenas não conseguimos obter informação credível sobre este ponto em 7 registos.

⁸ Para uma leitura comparativa com 2013, consultar o gráfico da página 13 do Relatório de Acompanhamento 2013.

O relatório passou por diversas fases de elaboração e de validação. A primeira foi pela Comissão de Acompanhamento. Posteriormente, foi validado em encontros com os principais atores envolvidos na recolha dos dados.

A exemplo do ano transato, foram estabelecidos os Termos de Referência que enquadram o que é esperado do presente relatório anual de acompanhamento da ENED. Estes encontram-se apresentados em Anexo⁹, constituindo as linhas mestras deste relatório.

Verificou-se, na prática, à semelhança dos relatórios anteriores, que o próprio processo de elaboração dos relatórios anuais - desde o contacto com as instituições, à recolha de dados, ao seu tratamento e interpretação e à redação final – tem permitido um processo de aprendizagem a ser tido em conta no processo de avaliação e nas decisões a tomar relativas ao futuro da ENED.

⁹ Anexo 1.

D – COBERTURA DAS MEDIDAS

Em seguida, apresenta-se cada objetivo, respetivas medidas e tipologias de atividade, seguidos pelo mapeamento dos dados recolhidos, ao nível da tipologia de atividade.

OBJETIVO 1

Promover a capacitação das entidades públicas e das organizações da sociedade civil relevantes enquanto atores de ED e criar dinâmicas e mecanismos de diálogo e de cooperação institucional.

Medida 1.1. Aumento e diversificação do perfil dos agentes capacitados para promover ações de ED de qualidade.

1.1.1 Criação das condições para a constituição de sistemas de reconhecimento pelos pares de módulos de capacitação em ED

1.1.2 Promoção de ações de capacitação sobre ED, formas de intervenção e questões metodológicas implicadas na conceção, no acompanhamento e na avaliação de ações, projetos e programas de ED

1.1.3 Incentivo à introdução da ED na missão e nas perspetivas estratégicas das entidades públicas e da sociedade civil

	2014		
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
1.1.1	IPDJ	ESE-IPVC	FGS SOPRO
1.1.2	PPONGD	ESE-IPVC	GRAAL FGS OIKOS SOPRO
1.1.3	ASPEA IPDJ	ESE-IPVC	FGS IMVF SOPRO

Medida 1.2. Criação de espaços e de condições para o aprofundamento concetual, temático e metodológico da ED.

1.2.1 Organização de seminários, conferências, debates sobre conceitos, temáticas e metodologias associadas à ED

1.2.2 Produção e apoio à produção de artigos e ensaios de reflexão sobre conceitos e metodologias associadas à ED

	2014		
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
1.2.1	ASPEA PPONGD	ESE-IPVC ESE-IPP	GRAAL CEAUP FGS IMVF SOPRO
1.2.2	ASPEA	ESE-IPVC	GRAAL FGS OIKOS IMVF SOPRO

Medida 1.3. Disponibilização de informação relevante, bem como de dispositivos pedagógicos e de instrumentos de apoio à ED.

1.3.1 Reforço dos centros de recursos educativos existentes na área da ED

1.3.2 Incentivo à criação de dispositivos de informação sobre a intervenção em ED em Portugal

	2014		
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
1.3.1	ASPEA APA	ESE-IPVC	FGS CIDAC SOPRO
1.3.2	ASPEA	ESE-IPVC	FGS CIDAC OIKOS IMVF SOPRO

Medida 1.4. Criação de oportunidades e condições para a investigação e produção de conhecimento relevante para a capacitação dos atores de ED.

1.4.1 Promoção de trabalhos de produção de conhecimento sobre a ED, envolvendo iniciativas conjuntas de instituições de ensino superior e organizações da sociedade civil

	2014		
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
1.4.1	ASPEA PPONGD	ESE-IPVC	FGS CEAUP SOPRO

Medida 1.5. Estruturação de oportunidades regulares de aprofundamento da reflexão e partilha de experiências, informação, metodologias e recursos pedagógicos entre organizações.

1.5.1 Organização de encontros entre organizações pares e encontros temáticos entre instituições públicas e organizações da sociedade civil

	2014		
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
1.5.1	ASPEA APA PPONGD CIG	ESE-IPVC	FGS IMVF

Medida 1.6. Implementação de mecanismos de consulta e participação no desenho e avaliação dos instrumentos de política na área da ED.

1.6.1 Identificação e criação de mecanismos de participação de representantes reconhecidos da sociedade civil no quadro dos instrumentos de concepção, tomadas de decisão e avaliação de políticas na área da ED

2014			
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
1.6.1	ASPEA CIG	ESE-IPVC	SOPRO

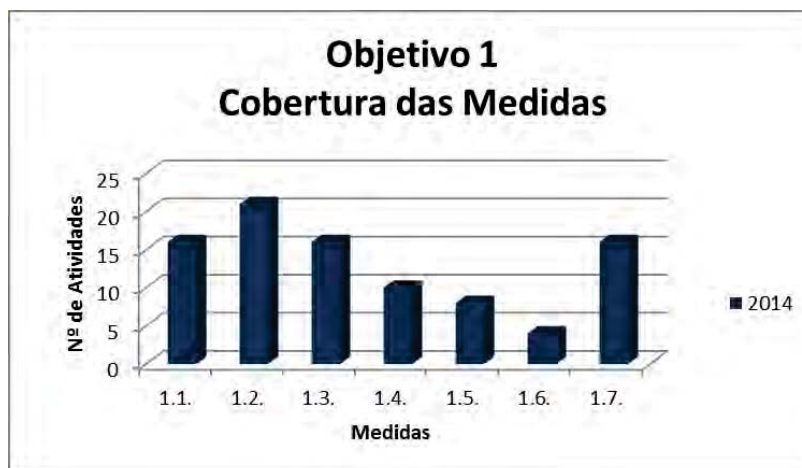
Medida 1.7. Alargamento do intercâmbio e reforço das relações entre organizações a nível nacional e internacional.

1.7.1 Organização de seminários, conferências, debates tendo por vocação o incentivo à troca de experiências entre organizações

1.7.2 Apoio e incentivo à participação de atores europeus e de países da CPLP em iniciativas de troca de experiências sobre ED

2014			
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
1.7.1	ASPEA ACM	ESE-IPVC ESE-IPP	FGS CEAUP IMVF SOPRO
1.7.2	ASPEA PPONGD	-----	FGS IMVF SOPRO

Pelo tratamento dos dados apresentados acima, podemos encontrar os seguintes resultados face às medidas do objetivo 1¹⁰:



Da leitura do gráfico anterior, pode-se verificar que, no objetivo em análise, apesar de se manterem as tendências gerais, se encontram algumas alterações: as medidas que estão menos cobertas e, portanto, a necessitar de maior atenção, continuam a ser as 1.4, 1.5 e 1.6, que se referem, respetivamente, à investigação e produção de conhecimento relevante para a capacitação dos atores de ED, à criação de oportunidades regulares de aprofundamento da reflexão e partilha de experiências, informação, metodologias e recursos pedagógicos entre organizações e a mecanismos de consulta e participação no desenho e avaliação dos instrumentos de política na área da ED.

De realçar, face ao ano anterior:

- o aumento dos valores reportados nas medidas do objetivo 1 (de 85 referências para 91);
- a alteração na medida mais coberta deste primeiro objetivo, que deixa de ser a 1.1, ligada à formação de agentes de ED e passa a ser a 1.2., disponibilização de informação sobre a ED. Esta medida tinha sofrido uma diminuição assinalável no relatório de 2013, quando comparado com os anos anteriores, o que parece indicar que recuperou os seus valores anteriores;
- a manutenção das referências à medida 1.3 (que até ao ano de 2013 era pouco expressiva);

¹⁰ Para uma leitura comparativa com 2013, consultar o gráfico da página 19 do Relatório de Acompanhamento 2013.

- o ligeiro decréscimo das atividade de organização e dinamização de momentos de troca de experiências sobre ED, quer a nível nacional como a nível internacional (1.7), tendência que já verificava no relatório do ano anterior.

OBJETIVO 2

Promover a consolidação da ED no setor da educação formal em todos os níveis de educação, ensino e formação, contemplando a participação das comunidades educativas.

Medida 2.1 Integração da ED na formação inicial que profissionaliza para a função docente.

2.1.1 Identificação de módulos existentes sobre ED na formação inicial de educadores e professores

2.1.2 Conceção, realização e avaliação de módulos sobre ED na formação inicial de educadores e professores

	2014		
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
2.1.1	-----	ESE-IPVC ESE-IPLx ESE-IPP ESE- IPBç ESE-IPPg ESE-IPCB	-----
2.1.2	-----	ESE-IPVC ESE-IPLx ESE-IPP ESE-IPBç ESE-IPCB	-----

Medida 2.2. Elaboração de materiais de orientação pedagógica para profissionais de educação e formação e outros agentes educativos e desenvolvimento de materiais didáticos que apoiem a realização de projetos e intervenções educativas de ED.

2.2.1 Elaboração de materiais de orientação pedagógica sobre ED dedicados aos educadores e professores dos vários níveis e ciclos de ensino e educação

2.2.2 Elaboração, divulgação e disponibilização de materiais didáticos e projetos elaborados por entidades diversas

	2014		
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
2.2.1	CNU DGE	ESE-IPVC ESE-IPPg	CIDAC AIDGLOBAL FEC VIDA FGS IMVF UCCLA
2.2.2	CNU ASPEA	ESE-IPVC ESE-IPLx	ADPM CIDAC VIDA FGS Monte IMVF UCCLA

Medida 2.3. Promoção de trabalho colaborativo entre os estabelecimentos de educação e ensino e formação e entidades públicas e privadas que intervêm em ED.

2.3.1 Promoção de projetos colaborativos de ED no setor da Educação Formal

2.3.2 Promoção a nível regional do registo de ações e projetos envolvendo estabelecimento de ensino e educação e atores de ED públicos ou privados

2.3.3 Promoção ao nível regional do registo de encontros envolvendo estabelecimento de ensino e educação e atores de ED público ou privados

	2014		
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
2.3.1	CNU APA DGE	ESE-IPLx ESE-IPVC	CEAUP FEC CIDAC FGS AEd'A SolSef UCCLA
2.3.2	CNU ASPEA	ESE-IPLx ESE-IPP	AEd'A UCCLA
2.3.3	CNU	ESE-IPP	AIDGLOBAL UCCLA

Medida 2.4. Desenvolvimento da formação contínua para profissionais de educação e formação e outros agentes educativos, e sensibilização dos e das responsáveis pela gestão dos agrupamentos de escolas e junto das comunidades educativas.

2.4.1 Conceção, realização e avaliação de módulos de formação contínua de educadores e professores

	2014		
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
2.4.1	APEDI CIG DGE	ESE-IPVC ESE-IPPg	AIDGLOBAL FEC UCCLA

Medida 2.5. Promoção de trabalho de investigação sobre ED nas instituições de ensino superior em relação com pares internacionais do Norte e do Sul.

2.5.1 Promoção de trabalhos de investigação sobre ED, de preferência com participação internacional

	2014		
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
2.5.1	-----	ESE-IPLx ESE-IPP	FGS CEAUP

Medida 2.6. Criação de condições para a afirmação das escolas e agrupamentos como organizações de educação para a cidadania que inclua a dimensão do desenvolvimento.

2.6.1 Promoção de reflexão sobre a dimensão da Educação para a Cidadania Global dos projetos educativos das escolas e agrupamentos escolares

	2014		
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
2.6.1	CIG APA CNU	ESE-IPP ESE-IPVC ESE-IPLx	AIDGLOBAL CIDAC FGS AEDA IMVF UCCLA

A análise dos dados apresentados acima permite apresentar os seguintes resultados face às medidas do objetivo 2, dedicado à educação formal¹¹:



Neste objetivo mantêm-se algumas tendências, como a clara predominância da medida 2.3, relativa à promoção do trabalho colaborativo entre estabelecimentos de educação e outras entidades públicas e da sociedade civil, e o menor relevo das medidas 2.1., 2.4, 2.5 e 2.6. No entanto, há aspetos a salientar:

- a diminuição do número de referências relativas às medidas do objetivo 2 (de 113, no ano anterior, para 95, no presente relatório);
- a diminuição da medida 2.1, que se refere à integração da ED na formação inicial de docentes e que no relatório anterior tinha revelado um franco aumento;
- a diminuição da medida 2.2, relativa à elaboração e divulgação de materiais pedagógicos;

As medidas 2.4 e 2.6, referentes a atividades como a formação contínua para profissionais de educação e a criação de condições para a afirmação das escolas e agrupamentos como organizações de educação para a cidadania que inclua a dimensão do desenvolvimento, veem os seus valores diminuídos. A medida 2.5 mantém-se a medida do objetivo 2 com o menor número de iniciativas reportadas em 2014, evidenciando a necessidade do reforço de trabalhos de investigação em ED nas instituições de ensino superior.

¹¹ Para uma leitura comparativa com 2013, consultar o gráfico da página 23 do Relatório de Acompanhamento 2013.

OBJETIVO 3

Promover o reforço da ED na educação não formal, contemplando a participação de grupos diversos da sociedade portuguesa

Medida 3.1. Promoção do reconhecimento das OSC enquanto importantes dinamizadoras de atividades de educação não formal de ED.

3.1.1 Realização e apoio à divulgação de atividades entre organizações da sociedade civil e entidades públicas

	2014		
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
3.1.1	CNU CNJP CNJ	ESECS-IPL	PAR AIDGLOBAL FEC MaS RostoSol IMVF ORBIS

Medida 3.2 Criação de condições para o incremento das ações de ED em contexto não formal e da sua qualidade.

3.2.1 Criação de iniciativas de promoção da colaboração entre organizações diversas de forma a potenciar a qualidade das ações de ED

3.2.2 Criação de iniciativas que incentivem a promoção de projetos de ED por parte de organizações de juventude

	2014		
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
3.2.1	CNU ASPEA APA CNJ	-----	PAR AIDGLOBAL Batoto MaS FEC RostoSol FGS ISU IMVF ORBIS

3.2.2	CNU CNJP CNJ	-----	PAR Batoto FEC MaS RostoSol IMVF ADRA ORBIS ISU
--------------	--------------------	-------	---

Medida 3.3 Promoção da formação de agentes que desenvolvem atividades de ED e reconhecimento das competências adquiridas através da sua prática formativa.

3.3.1 Organização de ações de capacitação dedicadas a formadores de ED sobre formas de intervenção e questões metodológicas implicadas na conceção, no acompanhamento e na avaliação de ações, projetos e programas de ED

3.3.2 Organização de ações de capacitação sobre o conceito de ED e as diferentes formas de intervenção, em particular a sensibilização e a influência política, dedicadas a jovens, com enfoque nos estudantes de comunicação social

3.3.3 Desenvolvimento de processos que tenham em vista a criação de um modelo de competências formativas na área da ED

2014			
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
3.3.1	CNU ASPEA CNJ	ESE-IPVC	FGS RostoSol CEAUP IMVF ORBIS ISU
3.3.2	CNU CNJ	-----	PAR
3.3.3	CNU CNJ	-----	Batoto MaS ADRA IMVF

Medida 3.4 Promoção da elaboração e divulgação de materiais e recursos educativos de qualidade.

3.4.1 Identificação, divulgação, disponibilização e avaliação de materiais e recursos educativos existentes

	2014		
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
3.4.1	CNU ASPEA	-----	PAR AIDGLOBAL MaS IMVF ADRA

Medida 3.5 Promoção da articulação, troca de experiências e conhecimento mútuo, a nível nacional e internacional, entre atores da educação não formal entre si e destes com a educação formal.

3.5.1 Organização de seminários, conferências, debates tendo por vocação o incentivo ao interconhecimento e a troca de experiências entre atores da educação formal e não formal

3.5.2 Apoio e incentivo à participação de atores europeus, de países do espaço de língua portuguesa e da América Latina em iniciativas de troca de experiências entre atores da educação formal e não formal

3.5.3 Apoio à participação de delegações portuguesas compostas por atores da educação formal e não formal em eventos e redes internacionais de ED

2014			
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
3.5.1	CNU ASPEA CNJ	-----	PAR FEC VIDA IMVF ORBIS
3.5.2	CNU CNJ	-----	PAR Batoto FGS ORBIS
3.5.3	CNJ	-----	PAR MaS IMVF ADRA ORBIS

Os dados apresentados permitem obter a seguinte análise das medidas do objetivo 3, cuja tônica recai sobre a educação não formal¹²:



No presente relatório verifica-se um franco aumento das referências, ao nível das medidas, no objetivo 3, tendo-se passado de 92 referências, no ano de 2013, para 136, no relatório atual, relativo a 2014. No entanto, as tendências gerais da distribuição das referências pelas medidas mantêm-se:

¹² Para uma leitura comparativa com 2013, consultar o gráfico da página 27 do Relatório de Acompanhamento 2013.

- a medida 3.2, relativa ao incremento de atividade de ED em contexto não formal, mantém-se a mais coberta no objetivo 3, registando-se um aumento dos valores absolutos nas atividades reportadas (contrariamente à situação verificada no ano anterior, no qual se verificava um diminuição);

- as medidas 3.1, referente à promoção do reconhecimento das organizações da sociedade civil enquanto importantes dinamizadoras de atividades de educação não formal de ED, e 3.4, referente à promoção de materiais e recursos que, no relatório anterior, mantêm-se como as menos expressivas dentro do objetivo.

Relativamente à formação de agentes de ED, na medida 3.3, a segunda mais expressiva, verifica-se um ligeiro aumento dos valores.

De salientar a franca recuperação do número de atividades da medida 3.5, dedicada à troca de experiências entre educação formal e não formal, a nível nacional e internacional.

OBJETIVO 4

Promover atividades de sensibilização e de influência política implicando a concertação entre atores.

Medida 4.1 Promoção de ações de sensibilização que integrem dispositivos de reflexão e aprendizagem e de partilha das aprendizagens a partir das próprias experiências, no quadro da ED

4.1.1. Campanhas de sensibilização sobre temáticas de ED

4.1.2 Desenvolvimento de metodologias e elaboração de instrumentos que permitam a reflexão e a partilha de aprendizagens a partir de campanhas

4.1.3 Organização de campanhas que utilizam as metodologias e instrumentos que permitam a reflexão e a partilha de aprendizagens

2014			
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
4.1.1	CNJ APA IPDJ	ESE-IPVC	CIDAC FEC APF IMVF ACGB OIKOS FCLx
4.1.2	CNJ	-----	CIDAC FEC Cáritas APF OIKOS FCLx ACEP
4.1.3	CNJ	-----	CIDAC FEC CPR Cáritas ACEP APF

Medida 4.2. Promoção de ações de sensibilização que fomentem as capacidades e competências de concertação entre atores.

4.2.1 Ações de sensibilização de ED desenvolvidas em parceria com experiências registadas

2014			
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
4.2.1	CNJ CIG	-----	CPR APF IMVF OIKOS ACEP

Medida 4.3 Promoção de ações de sensibilização que consolidem a articulação com jornalistas e com os *media*, sejam estes de grande circulação, de alcance local, especializados ou de comunicação digital (blogues, wikis e redes sociais).

4.3.1 Ações de sensibilização de ED com a participação ativa de profissionais da comunicação social

4.3.2 Ações de sensibilização de ED que utilizam privilegiadamente os media

2014			
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
4.3.1	-----	-----	CIDAC CPR IMVF OIKOS ACEP
4.3.2	CNJ APA	ESE-IPVC	CPR ACEP IMVF OIKOS ACEP

Medida 4.4 Promoção da participação em ações de sensibilização de âmbito internacional que permitam ampliar os respetivos impactos.

4.4.1 Participação portuguesa em campanhas internacionais de sensibilização de ED

2014			
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
4.4.1	CNJ	ESE-IPVC	CPR APF IMVF OIKOS

Medida 4.5 Promoção de ações de influência política que integrem dispositivos de reflexão e aprendizagem e de partilha das aprendizagens a partir das próprias experiências, no quadro da ED.

4.5.1 Ações de influência política no quadro da ED

4.5.2 Ações de influência política no quadro da ED com registo de metodologias e produtos elaborados

2014			
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
4.5.1	CNJ	-----	FEC CPR APF OIKOS
4.5.2	CNJ	-----	FEC

Medida 4.6 Promoção de ações de influência política que fomentem as capacidades e competências de concertação entre atores.

4.6.1 Ações de influência política no quadro da ED concebidas, executadas e avaliadas em parceria por conjuntos de atores diversos com a experiência registada

2014			
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
4.6.1	CNJ CIG	-----	FEC APF IMVF OIKOS

Medida 4.7 Promoção de ações de influência política que consolidem a articulação com vários tipos de *media* e jornalistas.

4.7.1 Ações de influência política no quadro da ED que utilizam a colaboração com os profissionais da comunicação social e com os *media*

2014			
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
4.7.1	CNJ	-----	CPR IMVF OIKOS ACEP

Medida 4.8 Promoção de participação em ações de influência política de âmbito internacional que permitam ampliar os respetivos impactos.

4.8.1 Participação portuguesa em ações de influência política no quadro da ED de iniciativa e âmbito internacionais

2014			
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
4.8.1	CNJ	-----	FEC APF IMVF OIKOS

Com os dados recolhidos para o objetivo 4, direcionado para atividades pudemos construir o seguinte gráfico¹³:



O objetivo 4 está direcionado para atividades de sensibilização e influência política, sendo que as quatro primeiras medidas nos remetem para a sensibilização e as quatro últimas para a influência política.

A análise deste gráfico permite-nos observar:

- um aumento do número de referências às medidas do objetivo 1, de 105 em 2013 para 110 em 2014;
- a manutenção da grande preponderância da medida 4.1, referente a informação sobre atividades de promoção de ações de sensibilização, reforçando-se ainda o número absoluto de atividades reportadas;
- a medida 4.3, ligada à sensibilização através da comunicação social, recupera o seu lugar de segunda medida mais coberta que tinha perdido no relatório de 2013, manifestando-se uma diminuição da medida 4.2, que preconiza a “promoção de ações de sensibilização que fomentem as capacidades e competências de concertação entre atores”;
- dentro das medidas de influência política (medidas 4.5, 4.6, 4.7 e 4.8) a medida 4.5, relativa à promoção de ações de influência política, mantém o seu lugar de destaque;
- as medidas 4.4, dedicada à promoção da participação em ações de sensibilização de âmbito internacional que permitam ampliar os respetivos impactos, e 4.7, relativa à promoção de ações de influência política que consolidem a articulação com vários

¹³ Para uma leitura comparativa com 2013, consultar o gráfico da página 32 do Relatório de Acompanhamento 2013.

tipos de *media* e jornalistas, apresentam o mesmo valor de referências (7), sendo as que ocupam o último lugar neste relatório.

LEITURA DE DADOS POR OBJETIVO

Após uma leitura dos dados, medida a medida, julga-se ser importante uma leitura dos dados globais, por objetivo. Afinal, qual(is) o(s) objetivo(s) em que se apostou mais no último ano? Qual(is) o(s) que necessita(m) de maior atenção? Qual a tendência face aos últimos anos?

Iniciamos com uma leitura por número de inquéritos preenchidos¹⁴:



Este gráfico permite-nos perceber que das 127 grelhas recolhidas, relativas às atividades/projetos realizados em 2014:

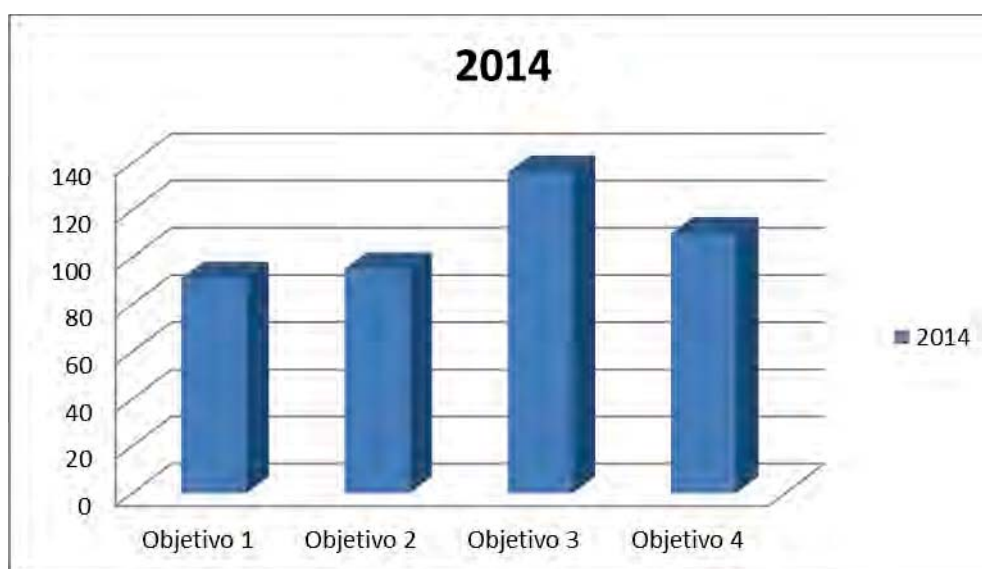
- 24 se inserem no objetivo 1 - 18.9% (contra 22, 19.5%, no relatório anterior);
- 38 no objetivo 2 - 29.9% (contra 34, 30.1%, em 2013);
- 30 no objetivo 3 - 23.6% (contra 25, 22.1%, no ano anterior);
- 35 no objetivo 4 - 27.6% (contra 31, 28.3%, em 2013).

¹⁴ Para uma leitura comparativa com 2013, consultar o gráfico da página 33 do Relatório de Acompanhamento 2013.

Apesar do aumento global dos valores (relembra-se que no ano passado conseguiu-se o valor de 113 inquéritos preenchidos) a distribuição dos inquéritos por objetivo mantém-se igual, sendo os objetivos 2 e 4 os mais cobertos e os objetivos 3 e 1 como os menos cobertos, exatamente na ordem dos anos anteriores.

Detendo-nos numa análise mais aprofundada da variação do peso relativo dos objetivos, em percentagem, percebe-se que o objetivo 1 desceu ligeiramente (de 19.5% para 18.9%), verificando-se a mesma situação no objetivo 2 (de 30.1% para 29.9%) e no objetivo 4 (de 28.3% para 27.6%). No objetivo 3 verifica-se a situação contrária, tendo aumentado de 22.1% para 23.6%.

Após uma análise dos inquéritos, podemos efetuar uma análise pela alocação das medidas às tipologias, como vemos no gráfico seguinte¹⁵:

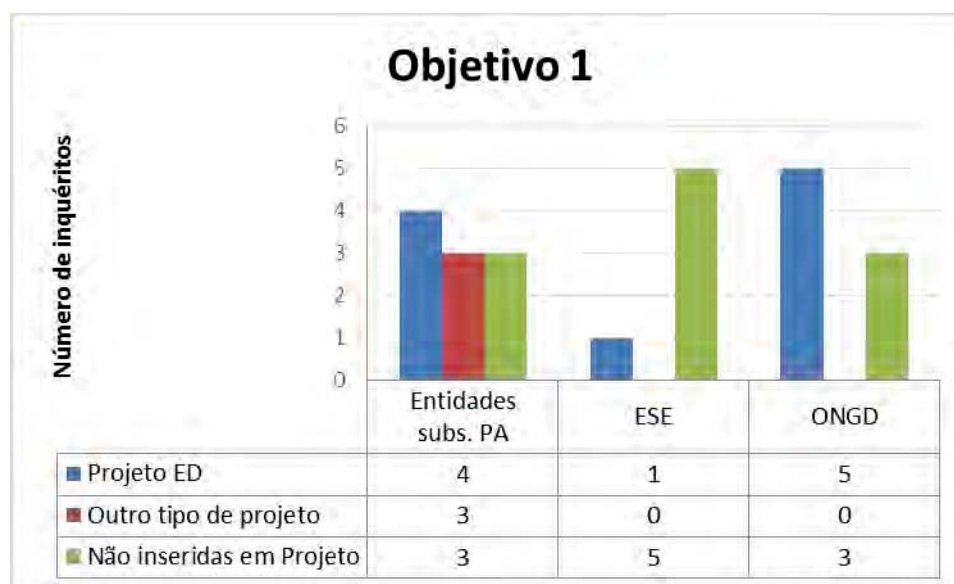


Interessante verificar que, ao contrário do visível nos anos anteriores, as tendências não se mantêm, caso se faça uma análise por inquérito ou por tipologia de atividades (recorde-se que cada inquérito, caso reporte um projeto ou uma atividade pode fazer referência a diversas tipologias de atividades e, por isso, esta nossa análise diferenciada). Neste caso, o objetivo 3, embora esteja em terceiro lugar no preenchimento por atividade/projeto, é o que tem maior referência ao nível das tipologias, o que significa que uma atividade/projeto reportado no objetivo 3, na generalidade dos casos, contribui para múltiplas tipologias de atividade ao mesmo

¹⁵ Para uma leitura comparativa com 2013, consultar o gráfico da página 34 do Relatório de Acompanhamento 2013.

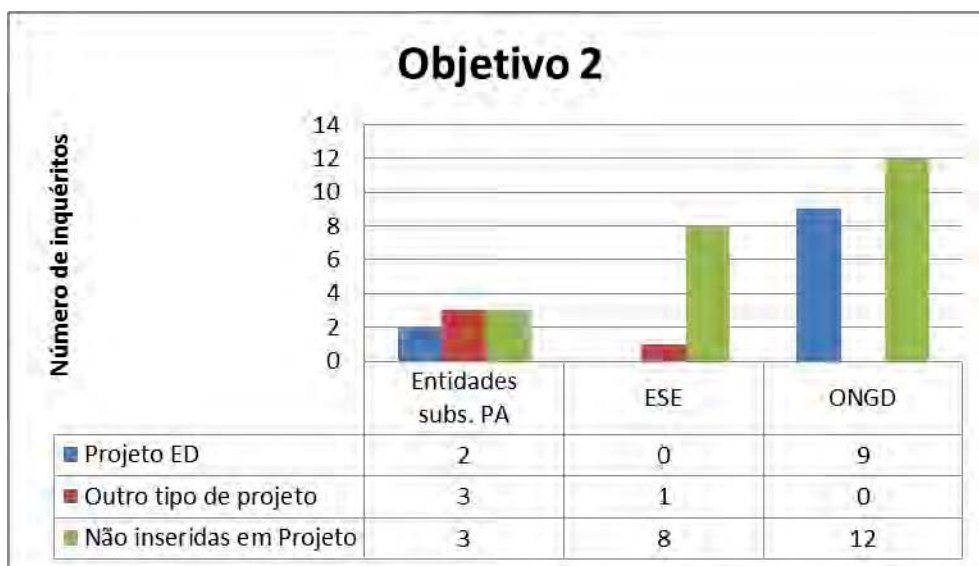
tempo. De salientar uma descida acentuada dos valores referentes às tipologias do objetivo 2.

A exemplo dos dois últimos relatórios, de 2012 e 2013, com a introdução das três categorias de inquérito - referente a projeto ED, a atividades inseridas noutra tipo de projeto ou atividades não inseridas em projeto - podemos observar como se relacionam o número de inquéritos preenchidos com os principais atores. Observemos os dados:

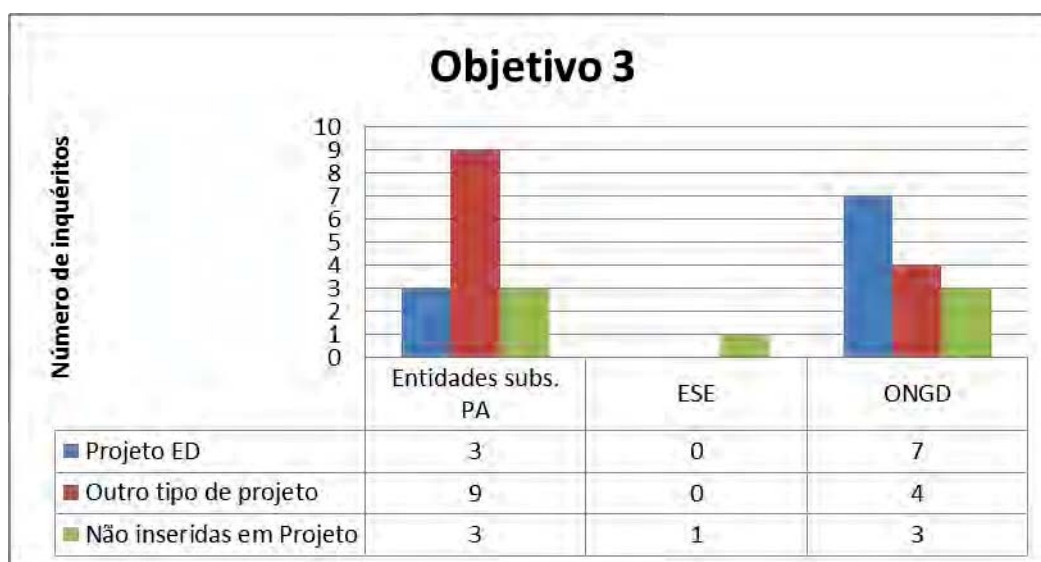


Para o objetivo 1¹⁶ pode comprovar-se um aumento considerável relativamente à existência de projetos de ED, de 4 para 10, sobretudo no que respeita às entidades subscritoras do PA da ENED (de 0 para 4). Verifica-se um aumento de atividades inseridas noutra tipo de projeto (de 1 para 3) e uma diminuição das atividades não inseridas em projetos (de 17 para 11), dentro deste objetivo de capacitação das entidades públicas e das organizações da sociedade civil. De realçar que as entidades subscritoras da ENED são as que reportam mais atividades neste objetivo.

¹⁶ Para uma leitura comparativa com 2013, consultar o gráfico da página 35 do Relatório de Acompanhamento 2013.

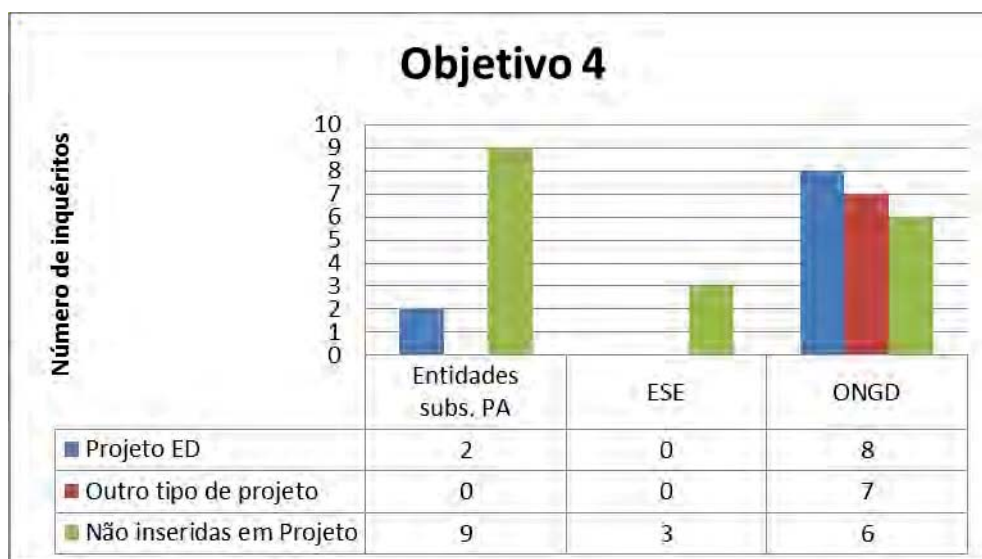


Relativamente ao objetivo 2¹⁷, mantêm-se as tendências relativamente aos projetos de ED (há o aumento de 1 projeto da parte das ONGD). Verifica-se, no entanto, as seguintes alterações: a diminuição de atividades inseridas noutra tipo de projetos (de 8 para 4) e o aumento das atividades não inseridas em projeto (de 16 para 23). De salientar que as ONGD são a tipologia de entidade que mais dados apresenta para este objetivo e que este é o objetivo para o qual as ESE mais contribuem.



¹⁷ Para uma leitura comparativa com 2013, consultar o gráfico da página 35 do Relatório de Acompanhamento 2013.

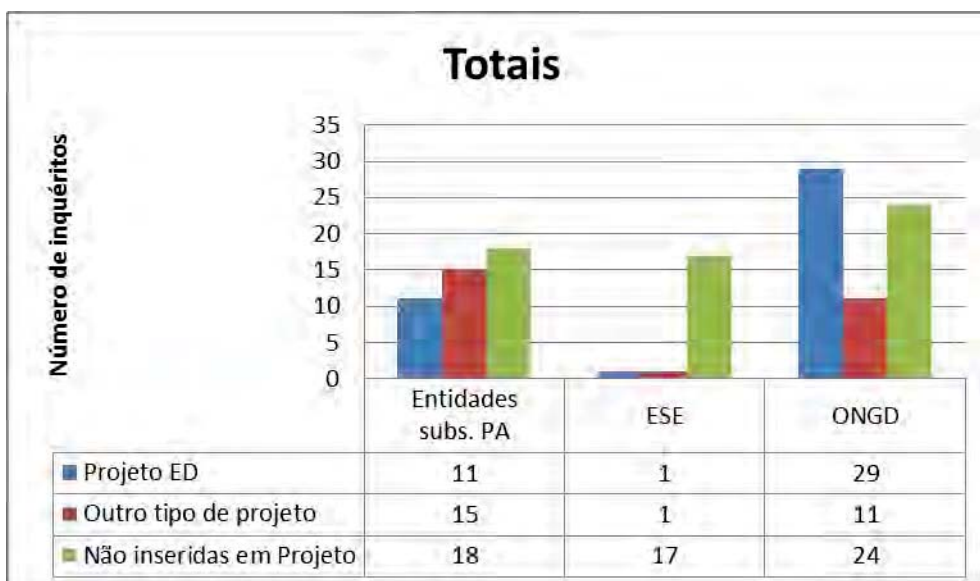
O objetivo 3¹⁸, dedicado à educação não formal, revela também um aumento do número de projetos (de 7 para 11), regressando-se aos valores de 2012. Verifica-se ainda um aumento dos valores das atividades inseridas noutra tipo de projeto e uma diminuição dos valores das atividades não inseridas em projeto. A predominância das ONGD enquanto atores privilegiados neste objetivo mantém-se.



Face ao objetivo 4¹⁹, pode concluir-se que houve uma diminuição no número de projetos reportados – de 12 para 10 projetos – regressando aos valores de 2012. Verifica-se ainda uma diminuição das atividades inseridas noutra tipo de projeto. Em sentido contrário, observa-se um aumento do número de atividades não inseridas em projetos reportadas (nesta tipologia, passa-se de 11 para 18). Mantém-se e reforça-se o papel das ONGD na execução de atividades/projetos neste objetivo.

¹⁸ Para uma leitura comparativa com 2013, consultar o gráfico da página 36 do Relatório de Acompanhamento 2013.

¹⁹ Para uma leitura comparativa com 2013, consultar o gráfico da página 36 do Relatório de Acompanhamento 2013.



Para termos uma ideia geral da distribuição do tipo de atividades a que nos referimos pela tipologia de atores promotores das mesmas²⁰, podemos verificar que:

- no geral, os valores absolutos aumentaram, correspondendo ao aumento do número de dados enviados;
- as ONGD mantêm a sua posição de maior representatividade (são também a tipologia de atores mais numerosa) ao nível do número de atividades, no geral, e em particular no número de projetos de ED;
- a exemplo do ano passado, existe um número significativo de outro tipo de projetos que englobam atividades de ED;
- mantém-se a grande expressividade de atividades não inseridas em qualquer tipo de projeto, representando o maior número de atividades reportadas.

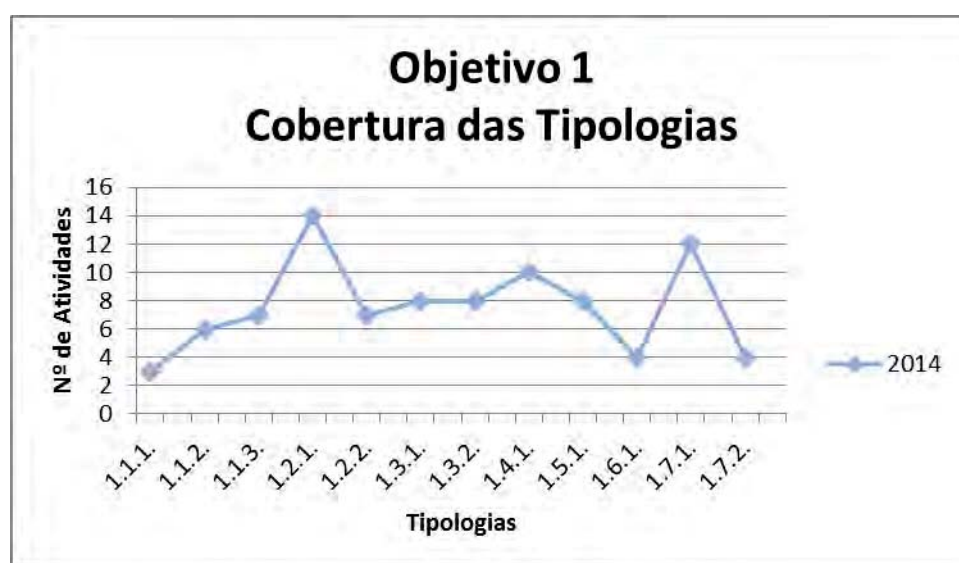
De salientar o grande aumento de atividades reportadas pelas Entidades Subscritoras do Plano de Ação da ENED (de 4 para 11 nos projetos de ED e de 9 para 15 nas atividades inseridas noutros tipos de projetos).

²⁰ Para uma leitura comparativa com 2013, consultar o gráfico da página 37 do Relatório de Acompanhamento 2013.

LEITURA DE DADOS POR TIPOLOGIA DE ATIVIDADE

Após uma análise dos dados com base nas medidas e com base nos objetivos, pode-se ainda ir ao nível das tipologias de atividade, verificando quais as tipologias que foram identificadas pelas entidades contactadas como sendo as tipologias mais cobertas pelas suas atividades. Os quadros seguintes apresentam essa informação, agrupada por objetivo.

Iniciemos pelo objetivo 1²¹:



A grande alteração observável dentro do objetivo 1 é o incremento da tipologia 1.2.1, relativa à organização de seminários, conferências, debates sobre conceitos, temáticas e metodologias associadas à ED, que aumentou consideravelmente, passando de uma posição mediana para a tipologia melhor coberta neste objetivo.

Mantém-se a tendência positiva da tipologia 1.7.1 que diz respeito à organização de seminários, conferências e debates sobre ED, a nível nacional e internacional, e a tendência negativa da tipologia 1.6.1, referente à identificação e à criação de mecanismos de participação de organizações reconhecidas enquanto representantes da sociedade civil no quadro dos instrumentos de conceção, tomadas de decisão e avaliação de políticas na área da ED.

²¹ Para uma leitura comparativa com 2013, consultar o gráfico da página 38 do Relatório de Acompanhamento 2013.

A tipologia 1.1.1, que se debruça sobre a criação das condições para a constituição de sistemas de reconhecimento pelos pares de módulos de capacitação em ED, voltou aos resultados de 2012, diminuindo a sua expressividade.

Refira-se ainda a manutenção das tipologias 1.3.1, 1.3.2, 1.4.1 e 1.5.1 e a pequena diminuição relativa à tipologia 1.2.2, referente à “produção e apoio à produção de artigos e ensaios de reflexão sobre conceitos e metodologias associadas à ED”.

Passando para o objetivo 2²²:



Relativamente ao objetivo 2 mantém-se a primazia das tipologias 2.3.1 e 2.6.1, referentes à promoção e projetos colaborativos de ED no setor da educação formal, o que é compreensível dada a clareza de redação das tipologias e a sua grande abrangência.

De salientar que no relatório anterior a tendência nas primeiras tipologias, da 2.1.1 à 2.2.2, era crescente e que, este ano, se verificam algumas hesitações.

A tipologia 2.1.1, sobre a existência de módulos de ED na formação inicial de docentes, sofreu uma ligeira desaceleração.

As medidas menos cobertas do objetivo 2 continuam a ser as tipologias 2.3.3, talvez pela forma da sua redação, com a indicação “regional”, e a 2.5.1, relacionada com a promoção de trabalhos de investigação sobre ED, de preferência com participação internacional.

²² Para uma leitura comparativa com 2013, consultar o gráfico da página 39 do Relatório de Acompanhamento 2013.

A medida 2.3.2, promoção a nível regional do registo de ações e projetos envolvendo estabelecimento de ensino e educação e atores de ED públicos ou privados, aumentou consideravelmente, deixando de ser uma das medidas menos cobertas do objetivo 2.



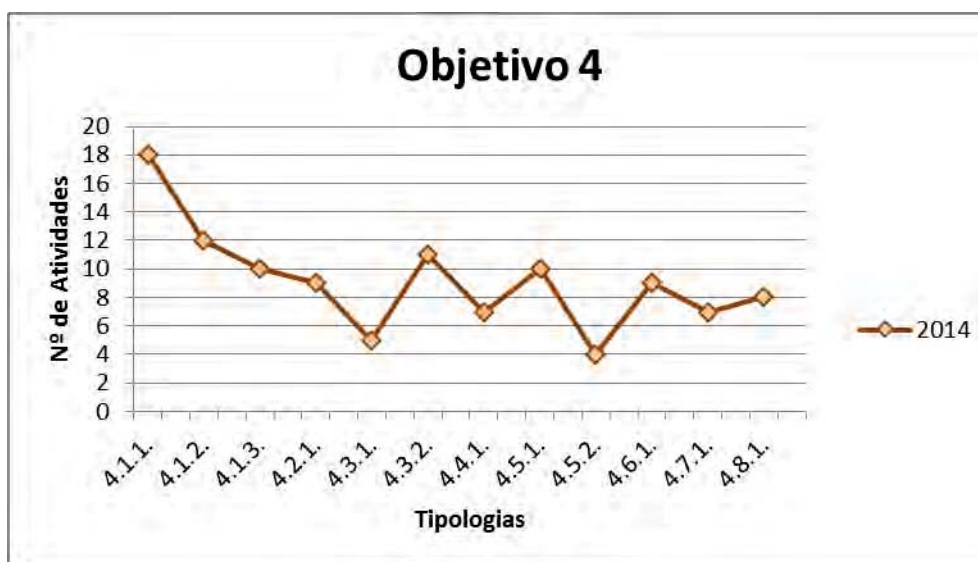
O objetivo 3, dedicado à educação não formal, apresenta, como já foi dito, um grande aumento do número de referências às tipologias, relativamente ao relatório de 2013. No entanto, a tendência geral da distribuição por tipologias de atividades mantém-se²³.

De salientar:

- o grande aumento das tipologias 3.2.1, criação de iniciativas de promoção da colaboração entre organizações diversas de forma a potenciar a qualidade das ações de ED e 3.5.1, relativa à organização de seminários, conferências, debates tendo por vocação o incentivo ao interconhecimento e a troca de experiências entre atores da educação formal e não formal;
- a manutenção da falta de cobertura da tipologia 3.3.2, sobre a organização de ações de capacitação sobre o conceito de ED e as diferentes formas de intervenção, em particular a sensibilização e a influência política, dedicadas a jovens, com enfoque nos estudantes de comunicação social;
- a perda da predominância das tipologias 3.1.1 e 3.4.1, sendo referentes a atividades realizadas entre OSC e entidades públicas, e à identificação, divulgação, disponibilização e avaliação de materiais e recursos educativos existentes, as mais relevantes no relatório do ano anterior. De salientar que esta perda não se revela em termos absolutos de referências (o número até aumentou) mas sim em comparação com a subida de outras medidas;

²³ Para uma leitura comparativa com 2013, consultar o gráfico da página 40 do Relatório de Acompanhamento 2013.

- mantêm-se as tendências diminutas referentes às tipologias 3.5.2 (apoio e incentivo à participação de atores europeus, de países do espaço de língua portuguesa e da América Latina em iniciativas de troca de experiências entre atores da educação formal e não formal) e 3.5.3 (apoio à participação e delegações portuguesas compostas por atores da educação formal e não formal em eventos e redes internacionais de ED), embora esta última tenha aumentado consideravelmente.



No objetivo 4²⁴, salienta-se a diminuição abrupta da tipologia 4.2.1, referente a atividades de sensibilização, voltando a níveis de relatórios anteriores a 2013, o que pode sugerir uma alteração súbita da realidade ou uma recolha de dados não totalmente condizente com a realidade no relatório relativo ao ano anterior.

Assistiu-se, ainda, a um ligeiro aumento das tipologias 4.1.1 e da 4.3.2, que englobam, respetivamente, campanhas de sensibilização sobre temáticas de ED e ações que privilegiam os meios de comunicação social.

A tipologia 4.1.3, organização de campanhas que utilizam as metodologias e instrumentos que permitam a reflexão e a partilha de aprendizagens, apresenta valores mais positivos para 2014.

As tipologias 4.3.1, ações de sensibilização de ED com a participação ativa de profissionais da comunicação social e 4.5.2, ações de influência política no quadro da ED com registo de metodologias e produtos elaborados, mantêm os últimos lugares na cobertura do objetivo 4.

²⁴ Para uma leitura comparativa com 2013, consultar o gráfico da página 41 do Relatório de Acompanhamento 2013.

As tipologias relativas à influência política (4.4.1, 4.5.1, 4.5.2, 4.6.1, 4.7.1 e 4.8.1) mantêm, em traços gerais, as tendências do relatório anterior, necessitando de uma atenção reforçada, como referido.

Os dois objetivos finais, respetivamente 5 e 6, estão relacionados com atividades específicas da Comissão de Acompanhamento enquanto principal responsável pelo cumprimento da ENED e pela execução do Plano de Ação. Estes serão analisados de seguida.

OBJETIVO 5

Atividades de dinamização da ENED

5.1 Organização de Jornadas anuais temáticas de formação em ED, por iniciativa, em paridade, de entidades públicas e da sociedade civil.

5.1.1 Promoção de uma mostra regular e contextualizada de materiais e recursos educativos no quadro das Jornadas anuais de ED

5.1.2 Participação de convidados internacionais (peritos e/ou representantes de uma entidade pública ou de organizações da sociedade civil relevantes, do Norte ou do Sul) em cada Jornada anual de ED

2014	
Comissão de Acompanhamento da ENED	
5.1	0

No ano de 2014 não foram realizadas as Jornadas previstas, uma vez que se decidiu investir na realização do Fórum, atividade nunca antes conseguida.

5.2 Organização de um Fórum anual de ED, por iniciativa, em paridade, de duas instituições públicas (uma delas, o IPAD) e duas plataformas da sociedade civil (uma delas, a Plataforma Portuguesa das ONGD).

5.2.1 Participação de convidados internacionais (representantes de entidades públicas ou de organizações da sociedade civil relevantes, do Norte ou do Sul) em cada Fórum anual de ED

5.2.2 Apresentação e reflexão sobre práticas que envolvam a articulação, troca de experiências e conhecimento mútuo, a nível nacional e internacional, entre atores da educação não formal e destes com a educação formal, no quadro do Fórum anual de ED

5.2.3 Participação dos atores envolvidos nas ações de sensibilização e presença das seguintes problemáticas nas edições do Fórum anual da ED: dispositivos de reflexão e aprendizagem e de partilha das aprendizagens a partir das próprias experiências e capacidades e competências de concertação entre atores

5.2.4 Participação dos atores envolvidos nas ações de influência política e presença das seguintes problemáticas nas edições do Fórum anual da ED: dispositivos de reflexão e aprendizagem e de partilha das aprendizagens a partir das próprias experiências e capacidades e competências de concertação entre atores

	2014
	Comissão de Acompanhamento da ENED
5.2	1

O I Fórum de Educação para o Desenvolvimento²⁵ teve lugar no dia 28 de outubro de 2014, na Sala do Senado da Assembleia da República, dedicado ao tema “A importância do exercício da cidadania global”.

O Fórum ED compreendeu a “participação de convidados internacionais (representantes de entidades públicas ou de organizações da sociedade civil relevantes, do Norte ou do Sul)”, a “apresentação e reflexão sobre práticas que envolvam a articulação, troca de experiências e conhecimento mútuo, a nível nacional e internacional, entre atores da educação não formal e destes com a educação formal” e a “participação dos atores envolvidos nas ações de sensibilização e de influência política”, de forma a contribuir para a cobertura de todas as tipologias de atividade desta medida.

²⁵ Para saber mais sobre o Fórum, consultar a sua Memória
http://d3f5055r2rwsy1.cloudfront.net/images/cooperacao/memoria_forumed.pdf.

*OBJETIVO 6***Planificação, Acompanhamento e Avaliação da ENED****6.1 Planificação da ENED****6.1.1 Exercícios de Planificação anual**

2014	
Comissão de Acompanhamento da ENED	
6.1.1	1

Para o ano de 2014 foi possível realizar uma planificação anual das atividades de ED, onde constassem os dados das entidades subscritoras do Plano de Ação da ENED.

Os dados das instituições foram recolhidos através de um inquérito online, seguindo o modelo do reporte de atividades para os relatórios anuais de atividades. No final, foi elaborado um documento com os principais achados, o qual foi distribuído pelos atores envolvidos no processo (entidades subscritoras do PA da ENED, ONGD inscritas na Plataforma e ESE).

Neste ano ainda se fez o esforço de, entre o grupo das entidades subscritoras do PA da ENED, partilhar informações sobre as atividades planeadas no sentido de estreitar os laços e promover o trabalho colaborativo.

6.2 Acompanhamento da ENED

6.2.1 Conceção de um sistema de acompanhamento adaptado à complexidade de uma estratégia nacional multi-atores

6.2.2 Alimentação regular do dispositivo de acompanhamento por parte dos atores envolvidos

6.2.3 Elaboração regular de relatórios de acompanhamento da ENED

2012	
Comissão de Acompanhamento da ENED	
6.2.1	1

6.2.2	1
6.2.3	1

A tipologia 6.2.1 já estava cumprida com a construção do dispositivo de acompanhamento, criado para ser alimentado com as atividades das diversas instituições que concorrem para a execução do Plano de Ação da ENED. Em 2012 foi criado um sistema de recolha de dados informatizado que permitiu responder a recomendações do relatório anterior, facilitando a recolha da informação e aumentando a sua fiabilidade.

A tipologia 6.2.2 também foi cumprida uma vez que a Comissão de Acompanhamento manteve os seus encontros de forma regular, tendo sido realizadas 12 reuniões de trabalho.

O grupo das entidades subscritoras do PA da ENED reuniu três vezes no ano de 2014, mais uma vez do que o previsto:

- a 20 de fevereiro, para analisar as propostas de trabalho colaborativo e lançar o processo de organização do Fórum de ED;
- a 29 de maio, para se trabalhar a fundo sobre o Fórum de ED;
- a 5 de dezembro, para se fazer o balanço das atividades do ano de 2014 e preparar os passos para 2015, recordando que este será um ano especial devido ao fim do período de vigência da ENED e de execução do seu Plano de Ação.

Uma das funções da Comissão de Acompanhamento é a divulgação nacional e internacional da própria ENED e da situação portuguesa face às temáticas da Educação para o Desenvolvimento²⁶. No ano de 2014, múltiplos foram os momentos em que se fez a apresentação pública da mesma. Apresentamos, em seguida, alguns desses momentos:

2014
- Apresentação pública do “Conceito Estratégico para a Cooperação Portuguesa 2014-2020” (reafirmado o compromisso para com a ENED) – Comissão Interministerial para a Cooperação (12 de março) e Fórum da Cooperação para o desenvolvimento (13 de março); - Referência à ENED na sessão de apresentação dos resultados do projeto e do livro “(Des)envolver: a Educação para o Desenvolvimento no Voluntariado para a Cooperação”, do ISU (31 de março); - Alusão à ENED, no quadro da apresentação da Rede de Educação para a Cidadania Global, pelo CIDAC e pela FGS, no programa "Sociedade Civil", da RTP 2 (9 de abril); - Alusão à ENED na conferência: "O papel do Jornalismo nas visões sobre o Desenvolvimento", promovida pela PAR (20 de junho); - Referências à ENED no encontro nacional da Rede Educação para a Cidadania Global, promovido pelo

²⁶ Para consultar referências e atividades internacionais relacionadas com a ENED, ver Anexo 4.

CIDAC (5 de julho);

- Menção à ENED no Seminário "Ser Cidadão Global num Mundo em Mudança", promovido pelo IMVF e pela AIDGLOBAL (13 de novembro);

- Referência à ENED na sessão de formação em ED, promovida pelo VIDA e pela Associação Professores de Geografia (14 de novembro);

- Alusão à ENED na reunião de representantes da rede de municípios, levada a cabo pelo IMVF (20 de novembro).

Durante o ano de 2014 foi redigido e apresentado o relatório de 2013²⁷, no âmbito do projeto "Capacitação da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo em Educação para o Desenvolvimento (ED) e em matéria de planeamento, acompanhamento e avaliação da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2010-2015 (ENED)", cumprindo, desta forma, o previsto na tipologia 6.2.3.

6.3 Avaliação da ENED

6.3.1 Conceção do sistema de avaliação

6.3.2 Avaliação intermédia

6.3.3 Avaliação final

	2014
	Comissão de Acompanhamento da ENED
6.3.1	1
6.3.2	1
6.3.3	Não se aplica

Em 2014 foi lançado e divulgado o relatório final do *Peer Review* levado a cabo pelo GENE em 2013.

A avaliação final do período de vigência da ENED (abril 2010-abril 2015) está prevista para 2015, como balanço que permitirá debater as possíveis formas de continuidade deste processo.

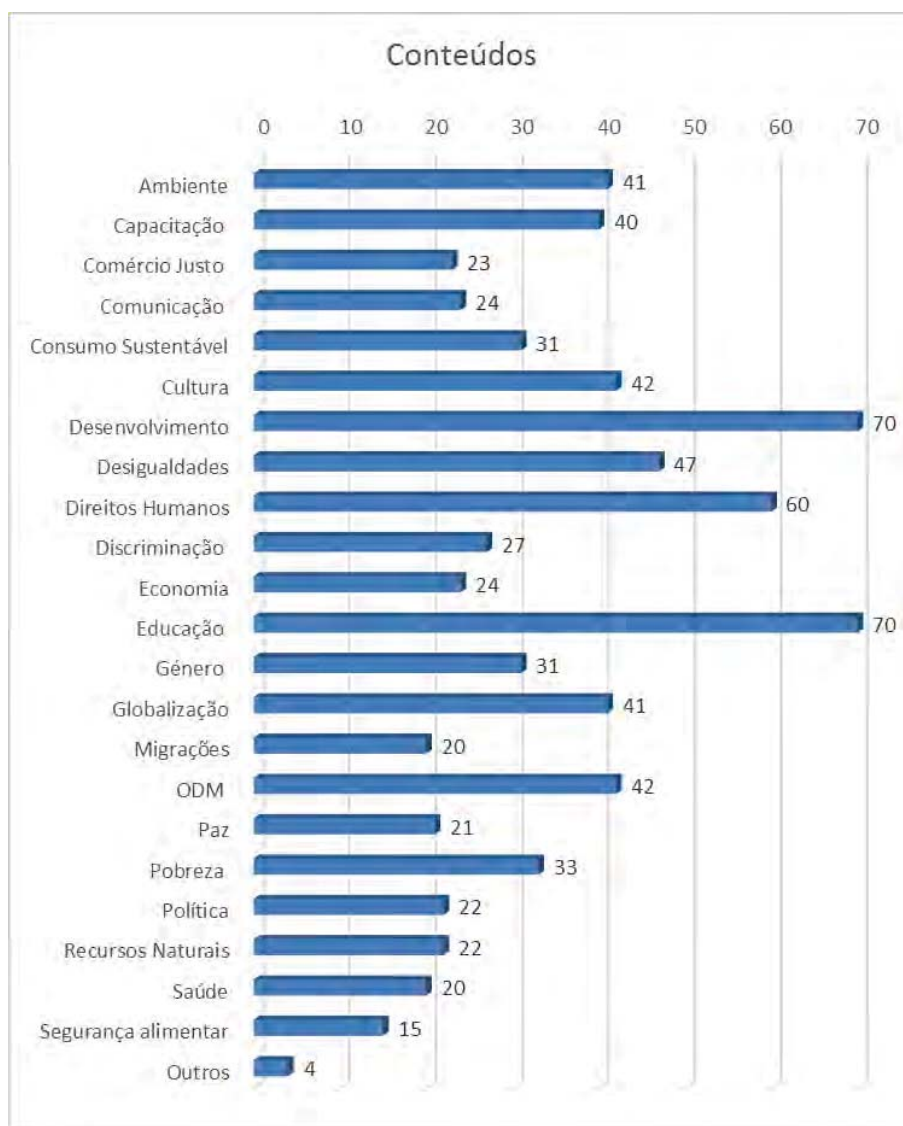
²⁷ O relatório pode ser acedido aqui: http://d3f5055r2rwsy1.cloudfront.net/images/cooperacao/relat_acomph_ened13.pdf

E - APRESENTAÇÃO DE DADOS POR CRITÉRIO

CONTEÚDOS

No relatório relativo a 2014 voltamos a analisar os dados relativos aos conteúdos abordados pelas entidades nas suas atividades.

Observem-se os resultados obtidos²⁸:



A observação permite-nos identificar os mesmos 3 grupos que no relatório do ano anterior²⁹:

²⁸ Utilizamos, como conteúdos a assinalar pelos inquiridos, uma listagem adaptada do relatório europeu *Development Education & Awareness Raising Study Final Report*.

²⁹ Para uma leitura comparativa com 2013, consultar o gráfico da página 47 do Relatório de Acompanhamento 2013.

- temáticas mais trabalhadas, com mais de 60 referências – desenvolvimento, educação e direitos humanos, as mesmas do ano passado;
- temáticas mediamente referidas (entre 30 a 60 referências) – ambiente, capacitação, desigualdades sociais, género, globalização, ODM e pobreza; a este grupo juntam-se, este ano consumo sustentável e cultura;
- temáticas menos trabalhadas, até 30 referências – comércio justo, comunicação, economia, migrações, paz, política, recursos naturais & energia, saúde e segurança alimentar. Diminuem, no ano de 2014, as referências a discriminação.

Em “outros”, surgiram os seguintes temas:

- Interculturalidade
- Educação para o Desenvolvimento

PARCERIAS

A exemplo dos relatórios dos anos anteriores observou-se a tendência sobre a prática de trabalho em parceria, em Portugal. Após uma análise dos dados, obteve-se o seguinte gráfico³⁰:



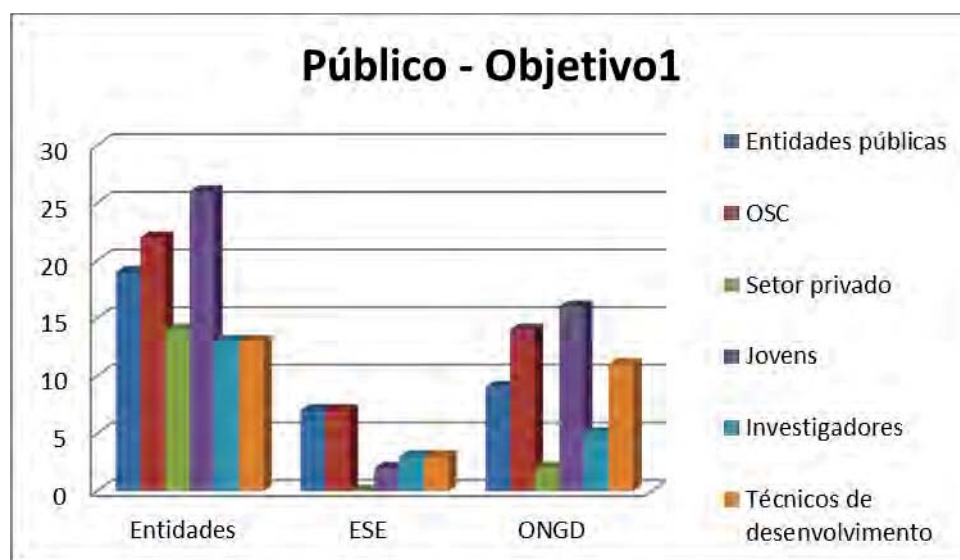
Da análise dos dados recolhidos, observa-se a mesma tendência do ano anterior, um número muito expressivo dos projetos/atividades são executados em parceria - 77% -, sendo que 23% aparecem com a indicação da própria organização como única entidade executora. Isto permite concluir, a exemplo dos anos anteriores, que, apesar de poder haver um caminho a fazer de estreitamento de relações entre os diversos atores a intervir em ED, em Portugal, os dados mostram que há prática efetiva de trabalho em parceria e redes.

³⁰ Para uma leitura comparativa com 2013, consultar o gráfico da página 49 do Relatório de Acompanhamento 2013.

PÚBLICOS

Na categorização por públicos mantiveram-se as categorias encontradas e validadas nos relatórios anteriores. Salienta-se que o critério utilizado, para análise do público, não é o número absoluto de grupos destinatários das atividades, uma vez que não existe acesso a esses dados, mas o número de referências aos vários tipos de público nos inquéritos.

Para o ano de 2014 foram encontrados os seguintes dados:



Da observação do gráfico anterior, referente ao objetivo 1, pode-se salientar, face aos dados de 2013³¹:

- um aumento generalizado em todas as entidades subscritoras do PA da ENED;
- a relevância dos públicos “entidades públicas”, “OSC” e “jovens”, por parte das entidades subscritoras do PA da ENED;
- os valores apresentados pelas ONGD, apresentam uma acentuada diminuição face ao relatório de 2013.

Mantêm-se do ano anterior:

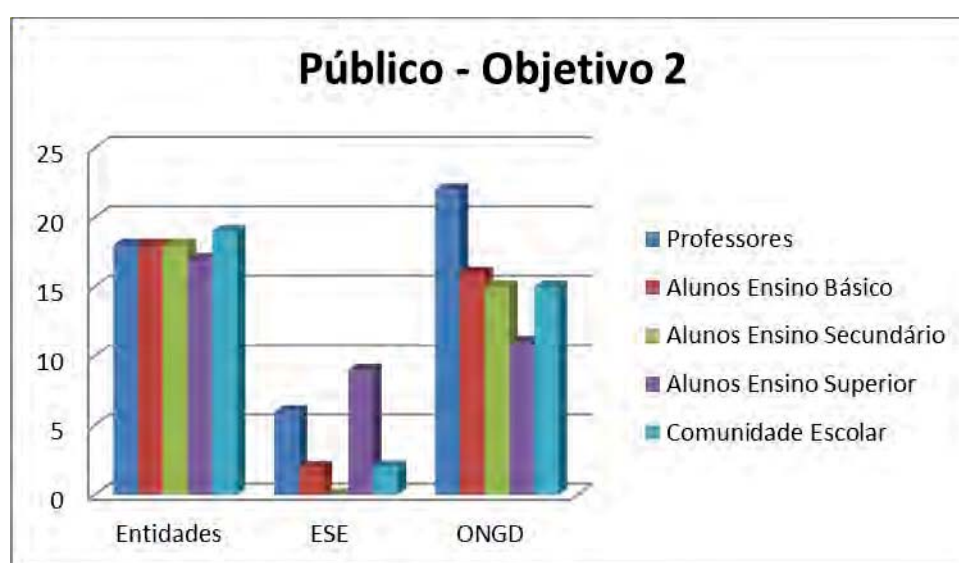
³¹ Para uma leitura comparativa com 2013, consultar o gráfico da página 50 do Relatório de Acompanhamento 2013.

- a relevância geral sentida nas categorias “entidades públicas” e “OSC”, nos três tipos de entidades, o que se revela coerente num objetivo dedicado à capacitação das entidades públicas e das organizações da sociedade civil;

- a fraca contribuição das ESE, no geral, para este objetivo;

De salientar o fraco reporte de atividades destinadas ao “setor privado”, “investigadores” e “técnicos de desenvolvimento” que, apesar de alguma variação ao longo dos anos, se têm mantido com valores baixos.

Passando à análise dos dados do objetivo 2, obteve-se o seguinte cenário³²:



Este objetivo, uma vez que se dedica à educação formal, engloba os seguintes públicos-alvo – docentes, discentes do ensino básico, secundário e superior e comunidade escolar.

De salientar:

- o grande aumento das atividades/projetos reportados pelas entidades, apresentando uma grande homogeneidade entre todas as categorias. De concluir ainda a relevância dada à comunidade escolar como um todo;

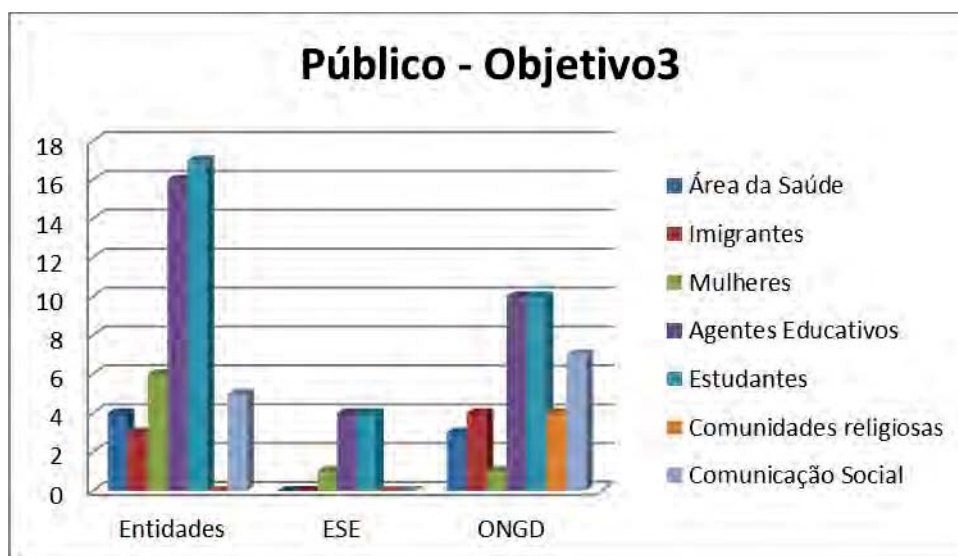
- as ESE confirmam as tendências que já vêm desde 2012: os/as estudantes do ensino superior como público de eleição e a presença significativa do trabalho com docentes e

³² Para uma leitura comparativa com 2013, consultar o gráfico da página 51 do Relatório de Acompanhamento 2013.

discentes do ensino básico uma vez que a formação ministrada nas ESE prepara futuras/os profissionais da educação para o pré-escolar, 1º e 2º ciclos do ensino básico;

- as ONGD mantêm-se como principais atores das atividades neste objetivo (não esquecer que representam uma população muito mais significativa do que a das outras tipologias de entidades). De salientar a sua aposta forte na formação de docentes (público que se destaca) e o carácter transversal da sua atuação, ao estarem representados os diversos níveis de ensino no seu campo de ação.

Passando, em seguida, à observação do gráfico correspondente às atividades do objetivo 3, direcionado para a educação não formal³³:



Mantém-se a observação da especialização de algumas entidades, sendo o público marcado pela missão das próprias instituições.

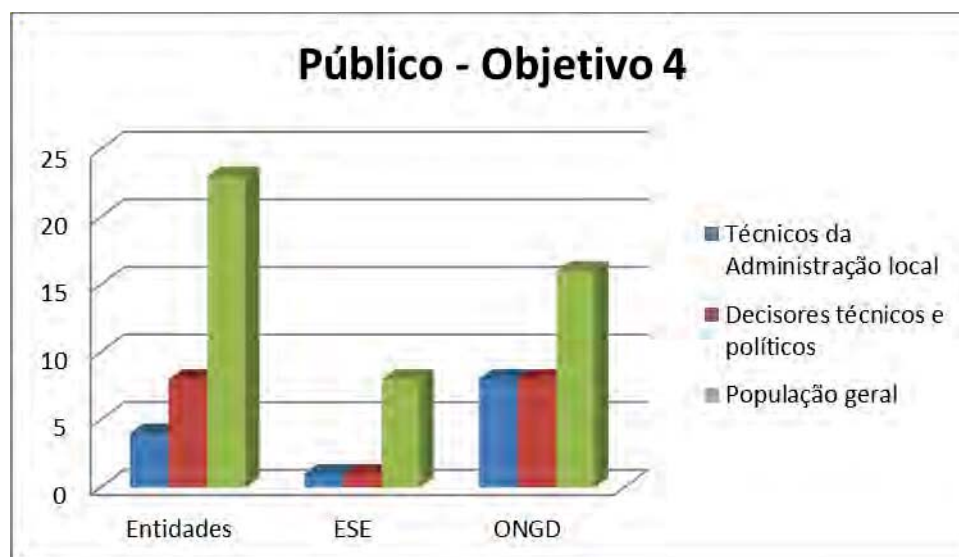
Observa-se, a exemplo dos anos anteriores, a predominância dos “agentes educativos” nos três tipos de entidade, o que deixa entrever um carácter importante à formação de públicos multiplicadores. No entanto, neste relatório, esta categoria de público anda a par com as referências a “estudantes”, que sofreu um aumento considerável.

É de salientar, nos dados das ONGD, a diminuição acentuada do reporte de atividades, tendência já sentida no ano anterior. Neste tipo de entidades, existe uma maior distribuição dos públicos, com grande relevo para estudantes e agentes educativos - o

³³ Para uma leitura comparativa com 2013, consultar o gráfico da página 52 do Relatório de Acompanhamento 2013.

que vai ao encontro das tendências verificadas nos relatórios anteriores. De reforçar o aumento dos públicos ligados à comunicação social.

Tenham-se em atenção, agora, os públicos do objetivo 4³⁴:



Este objetivo, como referido, prende-se com duas áreas principais – a sensibilização e a influência política, portanto, é de esperar que se encontrem categorias de públicos que entronquem nestas duas áreas, como a população em geral, pessoal técnico da administração local e indivíduos em cargos de tomada de decisão técnica e política.

Assim, verifica-se que as entidades, este ano, apresentam um aumento dos valores do envolvimento da “população geral” e uma diminuição dos “técnicos de administração local”. No caso das ESE, a sua ação concorrente para o objetivo 4 não é muito expressiva e passa, sobretudo, por campanhas de sensibilização dedicadas ao público em geral, a exemplo dos anos anteriores.

Por último, no caso das ONGD, a tendência presente no relatório anterior é contrariada, verificando-se uma diminuição dos valores, nas três categorias. Mantém-se a maior expressividade na categoria “população em geral”.

Uma vez que existia a possibilidade de escolha da opção “Outros”, seguida da sua identificação, apresenta-se a lista destes outros públicos identificados:

- Agentes da Guarda Nacional Republicana e da Marinha

³⁴ Para uma leitura comparativa com 2013, consultar o gráfico da página 53 do Relatório de Acompanhamento 2013.

- Agricultores locais
- Comunidade local
- Crianças (2 referências)
- Equipas dinamizadoras e membros dos Bancos do Tempo
- Funcionários bancários
- Instituições de Apoio Social
- Jovens líderes
- ONG Ambientais (2 referências)
- População do bairro x
- População feminina vítima de violência doméstica
- Refugiados
- Técnicos e visitantes de Museu
- Voluntários

Este ano voltam a encurtar-se as opções alternativas surgidas, uma vez que em 2012 se apresentaram 13, em 2013 passaram para 20³⁵ e, neste relatório, diminuem para 14.

³⁵ Para uma leitura comparativa com 2013, consultar os dados da página 54 e 55 do Relatório de Acompanhamento 2013.

ENTIDADES FINANCIADORAS

A análise das entidades financiadoras também pareceu relevante no sentido de se perceber quem está a financiar as atividades de ED em Portugal e como isso influencia a sustentabilidade e a continuidade das mesmas.

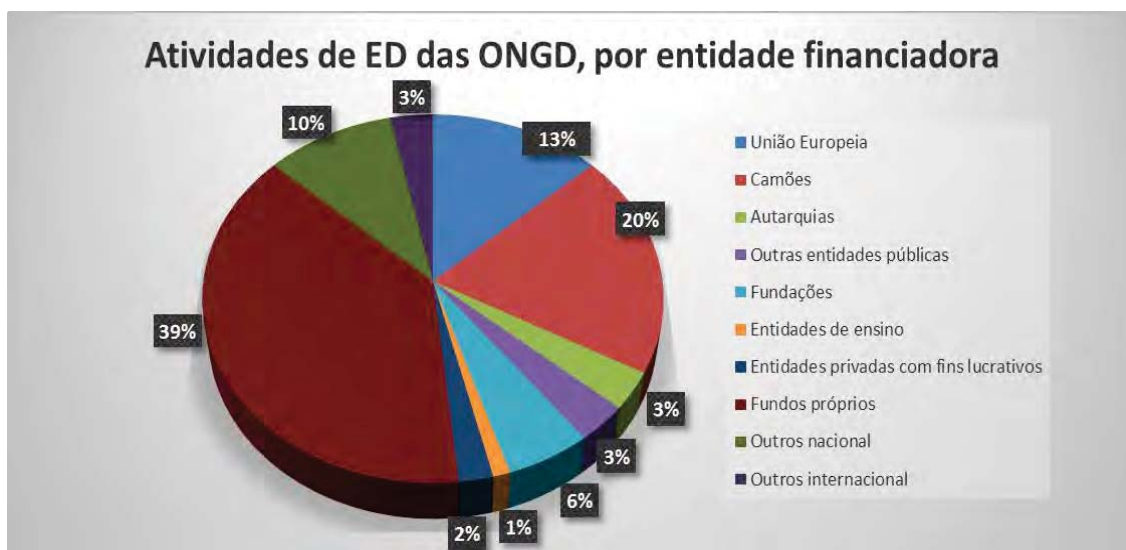
Mantiveram-se as categorias já utilizadas nos dois relatórios anteriores:

- União Europeia
- Conselho da Europa
- CICL³⁶
- Autarquias
- Outras Entidades públicas
- Fundações
- Entidades de ensino
- Entidades privadas com fins lucrativos
- Fundos próprios
- Outros de caráter Nacional
- Outros de caráter Internacional

De salientar, nos três tipos de instituições, que, geralmente, o financiamento das atividades é misto, ou seja, provém de diversas entidades financiadoras e não de apenas de uma.

Note-se ainda que as percentagens apresentadas nestes gráficos não se referem ao volume de financiamento, mas ao número de vezes que estas entidades são referenciadas como financiadoras das atividades reportadas nos inquéritos preenchidos pelas entidades.

³⁶ O CICL, um dos elementos da Comissão de Acompanhamento, teve, ao longo do ano de 2014, um papel fundamental como financiador de projetos na área da Educação para o Desenvolvimento. De realçar que o próprio Instituto procura integrar a ENED no seu modo de financiamento ao pedir que, nas candidaturas, as ONGD indiquem já os objetivos para as quais se propõem concorrer. Ver Anexo 3.

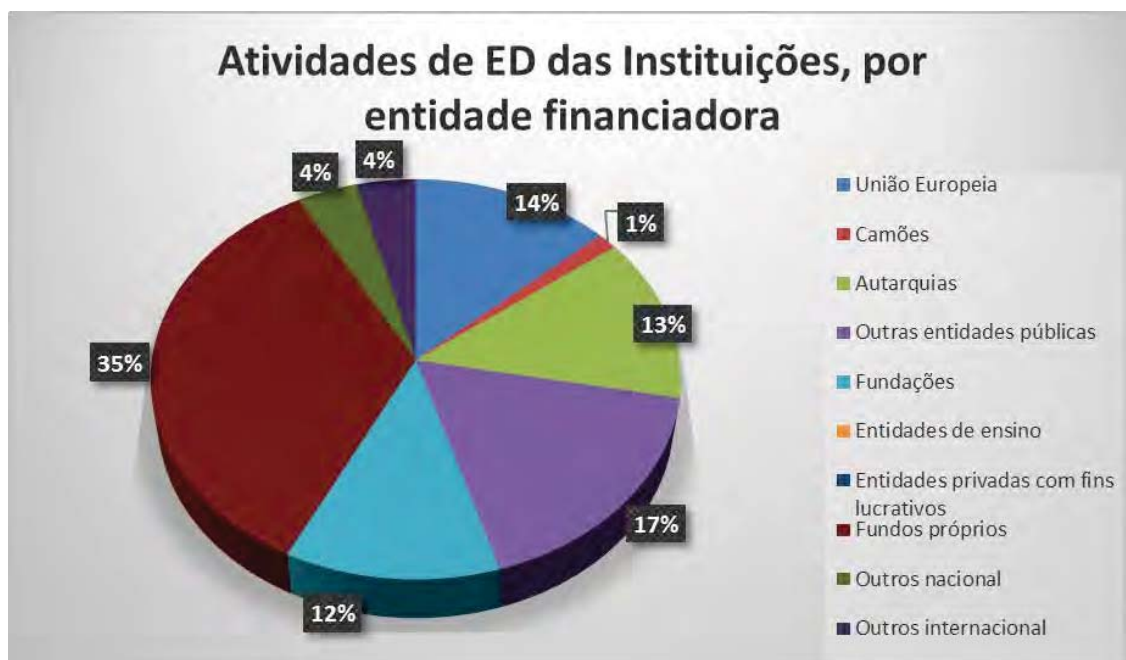


Assim, em 2014³⁷, para as ONGD, mantém-se a predominância da rubrica “fundos próprios”, tendo aumentado o seu valor percentual (de 31% para 39%), o que significa que grande parte das atividades reportadas é realizada recorrendo em parte ou na totalidade a fundos próprios das instituições.

Para além dos fundos próprios, convém destacar: o CICL, como entidade financiadora referenciada mais frequentemente (20%) e a União Europeia (13%).

Os valores atribuídos a “outros nacional” (10%) e às fundações (6%), embora menores, ainda se destacam.

³⁷ Para uma leitura comparativa com 2013, consultar os dados da página 57 do Relatório de Acompanhamento 2013.

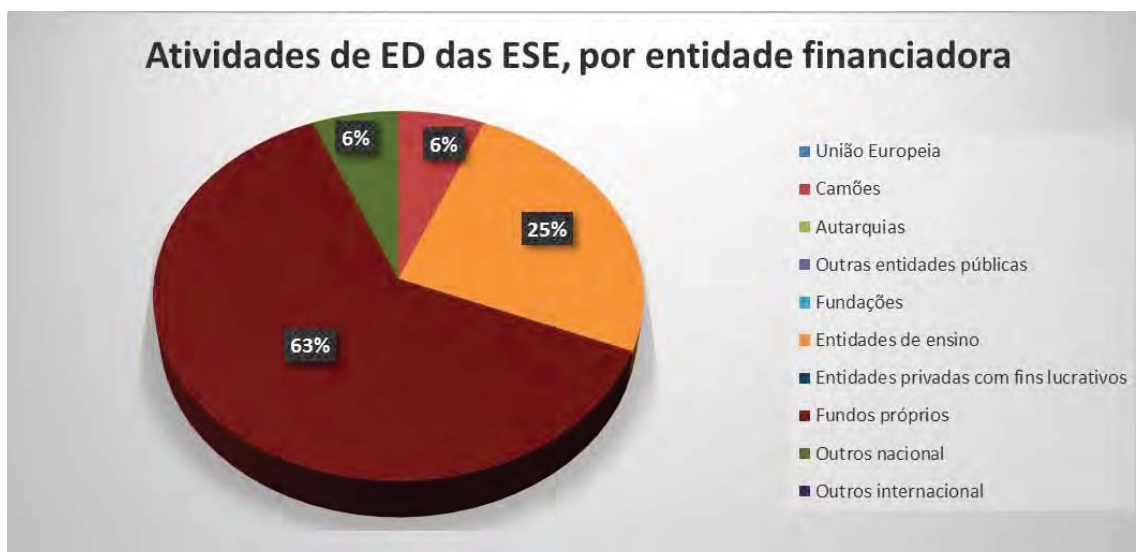


Face ao ano anterior³⁸, verificam-se algumas alterações. Mantém-se a grande predominância dos valores de “fundos próprios”, no entanto, com uma descida acentuada, de 51% para 35% - recordemos que, como algumas destas entidades são públicas, têm um orçamento específico decorrente do Orçamento de Estado.

Surgem, em seguida, as seguintes categorias - “outras entidades públicas” (subiu de 11% para 17%); União Europeia (de 6 para 14%); Autarquias (de 8 para 13%) e Fundações (de inexistente para 12%).

De realçar a diminuição dos valores atribuídos ao CICL (de 8% para 1%).

³⁸ Para uma leitura comparativa com 2013, consultar os dados da página 58 do Relatório de Acompanhamento 2013.



As ESE, enquanto entidades públicas com financiamento próprio, mantêm o seu carácter particular³⁹ - volta a verificar-se a grande predominância dos “fundos próprios”, mantendo-se nos 63%. Seguem-se, com algum relevo, as “entidades de ensino” (25%). O CICL e a categoria “outros nacional”, seguem-se, ambos com 6%. De salientar que, face aos anos anteriores, desapareceram todas as outras categorias.

³⁹ Para uma leitura comparativa com 2013, consultar os dados da página 59 do Relatório de Acompanhamento 2013.

COBERTURA GEOGRÁFICA

Para a análise da distribuição geográfica das atividades/projetos reportados, manteve-se o critério estabelecido nos relatórios anteriores da classificação geográfica assente na Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins Estatísticos, conhecida como NUTS de nível II⁴⁰.

Para além das categorias Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve –, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira, mantiveram-se ainda as Nacional e Internacional.

Na análise dos dados considera-se ser importante, a exemplo dos relatórios anteriores, observá-los por tipo de instituição, separadamente.

Comece-se, então, com a leitura dos dados relativos às atividades promovidas pelas instituições subscritoras do Plano de Ação da ENED⁴¹:



Da observação do gráfico pode-se salientar o papel preponderante das atividades referenciadas como a nível nacional (48%), bem como as realizadas

⁴⁰ Esta classificação divide o território português, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 1059/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de maio de 2003, em sub-regiões de três níveis. Para o relatório achou-se por bem utilizar as sub-regiões definidas no segundo nível (NUTS II), que comportam as seguintes regiões: Portugal Continental – Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve –, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira.

⁴¹ Para uma leitura comparativa com 2013, consultar os dados da página 60 do Relatório de Acompanhamento 2013.

internacionalmente (20%), ambas somando 68% das atividades/projetos reportados. Este número muito significativo destas categorias pode prender-se com o facto de muitas das atividades, apesar de se localizarem fisicamente num só local, pretenderem abranger públicos de todo o país ou mesmo internacionalmente, situação que foi mais criteriosamente enquadrada no presente processo de recolha de dados.

De salientar a descida da referência a Lisboa (de 17% para 10%), sendo que todas as outras áreas geográficas apresentam percentagens inferiores a 10%.

O Norte e Centro também diminuíram os seus valores, passando ambas de 9% para 5% no presente ano. Por outro lado, sublinhe-se o ligeiro aumento da região do Alentejo (de 5 para 7%).

Perdeu-se, ainda a referência à região autónoma da Madeira, mantendo-se a à dos Açores.



Observando o gráfico correspondente aos dados recolhidos junto das ESE⁴², verifica-se que esta categoria apresenta uma distribuição dos dados menos concentrada, geograficamente, uma vez que também se recolheram dados de mais ESE, distribuídas

⁴² Para uma leitura comparativa com 2013, consultar os dados da página 61 do Relatório de Acompanhamento 2013.

pelo território nacional – ESE de Bragança, Porto e Viana do Castelo, na região Norte, de Castelo Branco e de Leiria, da região Centro, de Lisboa, da região com o mesmo nome e de Portalegre da região Alentejo.

Assim, a região Norte reforça a sua preponderância, (de 42% para 60% - de salientar que se juntou ao processo mais uma ESE da região Norte, a de Bragança), seguida da região do Centro, na ordem dos 10%, e os valores referentes a Lisboa e ao Alentejo, ambos nos 5%, a exemplo do ao anterior. De salientar, como relevantes, os valores “nacional” e “internacional”, ambos somando 20% das referências.



Da análise do gráfico dos dados recolhidos junto das ONGD⁴³, é possível observar:

- a manutenção da predominância do carácter nacional das atividades, seja através de campanhas de sensibilização nacionais, seja pela seleção dos públicos-alvo, sobretudo escolas e autarquias, com dispersão geográfica por todo o território;
- o papel ainda muito central de Lisboa como região de concentração de atividades - 24% das atividades/projetos -, facto que não é de admirar tendo em conta a localização da sede das ONGD participantes no nosso relatório;
- o carácter significativo das atividades internacionais;

⁴³ Para uma leitura comparativa com 2013, consultar os dados da página 62 do Relatório de Acompanhamento 2013.

- valores no Norte na ordem dos 13%, no Centro com 11% e no Alentejo e Algarve com 3% cada um, mostrando já alguma dinâmica de atores fora da região de Lisboa e Vale do Tejo;

- o desaparecimento de valores relativos às Regiões Autónomas, o que estará, decerto, relacionado com o universo de ONGD presentes neste relatório, mas também com o número de organizações não governamentais existentes nessas regiões, bastante reduzido (tendo como base a distribuição geográfica das ONGD inscritas na Plataforma nacional).



Por último, este gráfico permite ter uma visão global da distribuição total das atividades, por unidade territorial, sendo possível comparar os três tipos de instituições (9 Entidades subscritoras do PA, 7 ESE e 28 ONGD)⁴⁴.

⁴⁴ Para uma leitura comparativa com 2013, consultar os dados da página 63 do Relatório de Acompanhamento 2013.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Da análise dos dados recolhidos no presente relatório, pensa-se ser possível retirar algumas conclusões.

Conclusões

▪ Metodologia de elaboração do relatório

A metodologia de recolha de dados do presente relatório sofreu alterações, decorrentes da existência de uma base de dados anterior resultante do processo de Planificação de 2014. Assim, foram enviadas, a todas as instituições envolvidas no processo da referida planificação, as respetivas informações, no sentido de estas confirmarem a execução total ou parcial do que estava previsto ou de informarem da sua não execução. Para as instituições não envolvidas no processo de planificação anteriormente referido, foram enviadas grelhas de recolha de dados para serem preenchidas.

▪ Cobertura dos Objetivos

- No presente relatório foram recebidos mais 14 inquéritos/grelhas com informação relevante sobre atividades/projetos realizados.

- Mantém-se a distribuição dos inquéritos por objetivo, sendo os objetivos 2 e 4 os mais cobertos e os objetivos 3 e 1 os menos cobertos, exatamente na ordem dos anos anteriores.

- Ao nível da distribuição do tipo de atividades a que nos referimos pela tipologia de atores, as ONGD mantêm a sua posição de maior representatividade (são também a tipologia de atores mais numerosa), nomeadamente no que se refere ao número de projetos de ED. De salientar, no entanto, o grande aumento de atividades reportadas pelas Entidades Subscritoras do Plano de Ação da ENED (de 4 para 11 nos projetos de ED e de 9 para 15 nas atividades inseridas noutros tipos de projetos).

- A exemplo do ano anterior, existe um número significativo de outro tipo de projetos que englobam atividades de ED e mantém-se a grande expressividade de atividades não inseridas em qualquer tipo de projeto, representando o maior número de atividades reportadas.

- No objetivo 1 (capacitação e diálogo institucional), há a destacar face ao relatório anterior: um aumento considerável relativamente à existência de projetos de ED, de 4 para 10, sobretudo no que respeita às entidades subscritoras do PA da ENED (de 0 para 4). Verifica-se um aumento de atividades inseridas noutro tipo de projeto (de 1 para 3) e uma diminuição das atividades não inseridas em projetos (de 17 para 11), dentro deste objetivo de capacitação das entidades públicas e das organizações da sociedade civil. De realçar que as entidades subscritoras da ENED são as que reportam mais atividades neste objetivo. Face à cobertura das medidas mantém-se a tendência face aos dados dos anos anteriores: as medidas que estão menos cobertas e, portanto, a necessitar de maior atenção, são as 1.4, 1.5 e 1.6, que se referem, respetivamente, à investigação e produção de conhecimento relevante para a capacitação dos atores de ED, à criação de oportunidades regulares de aprofundamento da reflexão e partilha de experiências, informação, metodologias e recursos pedagógicos entre organizações e a mecanismos de consulta e participação no desenho e avaliação dos instrumentos de política na área da ED. Mantém-se, ainda, o ligeiro decréscimo das atividade de organização e dinamização de momentos de troca de experiências sobre ED, quer a nível nacional como a nível internacional (1.7). De realçar a alterações da medida mais coberta deste primeiro objetivo, que deixa de ser a 1.1, ligada à formação de agentes de ED, e passa a ser a 1.2., disponibilização de informação sobre a ED. Esta medida tinha sofrido uma diminuição assinalável no relatório de 2013, quando comparado com os anos anteriores, o que parece indicar que recuperou os seus valores anteriores).

- No objetivo 2, dedicado à educação formal, mantêm-se as tendências relativamente aos projetos de ED (há o aumento de 1 projeto da parte das ONGD). Verifica-se, no entanto, as seguintes alterações: a diminuição de atividades inseridas noutro tipo de projetos (de 8 para 4) e o aumento das atividades não inseridas em projeto (de 16 para 23). De salientar que as ONGD são a tipologia de entidade que mais dados apresenta para este objetivo e que este é o objetivo para o qual as ESE mais contribuem. Relativamente à cobertura das medidas, mantêm-se algumas tendências, como a clara predominância da medida 2.3, relativa à promoção do trabalho colaborativo entre estabelecimentos de educação e outras entidades públicas e da sociedade civil, e o menor relevo das medidas 2.1., 2.4, 2.5 e 2.6, no entanto, há aspetos a salientar: a diminuição do número de referências relativas às medidas do objetivo 2 (de 113, no ano anterior, para 95, no presente relatório); a diminuição da medida 2.1, que se refere à integração da ED na formação inicial de docentes e que no relatório anterior tinha revelado um franco

aumento; a diminuição da medida 2.2, relativa à elaboração e divulgação de materiais pedagógicos. As medidas 2.4 e 2.6, referentes a atividades como a formação contínua para profissionais de educação e a criação de condições para a afirmação das escolas e agrupamentos como organizações de educação para a cidadania que inclua a dimensão do desenvolvimento, veem os seus valores diminuídos. A medida 2.5 mantém-se a medida do objetivo 2 com o menor número de iniciativas reportadas em 2014, evidenciando a necessidade do reforço de trabalhos de investigação em ED nas instituições de ensino superior.

- O objetivo 3, referente à educação não formal, revela também um aumento do número de projetos (de 7 para 11), regressando-se aos valores de 2013. Verifica-se ainda um aumento dos valores das atividades inseridas noutro tipo de projeto e uma diminuição dos valores das atividades não inseridas em projeto. A predominância das ONGD enquanto atores privilegiados neste objetivo mantém-se. No presente relatório verifica-se um franco aumento das referências, ao nível das medidas, no objetivo 3, tendo-se passado de 92 referências, no ano de 2013, para 136, no relatório atual, relativo a 2014. Face à cobertura das medidas, as tendências gerais da distribuição das referências pelas medidas mantêm-se: a medida 3.2, relativa ao incremento de atividade de ED em contexto não formal, mantém-se a mais coberta no objetivo 3, registando-se um aumento dos valores absolutos nas atividades reportadas (contrariamente à situação verificada no ano anterior, no qual se verificava um diminuição); as medidas 3.1, referente à promoção do reconhecimento das organizações da sociedade civil enquanto importantes dinamizadoras de atividades de educação não formal de ED, e 3.4, referente à promoção de materiais e recursos que, no relatório anterior, mantêm-se como as menos expressivas dentro do objetivo. Relativamente à formação de agentes de ED, na medida 3.3, a segunda mais expressiva, verifica-se um ligeiro aumento dos valores. De salientar a franca recuperação do número de atividades da medida 3.5, dedicada à troca de experiências entre educação formal e não formal, a nível nacional e internacional.

- O objetivo 4 está direcionado para atividades de sensibilização e influência política, sendo que as quatro primeiras medidas nos remetem para a sensibilização e as quatro últimas para a influência política. Face a este objetivo, pode concluir-se que houve uma diminuição no número de projetos reportados – de 12 para 10 projetos, regressando-se aos valores de 2013. Verifica-se ainda uma diminuição das atividades inseridas noutro tipo de projeto. Em sentido contrário, observa-se um aumento do número de

atividades não inseridas em projetos reportadas (nesta tipologia, passa-se de 11 para 18). Mantém-se e reforça-se o papel das ONGD na execução de atividades/projetos neste objetivo. Analisando o nível de cobertura das medidas, observa-se um aumento do número de referências às medidas do objetivo 1, de 105 em 2013 para 110 em 2014; a manutenção da grande preponderância da medida 4.1, referente a informação sobre atividades de promoção de ações de sensibilização, reforçando-se ainda o número absoluto de atividades reportadas; a medida 4.3, ligada à sensibilização através da comunicação social, recupera o seu lugar de segunda medida mais coberta que tinha perdido no relatório de 2013, manifestando-se uma diminuição da medida 4.2, que preconiza a “promoção de ações de sensibilização que fomentem as capacidades e competências de concertação entre atores”. Dentro das medidas de influência política (medidas 4.5, 4.6, 4.7 e 4.8) a medida 4.5, relativa à promoção de ações de influência política, mantém o seu lugar de destaque. As medidas 4.4, dedicada à promoção da participação em ações de sensibilização de âmbito internacional que permitam ampliar os respetivos impactos, e 4.7, relativa à promoção de ações de influência política que consolidem a articulação com vários tipos de *media* e jornalistas, apresentam o mesmo valor de referências (7), sendo as que ocupam o último lugar neste relatório.

- Análise por critérios específicos: temáticas, parcerias, públicos, entidades financiadoras e geográficos

- Ao nível das temáticas ou conteúdos analisados, manteve-se a categorização do relatório anterior: temáticas mais trabalhadas, com mais de 60 referências, temáticas mediantemente trabalhadas (entre 30 a 60 referências) e temáticas menos trabalhadas, até 30 referências. Os grupos sofreram apenas ligeiras alterações:

1) temáticas mais trabalhadas, com mais de 60 referências – desenvolvimento, educação e direitos humanos;

2) temáticas mediantemente referidas (entre 30 a 60 referências) – ambiente, capacitação, desigualdades sociais, discriminação, género, globalização, ODM e pobreza. A este grupo juntam-se, este ano consumo sustentável e cultura;

3) temáticas menos trabalhadas, até 30 referências – comércio justo, comunicação, economia, migrações, paz, política, recursos naturais & energia, saúde e segurança alimentar. Diminuem, no ano de 2014, as referências a discriminação.

- Parcerias: observou-se a mesma tendência da prática generalizada de trabalho em parceria verificando-se valores dentro da média dos anos anteriores - 77% projetos realizados em parceria (o relatório do ano anterior apresentava uma percentagem de 80%).

- Públicos: relevância dos seguintes públicos:

Objetivo 1 – Entidades públicas, OSC e jovens.

Objetivo 2 – Professores, alunos dos três níveis de ensino (básico, secundário e universitário) e comunidade escolar;

Objetivo 3 – Estudantes e agentes educativos;

Objetivo 4 – População em geral e decisores técnicos e políticos.

Assinale-se que esta categorização não tem a ver com o número absoluto de públicos destinatários, mas com a frequência de referência aos tipos de público antes identificados.

De salientar, para cada objetivo:

. 1, o fraco reporte de atividades destinadas aos “investigadores”, “técnicos de desenvolvimento” e ao “setor privado”, que, apesar de alguma variação ao longo dos anos, se têm mantido com valores baixos e os valores apresentados pelas ONGD, que apresentam uma acentuada diminuição face ao relatório de 2013;

. 2, o grande aumento das atividades/projetos reportados pelas entidades, apresentando uma grande homogeneidade entre todas as categorias. A forte aposta das ONGD na formação de professores e o carácter transversal da sua atuação, ao estarem representados os diversos níveis de ensino no seu campo de ação. A relevância dada à comunidade escolar como um todo.

. 3, observou-se, a exemplo dos anos anteriores, a predominância dos “agentes educativos” mas acompanhada pela referência a “estudantes”, que sofreu um aumento considerável. De salientar, ainda, nos dados das ONGD, a diminuição acentuada do reporte de atividades, tendência já sentida no ano anterior.

. 4, mantém-se a tendência do grande enfoque na população em geral, facto compreensível num objetivo em parte dedicado à sensibilização.

Este ano voltam a encurtar-se as opções alternativas surgidas, uma vez que em 2012 se apresentaram 13, em 2013 passaram para 20⁴⁵ e, neste relatório, diminuem para 14

- Entidades financiadoras: verifica-se, nos três tipos de instituições, que, geralmente, o financiamento das atividades é misto, ou seja, provém de diversas entidades financiadoras e não de apenas de uma. Mantém-se a predominância da rubrica “fundos próprios” em todo o tipo de entidades, o que significa que grande parte das atividades reportadas é realizada recorrendo em parte ou na totalidade a fundos próprios das instituições. Para além dos fundos próprios convém destacar: o CICL, como entidade financiadora referenciada mais frequentemente, a União Europeia, as entidades de ensino, as autarquias, as fundações, “outras entidades públicas” e “outros nacional”. De salientar que diversas categorias existentes anteriormente não tiveram referências no ano de 2014. Note-se que as percentagens não concernem ao volume de financiamento, mas à frequência de referenciação das entidades financiadoras.

- Cobertura geográfica: salienta-se o valor significativo do somatório das atividades integradas nas categorias “nacional” e “internacional” (ambas somando 68% das atividades/projetos reportados). De uma forma geral, verifica-se que a distribuição geográfica das atividades encontra-se muito relacionada com a existência de atores na mesma Região, com preponderância na Região de Lisboa, nos casos das entidades subscritoras do PA e das ONGD. De salientar, no entanto, um aumento nas referências às regiões Norte, Centro, Alentejo e Algarve mostrando já alguma dinâmica de atores fora da região de Lisboa e Vale do Tejo. Foi visível o quase desaparecimento de valores relativos às Regiões Autónomas, o que estará, decerto, relacionado com o universo de ONGD presentes neste relatório, mas também com o número de organizações não governamentais existentes nessas regiões, bastante reduzido (tendo como base a distribuição geográfica das ONGD inscritas na Plataforma nacional). Nos dados recolhidos junto das ESE, observa-se uma melhor distribuição dos dados, geograficamente, uma vez que também se recolheram dados de mais ESE, distribuídas pelo território nacional.

⁴⁵ Para uma leitura comparativa com 2013, consultar os dados da página 54 e 55 do Relatório de Acompanhamento 2013.

■ Conclusões gerais

- Receberam-se respostas das quatro instituições constituintes da Comissão de Acompanhamento da ENED, das nove demais instituições subscritoras do Plano de Ação da ENED, de 34 ONGD registadas na Plataforma Nacional e de oito Escolas Superiores de Educação.

- Comparativamente ao relatório anterior, podemos verificar que o panorama é idêntico, podendo, no total, contar-se mais uma entidade face ao ano anterior. De salientar que se verificou a manutenção de todos os atores das entidades subscritoras do PA da ENED. Relativamente às ESE e às ONGD, apesar dos números se manterem muito idênticos, houve uma ligeira alteração dos atores tendo havido algumas organizações a sair e outras a entrar no processo.

- Relativamente à participação das ESE, foi mantido o contacto próximo com quase todas, tendo-se reforçado a participação da ESE de Bragança.

- Foram reportados 41 (32%) projetos de ED (mais 8 do que ano anterior), 27 (21%) atividades inseridas noutra tipo de projetos e 59 atividades pontuais (mais 4 do que no ano anterior), não inseridas em nenhum projeto, representando estas 47% das grelhas preenchidas, de um total de 127 (mais 14 do que em 2013).

- Este ano foi acrescentado um dado novo, comparando os dados da planificação com os do relatório de execução. Analisando estes dados, concluiu-se que das 140 grelhas totais recebidas: 96 se referiam a atividades/projetos realizados; 6 a atividades/projetos parcialmente realizadas; 9 a atividades não previstas mas realizadas; 9 foram introduzidas por entidades que não tinham participado no processo de planificação e 13 reportaram a impossibilidade de cumprir algo previsto durante o processo da planificação.

- No ano de 2014, realizou-se o I Fórum de ED, na Sala do Senado da Assembleia da República, dedicado ao tema “A importância do exercício da cidadania global”, o que permitiu um maior debate político sobre a ED e contribuiu para estreitar os laços entre as várias entidades subscritoras do Plano de Ação e destas com os decisores políticos. No Fórum foi ainda lançado o relatório do *Peer-Review* do GENE, culminar do processo realizado durante o ano de 2013.

- Das atividades transversais de planificação, acompanhamento e avaliação da ENED, foram levados a cabo, durante o ano de 2014: um exercício de planificação anual (2014), um relatório de acompanhamento (2013), três

encontros entre as entidades subscritoras do Plano de Ação da ENED (mais um do que o previsto) e 12 reuniões da Comissão de Acompanhamento.

- No processo de recolha dos dados, verificou-se que sendo os contactos demasiado assentes numa pessoa individualizada nas organizações e o processo de apropriação institucional mais frágil, o risco de se perder a participação da entidade é maior, uma vez que, saindo a pessoa de contacto, também se corre o risco de se perder a participação da entidade.

Recomendações

1. Que se prossiga com o reforço das tipologias de ação que têm obtido menos atenção, nomeadamente: a promoção de ações, projetos e encontros a nível regional envolvendo estabelecimentos de ensino e atores de ED; a formação de agentes de ED, tanto no quadro da educação formal, como no da educação não formal (não obstante as melhorias registadas nesta última); todas as tipologias relacionadas com as ações de capacitação e de diálogo institucional e de influência política.
2. Que se continue a incentivar o trabalho em rede entre atores de ED de diferentes regiões do país, designadamente, envolvendo novos atores relevantes, com vista a uma distribuição de iniciativas de ED territorialmente mais equilibrada, capaz de aproveitar sinergias de recursos dos diferentes atores e potenciar a ação dos mesmos em espaços mais alargados.
3. Que se dê continuidade à promoção da integração da ED na formação de docentes através de projetos de investigação que articulem iniciativas de instituições do ensino superior, estabelecimentos de educação e ensino não superior, ONGD e outras organizações públicas e da sociedade civil.
4. Que se prossiga no desenvolvimento de esforços no sentido de aumentar e diversificar os financiamentos disponíveis para a concretização da Estratégia.
5. Que se mantenha o esforço de procura de sistematização da informação financeira relativa aos projetos de ED que permita apresentar de modo fiável e claro a repartição dos volumes financeiros despendidos por cada entidade, anualmente, na sua execução.
6. Que se persista nos esforços de avaliação das atividades de ED e se continue a dar uma particular atenção à sistematização e partilha de conhecimentos sobre a teoria e a prática nesta matéria.

7. Que se aproveite o momento da avaliação externa da ENED para realizar um processo participado de reflexão, debate e aprendizagem, que tenha em atenção lições aprendidas a nível internacional neste domínio, e que se constitua como um dos pilares do caminho a fazer-se no futuro.
8. Que se promova a reflexão sobre a natureza das atividades de ED e a necessidade de reforçar a sua consistência como parte integrante de projetos de ED, de planos e de estratégias, ao invés da predominância da realização de atividades pontuais.
9. Que, tendo em conta o caráter bem sucedido do I Fórum de ED, realizado na Assembleia da República, se continue a criar espaços para um maior debate político sobre a ED e para estreitar os laços entre as várias entidades subscritoras do Plano de Ação e destas com os decisores políticos.
10. Que se persevere em contribuir para uma maior apropriação institucional da ENED por parte dos atores de ED, no sentido da plena efetivação da mesma.

G – ANEXOS

- 1 - Termos de referência do próprio relatório
- 2 - Quadro das entidades que foram contactadas e sua adesão
- 3 - Projetos aprovados na linha de financiamento de ED do CICL, em 2014
- 4 - Algumas referências e atividades internacionais relacionadas com a ENED
- 5 - Apresentação sumária dos projetos e atividades reportados

ANEXO 1

Termos de Referência

Relatório de Acompanhamento da ENED - 2014

1. Enquadramento

Em 26 de novembro de 2009, foi publicado em Diário da República o documento de orientação da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2010-2015 (ENED), aprovado através de despacho conjunto do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação e do Secretário de Estado Adjunto e da Educação. A 22 de abril de 2010, o respetivo Plano de Ação foi subscrito, através de protocolo, por 14 instituições públicas e organizações da sociedade civil envolvidas no processo de elaboração:

- IPAD (atual Camões – Instituto da Cooperação e da Língua);
- DGIDC - Direção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular do Ministério da Educação (atual DGE - Direção-Geral da Educação);
- Plataforma Portuguesa das ONGD;
- CIDAC – Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral;
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA);
- ACIDI – Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural (atual Alto Comissariado para as Migrações);
- APEDI – Associação de Professores para a Educação Intercultural;
- ARIPESE - Associação de Reflexão e Intervenção na Política educativa das Escolas Superiores de Educação;
- Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género;
- Comissão Nacional Justiça e Paz;
- Comissão Nacional da UNESCO;
- Conselho Nacional da Juventude;
- CPADA – Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente;

- IPJ - Instituto Português da Juventude (atual Instituto Português do Desporto e Juventude).

O documento de orientação contempla 4 objetivos específicos e 26 medidas. O Plano de Ação compreende 57 tipologias de atividades e indicadores, cujo seguimento incumbe a uma Comissão de Acompanhamento composta por 4 das 14 entidades subscritoras, a saber: CICL; DGE; Plataforma Portuguesa das ONGD; CIDAC. O Plano de Ação contempla a elaboração de um relatório anual de acompanhamento da ENED, aqui designado de relatório anual global de atividades da ENED.

No seguimento da subscrição do Plano de Ação, foram concebidos um calendário de planeamento e um dispositivo de acompanhamento e avaliação, que carecem da devida operacionalização.

Neste dispositivo de acompanhamento e avaliação, encontram-se previstos os instrumentos para a elaboração do relatório anual global de atividades da ENED.

2. Objetivos

O principal objetivo do presente relatório é o de monitorizar a execução da ENED em Portugal, no ano de 2014.

Este objetivo geral desdobra-se em diversos objetivos específicos:

- identificar as medidas que estão a ser cobertas e as que não estão a ser cobertas pelas atividades em curso;
- reconhecer os principais atores que intervêm na área de ED em Portugal.
- identificar os públicos-alvo das atividades de ED;
- identificar as temáticas serem trabalhadas pelas organizações;
- identificar as áreas geográficas de maior e de menor intervenção;
- identificar os principais entidades financiadoras das atividades da ENED;
- obter uma perspetiva evolutiva face ao relatório dos anos anteriores;
- ler criticamente os resultados, permitindo formular conclusões e recomendações.

Para além destes objetivos específicos que se pretendem alcançar, também se considera que o relatório anual é um passo importante para:

- analisar o processo de planeamento, acompanhamento e monitorização da ENED, permitindo o ajuste do mesmo;
- contribuir para a avaliação do mecanismo de avaliação da ENED.

3. Metodologia

Os relatórios anuais são elaborados com base na recolha de informação conseguida junto da Comissão de Acompanhamento da ENED, junto das instituições subscritoras do Plano de Ação da ENED, junto das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD) ou doutros atores que concorram para a execução da estratégia nacional.

Esta recolha de dados é realizada tendo por base o dispositivo de acompanhamento e avaliação elaborado para o efeito, tendo sido enviado um formulário online a cada entidade, para que pudesse preencher os respetivos dados.

Os contactos são feitos através do correio eletrónico e por via telefónica, após indicação da Comissão de Acompanhamento.

Os dados recolhidos são tratados estatisticamente de acordo com as linhas de análise definidas pela equipa de avaliação, em conjunto com a Comissão de Acompanhamento.

As sucessivas versões provisórias do relatório devem ser validadas pela Comissão de Acompanhamento e, posteriormente, pelas demais entidades subscritoras do Plano de Ação e por outros intervenientes na recolha de dados.

O relatório anual deve ser elaborado durante o 1.º semestre do ano subsequente ao qual se reporta, no entanto, e uma vez que este ano é o ano final da execução do atual documento da ENED, prevê-se uma 1ª versão do relatório a ser enviada à Comissão de Acompanhamento até ao dia 30 de abril de 2015.

4. Conteúdo

O relatório anual tem a seguinte estrutura:

- Nota introdutória – apresentação do enquadramento da elaboração do relatório; apresentação das entidades responsáveis pelo relatório e pela sua execução;
- Objetivos do relatório – apresentação dos objetivos do relatório;

- Metodologia – apresentação do processo de recolha dos dados; justificação das opções tomadas e das limitações do relatório;
- Apresentação dos dados por tipologia de atividades – apresentação do número de atividades efetuadas em cada tipologia de atividade, para perceção do nível de cobertura da ENED; é importante incluir uma explicação de cada uma das medidas e tipologias, para facilitar a sua compreensão; é ainda essencial ensaiar explicações para as categorias de tipologias inteiramente não cobertas;
- Apresentação de dados por critérios – análise dos dados por critérios pré-definidos; são tidos em conta, sempre que possível, os seguintes critérios: local de realização das atividades, público a quem se dirigem, temáticas, responsáveis pela promoção, execução, parcerias e entidades financiadoras;
- Conclusões e recomendações – apresentação das conclusões e recomendações agrupadas por objetivo; são tidas em conta a existência de efeitos indiretos e as aprendizagens com os processos.
- Anexos – apresentação dos quadros de recolha de dados e de outros documentos importantes; os presentes Termos de Referência também constam dos mesmos anexos.

5. Resultados esperados e cronograma

O cronograma deste último ano de execução da atual ENED é o seguinte:

- Uma recolha dos dados junto às instituições dinamizadoras de atividades da ENED, referidas anteriormente – até março de 2015;
- Uma primeira versão do relatório para aprovação pela Comissão de Acompanhamento – até final de abril de 2015;
- Uma versão do relatório para aprovação pelas diversas instituições que forneceram dados para o relatório anual – até ao final de junho de 2015;
- Uma versão final do relatório anual – até ao final do 1º semestre de 2015.

6. Responsável pela redação

A redação do relatório está a cargo do Gabinete de Estudos para a Educação e Desenvolvimento (GEED) da Escola Superior de Educação (ESE) do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC), uma vez que é a instituição responsável pelo projeto

"Capacitação da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo em Educação para o Desenvolvimento (ED) e em matéria de planeamento, acompanhamento e avaliação da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2010-2015 (ENED)", objeto do contrato-programa celebrado entre o IPAD e a Fundação Fernão de Magalhães para o Desenvolvimento, em nome do IPVC, em 2011.

7. Responsável pela aprovação e divulgação

A aprovação e divulgação do relatório são da competência da Comissão de Acompanhamento da ENED, constituída pelo CICL, pela DGE, pela Plataforma Portuguesa das ONGD e pelo CIDAC.

ANEXO 2

Quadro das entidades que foram contactadas e sua adesão

Comissão de Acompanhamento	Enviam
Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, IP	Só financiador, não executante
CIDAC – Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral	Responde enquanto ONGD
Direção-Geral da Educação	X
Plataforma Portuguesa das ONGD	X

Instituições Públicas	Enviam
APA – Agência Portuguesa do Ambiente	X
ACIDI – Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural	X
CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género	X
Comissão Nacional da UNESCO	X
Instituto Português do Desporto e da Juventude	X
Organizações da Sociedade Civil	Enviam
APEDI – Associação de Professores para a Educação Intercultural	X
ARIPESE	Delega nas ESE
CPADA – Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente (delegou na ASPEA)	X
Comissão Nacional Justiça e Paz	Diz que não tiveram atividades
Conselho Nacional da Juventude	X

ONGD CONTACTADAS – RELATÓRIO 2014	RECOLHA DE DADOS		
	Sem resposta	Responde m que não têm	Enviam
1. ABRAÇO - Associação de Apoio a Pessoas com VIH/SIDA	X		
2. ACEP - Associação para a Cooperação Entre os Povos			X
3. ACGB – Associação de Cooperação com a Guiné-Bissau			X
4. ADDHU - Associação de Defesa dos Direitos Humanos	X		
5. ADPM - Associação de Defesa do Património de Mértola			X
6. ADRA - Associação Adventista para o Desenvol., Recursos e Assistência			X

7. AidGlobal – Acção e Integração para o Desenvolvimento Global			X
8. AJAP - Associação dos Jovens Agricultores de Portugal	X		
9. AMU - Cooperação e Solidariedade Lusófona por um Mundo Unido	X		
10. APCD - Associação Portuguesa de Cultura e Desenvolvimento	X		
11. APDES - Agência Piaget para o Desenvolvimento	X		
12. APF - Associação para o Planeamento da Família			X
13. APOIAR - Associação Portuguesa de Apoio a África	X		
14. ATA - Associação Tropical Agrária	X		
15. Atlas - Associação de Cooperação para o Desenvolvimento	X		
16. Batoto Yetu (Associação Cultural e Juvenil)			X
17. CARITAS PORTUGUESA			X
18. CEAUP - Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto			X
19. CHAPITÔ	X		
20. CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral			X
21. CPR - Conselho Português para os Refugiados			X
22. EAPN Portugal	X		
23. Engenho e Obra - Associação para o Desenvolvimento	X		
24. EPAR - Desenvolvimento, Ensino, Formação e Inserção CLR	X		
25. Equipa d'África (Associação)			X
26. FEC - Fundação Fé e Cooperação			X
27. Fundação Bomfim	X		
28. Fundação Champagnat	X		
29. Fundação Cidade de Lisboa			X
30. Fundação Gonçalo da Silveira			X
31. Fundação Teresa Regojo	X		
32. G.A.S. Porto - Grupo de Acção Social do Porto		X	
33. GRAAL - Associação de Carácter Social e Cultural			X
34. GTO Lx - Grupo Teatro do Oprimido de Lisboa	X		
35. HELPO		X	
36. IED - Instituto de Estudos para o Desenvolvimento	X		
37. IMVF - Instituto Marquês de Valle Flôr			X
38. ISU - Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitária			X
39. Leigos Para o Desenvolvimento		X	
40. Ligar à Vida - Associação de Gestão Humanitária para o Desenvol.	X		
41. Médicos do Mundo	X		
42. Memórias e Gentes - Associação Humanitária	X		
43. Meninos do Mundo	X		
44. MSH - Missão Saúde para a Humanidade	X		
45. MONTE - Desenvolvimento Alentejo Central – ACE			X
46. Mundo a Sorrir - Associação de Médicos Dentistas Solidários			X
47. OIKOS - Cooperação e Desenvolvimento			X
48. OMAS - Leigos da Boa Nova		X	
49. ORBIS - Cooperação e Desenvolvimento			X
50. PAR - Respostas Sociais			X
51. PRO DIGNITATE - Fundação de Direitos Humanos	X		
52. Raia Histórica - Associação de Desenvolvimento do Nordeste da Beira	X		
53. Rosto Solidário - Associação de Desenvolvimento Social e Humano			X

54. Saúde em Português		X	
55. SOLSEF - Sol sem Fronteiras			X
56. SOPRO – Solidariedade e Promoção			X
57. TERRAS DENTRO - Associação para o Desenvolvimento Integrado	X		
58. TESE - Associação para o Desenvolvimento		X	
59. URBÁFRICA/UCCLA – União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa			X
60. UMP – União das Misericórdias Portuguesas	X		
61. UNICEF (Comité Português para a)	X		
62. Veterinários Sem fronteiras	X		
63. VIDA - Voluntariado Internacional para o Desenvolvimento Africano			X
64. VITAE - Associação de Solidariedade e Desenvolvimento Internacional	X		
65. WACT	X		
Totais = 65	31	6	28

ESE	Enviam
Instituto Politécnico de Bragança	X
Instituto Politécnico de Leiria	X
Instituto Politécnico de Lisboa	X
Instituto Politécnico do Porto	X
Instituto Politécnico de Viana do Castelo – Gabinete de Estudos para a Educação e Desenvolvimento	X
Instituto Politécnico de Castelo Branco	X
Instituto Politécnico de Portalegre	X
Instituto Politécnico de Santarém	X

ANEXO 3

Dados relativos aos projetos aprovados na fase de candidatura de 2014, na linha de financiamento do CICL para projetos de ED

	Projeto	Objetivo da ENED
CIDAC	Co-construindo uma Rede de Educação para a Cidadania Global no Meio Escolar (2.ª Fase)	Educação Formal 2.3; 2.6
GRAAL	Banco de Tempo e Comércio Justo: Reforçando Outras Economias (2.ª Fase)	Sensibilização e Influência Política 1.1.2; 1.2.1; 1.2.2; 4.1.1; 4.1.2
IMVF	Desafiar a Crise - Promover a Justiça Global e o Envolvimento dos Cidadãos em Tempos de Incerteza (2.ª Fase)	Sensibilização e Influência Política 4.1.1; 4.3.1; 4.3.2; 4.4.1; 4.6.1; 4.7.1; 4.8.1
IMVF	<i>Landmark</i> : Compras Públicas mais Justas e Sustentáveis (3.ª Fase)	Sensibilização e Influência Política 4.2.1; 4.6.1; 4.7.1
IMVF	Cidades <i>Glocals</i> : Campanha para a Promoção do Desenvolvimento e da Sustentabilidade (3.ª Fase)	Sensibilização e Influência Política 1.1.3; 1.1.2; 1.5.1; 1.7.1; 1.7.2; 4.1.1; 4.1.2; 4.2.2; 4.2.3; 4.2.1; 4.3.2
IMVF	Museu Mundial (2.ª Fase)	Educação Não Formal 3.2; 3.3; 3.4; 3.5
IMVF	Despertar para a Educação Global – Reforçar as Competências dos Membros das Organizações da Sociedade Civil Europeias (2.ª Fase)	Educação Não Formal 3.1; 3.2; 3.3; 3.4; 3.5
OIKOS	<i>Time to Seed</i> : uma Ação Global para Apoiar o papel Crítico da Agricultura Sustentável para Garantir a Segurança Alimentar e a Proteção Ambiental (3.ª Fase)	Sensibilização e Influência Política 4.1.2; 4.3.2.
PAR	Radar: Comunicação e Desenvolvimento - Modo de Usar (1.ª Fase)	Educação Não Formal 1.2; 1.3; 2.3; 3.3; 3.4; 4.3
VIDA	Planeta VIDA - <i>The Next Generation</i> (2.ª Fase)	Educação Formal 1.3.2; 2.6.1; 3.2.1.
AIDGLOBAL	“Educar para Cooperar” - Loures - 3ª edição (2.ª Fase)	Educação Formal 2.1.1; 2.2.1; 2.3.3; 2.4.1; 2.6.1
FEC	Crianças com direitos: Educar para a proteção e defesa universal do direito da criança	Sensibilização e Influência Política 2.2.1; 2.3.1; 2.6.1; 4.1.1; 4.1.2; 4.1.3
CIDAC	Acima da média! Descodificação dos media ao serviço da cidadania global	Capacitação 1.1.2; 1.2.1; 3.2.2
OIKOS	Integrar para Alimentar - Conhecimento, Saúde e Sustentabilidade (1.ª Fase)	4.5; 4.6
ACEP	Aquele outro mundo que é o mundo: o mundo dos media e o mundo do desenvolvimento	Sensibilização e Influência Política 3.2; 3.4; 3.5; 4.2; 4.3

ANEXO 4

Algumas referências e atividades internacionais relacionadas com a ENED

A nível internacional tem sido efetuado um trabalho sistemático através da presença de representantes de Portugal em diversos *fora*, onde a ENED tem sido reconhecida por diversas vezes. Apresentam-se em seguida alguns exemplos deste reconhecimento internacional:

- GENE - Global Education Network Europe:

- Reunião 31 do GENE em Bruxelas (2-4 de outubro): prestação de informação sobre a execução da ENED no quadro do intercâmbio de experiências;
- Várias referências à ENED no quadro de preparação do estudo “GENE Survey on Global Education in Europe”;
- *Peer Review* à ED em Portugal: o relatório final do GENE à ED em Portugal faz vastas referências à ENED; lançamento internacional do relatório do GENE à ED em Portugal (Bruxelas, 3 de outubro); lançamento nacional do relatório em Portugal no quadro do I Fórum de ED, realizado na Assembleia da República (Lisboa, 28 de outubro);

- Centro Norte-Sul do Conselho da Europa:

- Seguimento das recomendações do 2.º Congresso Europeu de Educação Global (Lisboa, 27-28 de setembro de 2012) e preparação do 3.º Congresso (Zagreb, 26-28 de novembro de 2015): menção à ENED em vários documentos.

- Comissão Europeia e Conselho da União Europeia:

- Menção à ENED no quadro de preparação do Ano Europeu para o Desenvolvimento 2015 e no programa nacional português submetido à Comissão Europeia.
- Menção à ENED no quadro de diferentes reuniões e documentos relacionados com o debate em torno dos critérios de seleção dos projetos de ED no âmbito do Programa Temático Organizações da Sociedade Civil e Autoridades Locais no Desenvolvimento.

- Alusão à ENED em vários contributos para o Conselho relativos a diferentes documentos relevantes, designadamente, no quadro da preparação da decisão de instituição do Ano Europeu para o Desenvolvimento 2015.

- Nações Unidas

- Referência à ENED no quadro dos contributos para a preparação da Agenda Pós-2015.

- CAD-OCDE

- Alusão à ENED no quadro dos documentos preparatórios do exame 2015 a Portugal do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE.

ANEXO 5

Apresentação sumária dos projetos e atividades reportados

OBJETIVO 1

Projetos de Educação para o Desenvolvimento

Nome da instituição	Designação do projeto	Descrição das atividades do projeto
Fundação Gonçalo da Silveira (FGS)	Sinergias ED: Conhecer para Melhor Agir - Promoção da Investigação na ED em Portugal	1 - Criação e consolidação de uma linha de investigação em ED no CEAUP; 2- Realização de um inquérito nacional sobre perceções e práticas de ED junto de atores relevantes; 3- Produção de artigos e ensaios de reflexão sobre conceitos, temáticas e metodologias em ED; 4- Criação e edição de uma revista científica digital sobre ED com Peer-Review; 5- Conferência Internacional sobre ED; 6- Prémio "Melhores Artigos em ED "; 7- Identificação e associação ao projeto de Organizações da Sociedade Civil e Instituições do Ensino Superior; 8- Encontros com as Organizações da Sociedade Civil e as Instituições de Ensino Superior associadas ao projeto; 9- Produção de Estudos de Caso de projetos de ED feitos em parceria pelas Organizações da Sociedade Civil e Instituições de Ensino Superior; 10- Divulgação da bibliografia de ED existente nos Centros de Recursos especializados do país; 11- Lançamento e dinamização de um website com informação, comunicações e discussão sobre ED; 12- Construção de materiais e referenciais de formação para a capacitação das OSC e das Instituições de Ensino Superior; 13- Experimentação dos referenciais de ED criados; 14- Encontro final para a apresentação dos referenciais construídos e validados.
Gabinete de Estudos para a Educação e Desenvolvimento - Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo	Capacitação da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo em Educação para o Desenvolvimento (ED) e em matéria de planeamento, acompanhamento e avaliação da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2010-2015 (ENED)	A1,1, Participar na elaboração e aplicar os instrumentos de recolha de dados; A1,2, Tratar, analisar e divulgar os dados recolhidos; A2,1, Recolher e tratar informação dos Planos Anuais das 14 entidades subscritoras do Plano de Ação; A2,2, Elaborar um Plano Anual Global de atividades; A3,1, Recolher e tratar informação dos Relatórios Anuais das 14 entidades subscritoras do Plano de Ação; A3,2, Elaborar um Relatório Anual Global de atividades; A3,3, Elaborar um relatório de Avaliação Intermédia (2012-2013); A3,4, Elaborar um Relatório de Avaliação final (2015-2016); A4,1, Recolher e tratar a informação de apoio à equipa internacional do Global Education Network Europe (GENE) encarregue da realização do peer review (2012-2013); A4,2, Elaborar a memória das duas reuniões anuais com as 16 IP e OSC envolvidas na elaboração da ENED; A5,1, Recolher informação e adquirir recursos bibliográficos e multimédia especializados na área de ED; A5,2, Participar em eventos nacionais e internacionais relevantes para a área de ED; A6,1, Partilhar experiências e aprendizagens com as Escolas Superiores de Educação, no quadro dos encontros anuais da ARIPESE.
ISU – Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitária	Des(envolver): a Educação para o Desenvolvimento no Voluntariado para a Cooperação	Capacitação e acompanhamento das organizações na criação de Programas de Voluntariado para a Cooperação como estratégia de ED; Workshop no Porto: Educação para a Cidadania Global na Gestão de Programas de Voluntariado para a Cooperação; Elaboração de Guia para criação de Programas de Voluntariado para a Cooperação como estratégia de ED.

IMVF - Instituto Marquês de Valle Flôr	Cidades Glocais: Campanha para a Promoção do Desenvolvimento e da Sustentabilidade	A1,1 – Produção de materiais e ferramentas; A1,1,1 - Documentos chave; A1,1,2 - Materiais de campanha; A1,2 – Campanha de Advocacia Glocal; A1,2,1 - Campanhas de Visibilidade Local, Nacional e Transnacional; A1,2,2 - Eventos de campanha local e de visibilidade e mobilização ao longo dos 36 meses; A1,2,3 - Evento Anual de Progresso Local e participação na Conferência Internacional; A2,1 – Monitorização da implementação dos objetivos; A2,1,1 - Formação da equipa de parceiros e produção do programa de formação dos 5 Objetivos para uma Cidade Coerente e Glocal; A2,1,2 - Encontros dos Pontos Focais LA e dos Grupos de Direção Locais; A2,1,3 - Racionalização do processo local – implementação do Plano de Ação; A2,2 - Formação e mobilização; A2,2,1 - Encontros inaugurais; A2,2,2 - Formação das AL – como colocar os 5 Objetivos para uma Cidade Coerente e Glocal; A3,1- Eventos nacionais e conferências internacionais; A3,2 - Partilha de boas práticas; A3,3- Rede de contactos e construção de parcerias
SOPRO - Solidariedade e Promoção	Os ODM e o Voluntariado	Comemoração do Dia Internacional de Luta Contra a Pobreza nas Escolas, 15 Sessões sobre os ODM e o Voluntariado nas Escolas Comemoração do Dia Internacional do Voluntariado
Plataforma Portuguesa das ONGD	Seminário "Educators, Facilitators or Change Makers?" - DEEEP - Project from the Development Awareness Raising and Education Forum	Seminário: "Educators, Facilitators or Change Makers? the role of Development Education in Promotion Systemic Change"
Plataforma Portuguesa das ONGD	Estudo de qualidade e impacto do DEEEP	Projeto de investigação-ação sobre as abordagens de envolvimento dos cidadãos utilizadas pelas organizações-membro do Grupo de Trabalho de Educação para o Desenvolvimento da Plataforma Portuguesa das ONGD
Graal	Banco de Tempo e Comércio Justo: Reforçando Outras Economias	Desenvolvimento de 1 ação de sensibilização sobre valores, princípios e práticas dos Movimentos Banco de Tempo e Comércio Justo e o contributo destas propostas para um modelo de desenvolvimento justo e sustentável, dirigidas às equipas dinamizadoras locais do Banco de tempo; Dinamização de 4 sessões de capacitação das equipas locais dos Bancos de Tempo (Norte/Centro; Grande Lisboa e Sul) preparatórias dos Encontros Regionais de Sensibilização sobre Consumo Responsável; Realização de 3 Encontros Regionais de Sensibilização sobre Consumo Responsável, dirigidos aos membros dos Bancos de Tempo e respetivas comunidades locais; Comemorações do Dia Mundial do Comércio Justo *; Elaboração e divulgação de 3 artigos sobre “Outras Economias”, “Comércio Justo” e “Consumo Responsável”.
ASPEA - Associação Portuguesa de Educação Ambiental	Jornadas Pedagógicas de Educação Ambiental	Conferências, Palestras, Oficinas, Saídas de Campo

ASPEA - Associação Portuguesa de Educação Ambiental	Promover	Comunicações; workshops; saídas de campo; atividades de plantação; recolha de case studies; preparação de documento sobre atividades económicas sustentáveis nos rios
---	----------	---

Atividades inseridas nouro tipo de projetos

Nome da instituição	Designação do projeto	Descrição das atividades do projeto
Alto Comissariado para as Migrações, IP (ACM)	Programa de Apoio ao Associativismo Imigrante 2014 (PAAI 2014)	O PAAI 2014 consiste no apoio financeiro às associações de imigrantes e estrutura-se em três linhas prioritárias de intervenção, a que correspondem três vertentes de apoio: 1) Vertente Acolhimento e Integração – iniciativas de apoio à plena integração dos imigrantes na sociedade, através de projetos dirigidos aos imigrantes e suas famílias, que facilitem o acesso a bens e serviços fundamentais para o exercício de direitos e deveres na sociedade portuguesa; 2) Vertente Valorização da Diversidade – iniciativas que tenham em vista a mudança de mentalidades, a prevenção de atitudes discriminatórias e a promoção de competências de diálogo intercultural; iniciativas de divulgação da cultura do país de origem, como contributo para a construção de um modelo intercultural de sociedade; 3) Vertente Reconhecido Mérito – iniciativas que possuem características particularmente inovadoras e de qualidade reconhecida. Esta última vertente inclui uma alínea específica para Iniciativas desenvolvidas no âmbito da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED).
Plataforma Portuguesa das ONGD	Revista temática da Plataforma sobre questões de Desenvolvimento	Edição de um número especial da Revista Trimestral da Plataforma, especificamente sobre Educação para o Desenvolvimento
Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género - CIG	Programa de Ação Contra a Mutilação Genital Feminina (MGF)	Implementação das medidas de responsabilidade da CIG, a saber, ações de sensibilização sobre as consequências da MGF, em especial ao nível da saúde; Atribuição do Prémio Contra a MGF "Mudar Agora o Futuro" destinado a ONG, em especial de imigrantes; ações de sensibilização dirigidas às comunidades de imigrantes; envolvimento dos meios de comunicação social, em particular a televisão, de divulgação dos efeitos do fenómeno da MGF; implementação do protocolo entre a CIG e a Associação de Estudantes Guineenses de Lisboa.

Atividades não inseridas em projetos

Nome da instituição	Descrição da Atividade
APA - Agência Portuguesa do Ambiente	ECOTECA DO ZAMBUJAL Iniciativas de educação ambiental (EA) e educação para o desenvolvimento sustentável (EDS), em contexto de ED, na sequência do Programa de Acção "Zambujal Melhora", findo em 2012

APA - Agência Portuguesa do Ambiente	SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE CIDADANIA E SUSTENTABILIDADE Seminário nacional fazendo a apresentação pública dos projetos de EA e EDS promovidos por professores em regime de mobilidade ME/MAMAOT no contexto das decisões do GTEAS – Grupo de Trabalho da Educação Ambiental para a Sustentabilidade
Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género	Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica - Linha Verde - e encaminhamento para outras entidades/organizações, a que recorrem membros de comunidades de imigrantes, em especial mulheres imigrantes.
Gabinete de Estudos para a Educação e Desenvolvimento - Escola Superior de Educação / IP Viana do Castelo	Curso Livre “Cooperação, Cidadania e Desenvolvimento” - Curso de introdução à cooperação e educação para o desenvolvimento e voluntariado, fundamental para preparar os candidatos que participam nos projetos de voluntariado para a cooperação e para apoiar na sensibilização e promoção de projetos de Educação para o Desenvolvimento
Gabinete de Estudos para a Educação e Desenvolvimento - Escola Superior de Educação / IP Viana do Castelo	Participação em Congressos/Conferências com comunicações sobre as suas áreas temáticas de trabalho - educação para o desenvolvimento
Gabinete de Estudos para a Educação e Desenvolvimento - Escola Superior de Educação / IP Viana do Castelo	Participação em grupos de investigação sobre as suas temáticas de trabalho – Educação para o Desenvolvimento – em parceria com outras instituições
Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto – CEAUP	Cursos sobre as temáticas da Cooperação, Cidadania e Desenvolvimento - Cursos de introdução à cooperação e educação para o desenvolvimento e voluntariado, fundamental para preparar os candidatos que participam nos projetos de voluntariado para a cooperação e para apoiar na sensibilização e promoção de projetos de Educação para o Desenvolvimento.
Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto – CEAUP	Participação em Congressos/Conferências com comunicações sobre as suas áreas temáticas de trabalho - educação para o desenvolvimento
CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral	Centro de Recursos para o Desenvolvimento, em Lisboa - oferece um acervo documental sobre os PALOP e Timor Leste, antes e depois das independências e sobre questões ligadas ao Desenvolvimento; promove ações de sensibilização e de formação sobre várias temáticas; vende publicações editadas pelo CIDAC
Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto	Ciclo de cinema "Olhar o social, projetar a mudança" _Celebração do Dia Internacional dos Direitos Humanos Está a decorrer na ESE.IPP um Ciclo de Cinema, que começou em outubro 2014 e que continua ainda a decorrer. Os filmes exibidos têm sobretudo que ver com questões sociais diversas, mas não têm necessariamente que ver com a ED. No dia 10 de dezembro, também com o intuito de marcar o dia internacional dos DH, passamos o filme "Mamãs do papelão", seguido de debate, moderado por um representante da Rosto Solidário.
Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto	1ª Mostra de Cinema Anti-Racista (MICAR), promovida pelo SOS Racismo_ Realizou-se no Porto, em Outubro, a 1ª Mostra de Cinema Anti-Racista (MICAR), promovida pelo SOS Racismo. O SOS propôs-se a realizar em algumas instituições de ensino superior um 'Pré-MICAR', que passou essencialmente pela apresentação do documentário dos 25 anos do SOS Racismo e consequente debate e reflexão sobre a temática do Racismo. Na ESE.IPP foram realizadas 3 sessões com estudantes de diferentes cursos e anos.

OBJETIVO 2**Projetos de Educação para o Desenvolvimento**

Nome da instituição	Designação do projeto	Descrição das atividades do projeto
VIDA - Voluntariado Internacional para o Desenvolvimento Africano	PLANETA VIDA - The next generation	Dinamizar, promover e atualizar os conteúdos do Planeta Vida; Apoio à criação de Clubes de Desenvolvimento nas escolas. Realização de uma Oficina de partilha de ferramentas e metodologias com professores.
Direção-Geral da Educação	Programa de Atividades integrado no Contrato-Programa entre DGE, Camões-ICL, CIDAC e Fundação Gonçalo da Silveira	(i) Referencial de Educação para o Desenvolvimento para a educação pré-escolar e para os ensinos básico e secundário: orientação pedagógica; aprovação do documento; tratamento gráfico e divulgação; (ii) Divulgação Web e junto de escolas/agrupamentos de escolas de projetos e outras iniciativas de Educação para o Desenvolvimento; (iii) Ação de formação contínua sobre Educação para o Desenvolvimento: orientação pedagógica; aprovação; solicitação da acreditação.
Fundação Gonçalo da Silveira (FGS)	Site e Newsletter M-Igual?	1 - Atualização do site M-igual? com notícias, no âmbito da Educação para o Desenvolvimento/Educação para a Cidadania Global, direcionadas para escolas, alunos e professores; 2 - Criação e envio de uma newsletter semanal, no âmbito da Educação para o Desenvolvimento/Educação para a Cidadania Global, para agentes educativos que tenham manifestado interesse em receber novidades nesta área; 3 - Interligação e comunicação com os agentes educativos que nos contactam
AIDGLOBAL - Ação e Integração para o Desenvolvimento Global	"Educar para Cooperar" - Loures (3ª edição)	A 1,1 - Planificação e calendarização das atividades na escola parceira; A 1,2 - Apresentação do projeto à comunidade escolar; A 1,3 - Semana de Educação para o Desenvolvimento (planeamento); A 1,4 - Dinamização de um quadro informativo para alunos e professores; A 1,5 - Avaliação diagnóstica (macro) na Escola EB 2,3 do Alto do Moinho; A 2,1 - Planificação da integração das temáticas de ED nas disciplinas; A 2,2 - Abordagem das temáticas de ED nas aulas ; A 2,3 - Avaliação diagnóstica (micro) na turma escolhida; A 3,1 - Ação de informação nos concelhos de turma (planeamento); A 3,2 - Partilha de boas práticas nos Departamentos Disciplinares (planeamento); A 3,3 - Ação de formação para professores do 2º e 3º ciclos da escola (planeamento); A 4,1 - Criação e divulgação de materiais de apoio; A 4,2 - Apresentação pública do projeto ao Concelho de Loures; A 4,3 - Dinamização do site do projeto "Educar para Cooperar" (planeamento); A 4,4 - Disseminação mediática do projeto ; A 4,5 - Participação em Conferências, Seminários e Encontros de professores a nível nacional (planeamento); A 4.6 - Workshops com os discentes de cursos de formação inicial de professores; A 4.7 - Elaboração de um manual com os exemplos de integração da ED no currículo do 2º ciclo; A 4.8 - Encontro de encerramento do projeto.

União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa, UCCLA	Aprender para o Desenvolvimento	Apresentação pública do Projeto; Criação dos Núcleos Municipais de Educação para a Cidadania Global; Creditação e divulgação das Oficinas de Formação; Criação e lançamento da Plataforma Web e Newsletter ESCOLAS DE DESENVOLVIMENTO; Oficinas de Formação de Professores; Workshops escolares de Educação para a Cidadania Global; Debate/ conceção de projetos transdisciplinares; Conceção do projeto comum de Intercâmbio; Implementação e Desenvolvimento dos projetos transdisciplinares; Funcionamento da Plataforma web ESCOLAS DE DESENVOLVIMENTO e disseminação da Newsletter mensal; Fórum MUNDO É AQUI; Edição de material pedagógico; Feira de Projetos, Ideias e Materiais
Associação Sol Sem Fronteiras - Associação de Solidariedade Jovens Sem Fronteiras	Escolinhas Solidárias	Consciencializar crianças e jovens do 1º Ciclo ao Ensino Secundário para as disparidades entre Norte e Sul, promovendo a ação concreta
FEC – Fundação Fé e Cooperação	M&M - Move-te pela Mudança	Atividades de Educação Formal: Sessões de “Formação de Formadores” (professores de EMRC tutores); 6 Reuniões de Trabalho com equipa do Porto; 6 Reuniões de Trabalho em Lisboa/ 1º Ciclo; Tutorias nas escolas já envolvidas (90 horas); Ação de Formação creditada UCP; Acompanhamento dos trabalhos da ação formação; Produção 12 Guiões Pedagógicos; Conceção de protótipo de flashmob Quaresma; Participação em reuniões de professores; Workshop M&M; Comunicação M&M; Programa TV M&M. Atividades de Educação Não Formal: Reuniões de trabalho com 4 Movimentos e Pastoral Juvenil; Conceção Percurso Advento; Conceção Percurso Quaresma; Ação conjunta de Quaresma; Produção de materiais. Capacitação de Organizações Cristãs: Módulo de Formação Fé e Desenvolvimento (Desenvolvimento Humano Integral) - FTUCP; Formação Gestão e Planeamento Projetos; Plano Formação Voluntariado Missionário; Produção de Materiais.
CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral	Co-construindo uma Rede de Educação para a Cidadania Global no meio escolar	Realização de 3 oficinas temáticas e metodológicas a partir de temas escolhidos no âmbito da Rede ECG; apoio ao funcionamento de 2 grupos de trabalho temáticos, por ano, a partir de necessidades expressas pelos atores educativos participantes da Rede ECG; dinamização do funcionamento da Biblioteca Básica do Desenvolvimento; dinamização do funcionamento do Banco de Recursos de ECG; dinamização da comunicação da Rede ECG para o exterior; dinamização do funcionamento da Rede ECG; apoio a 2 dinâmicas locais, por ano, a partir de necessidades locais diagnosticadas pelos atores educativos; realização de uma oficina, por ano, de partilha, metodologicamente orientada, de experiências educativas no âmbito da ECG; realização de 1 Encontro nacional, por ano
ASPEA - Associação Portuguesa de Educação Ambiental	II Fórum Infanto-Juvenil de Coruche	Apresentação de trabalhos escolares, oficinas, saídas de campo, peças de teatro, visita a exposições e mostra de filmes ambientais
Associação Equipa d'África	Braços no Ar	Conhecer as iniciativas da comunidade envolvente; fazer um levantamento das instituições e actividades de cariz social mais próximas, de forma a procurar formas de as divulgar ou apoiar; actividades de animação e apoio a instituições, realizado actividades de voluntariado; recolha de materiais necessários pelas instituições; campanhas de sensibilização junto da comunidade escolar.

Atividades inseridas noutra tipo de projetos

Nome da instituição	Designação do projeto	Descrição das atividades do projeto
Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género	Implementação dos Guiões de Educação Género e Cidadania	Avaliação de 10 oficinas de formação sobre Género e Cidadania, num total de 300h cada, acreditadas pelo CCPFC, promovidas pela DGE e pela CIG, dirigidas a docentes de 10 agrupamentos escolares; avaliação de 6 ações de formação sobre Género e Cidadania, num total de 180h, acreditadas pelo CCPFC, promovidas por 3 instituições de ensino superior com o apoio da CIG, dirigidas a profissionais de educação; realização de 7 ações de formação sobre Género e Cidadania, num total de 196h, acreditadas pelo CCPFC, promovidas por 6 instituições de ensino superior com o apoio da CIG, dirigidas a profissionais de educação.
Comissão Nacional da UNESCO	Década Internacional para Aproximação de Culturas	Foram dinamizadas diversas atividades nas áreas temáticas de atuação da UNESCO (educação, ciência, cultura e comunicação), incluídas no programa de atividades da CNU para 2014. Vários parceiros foram chamados a colaborar, como as Redes UNESCO- Rede de Escolas Associadas da UNESCO; Rede das Bibliotecas Associadas da UNESCO; Centros e Clubes UNESCO, etc)
Comissão Nacional da UNESCO	2014 - Ano Internacional da Cristalografia	Atividades dinamizadas no âmbito das áreas temáticas de atuação da UNESCO (educação, ciência, cultura e comunicação), e inseridas no programa de atividades da CNU para 2014
Escola Superior de Educação de Lisboa do Instituto Politécnico de Lisboa (ESELx)	Educação para a Cidadania Global	(1) Realização de seminários, abertos à comunidade, dinamizados por especialistas de diversas áreas de intervenção e estudo sobre os seguintes temas: Direitos Humanos e da Criança, Cidadania e Género, Educação Sexual, e Educação para o Desenvolvimento. Este conjunto de seminários são uma componente de quatro unidades curriculares(UC) eletivas, com as designações dos temas referidos, integradas no plano de estudos da Licenciatura em Educação Básica. Cada uma destas UC confere 3 créditos e são oferecidas também como UC isoladas, podendo ser frequentada por qualquer interessado; (2) Criação e gestão de uma plataforma on-line dedicada à Educação para o Desenvolvimento, cujo endereço estará presente no site oficial da ESELx. Principais conteúdos: informação sobre os seminários temáticos previstos, divulgação de eventos promovidos pela ESELx e Entidades parceiras neste domínio, publicação de textos de apoio e artigos científicos, descrição dos projetos a decorrer/a desenvolver na ESELx no âmbito da Educação para o Desenvolvimento; (3) Integração, em conjunto com várias universidades europeias, da European Network of Masters in Children's Rights;
Escola Superior Educação/I,P, Santarém	RIQUEB -Projeto Reforço Institucional e Qualitativo do Ensino Básico em S, Tomé e Príncipe	- Elaboração de Manuais de apoio aos docentes de formação inicial da EFOPE - Elaboração de Guias de apoio às atividades de formação contínua - Elaboração de materiais didáticos de apoio à formação de diretores de escolas básicas - Apoio documental aos Centros de Recursos da EFOPE e de Água Grande

Atividades não inseridas em projetos

Nome da instituição	Descrição da Atividade
Escola Superior de Educação de Portalegre	Promoção da educação para o Desenvolvimento na Educação Formal - Análise de conteúdo das unidades curriculares dos cursos de formação de educadores e professores- Educação Básica, Mestrado em Educação Pré-escolar e Mestrado em Ensino do 1º e 2º ciclo do Ensino Básico; Oficina de formação para educadores e professores do 1º ciclo "Educação Alimentar nas Escolas: agir sobre os comportamentos, Oficina de formação para professores de todos os ciclos de estudos: "Currículo na educação básica e contributos para a formação global do aluno/da aluna: construção da identidade de género e cidadania"
Escola Superior de Educação de Castelo Branco	Realização de Seminários no âmbito da Prática de Ensino Supervisionada do curso de Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º ciclo do Ensino Básico com envolvimento das mestrandas, educadores e professores cooperantes e docentes do curso.
APA - Agência Portuguesa do Ambiente	ACÇÕES DE FORMAÇÃO INSERIDAS NO DESENVOLVIMENTO DE PROJECTOS PROMOVIDOS PELAS ONGA VOCACIONADOS PARA O PÚBLICO ESCOLAR Apoio à realização / organização de ações de formação no âmbito do desenvolvimento de projetos promovidos pelas ONGA vocacionados para o público escolar (Eco-Escolas, JRA, Olimpíadas do Ambiente, Jovens Cientistas e Investigadores, ...)
APA - Agência Portuguesa do Ambiente	REGISTO NACIONAL DE ONGA Gestão e manutenção do RNONGA - Registo Nacional de Organizações Não Governamentais na área do Ambiente -, acompanhando-as no cumprimento das exigências para a manutenção desse registo
Fundação Gonçalo da Silveira (FGS)	Colaboração com os 3 Colégios da Companhia de Jesus em Portugal: 1 - Apoio à formação dos grupos de voluntariado dos colégios, na área da Educação para a Cidadania Global; 2 - Apoio a projetos temáticos (Comércio Justo; Direito à Educação); 3 - Colaboração com o grupo "Diálogos" do Instituto Nun'Álvares, na vertente da igualdade do Género.
APEDI-Associação de Professores para a Educação Intercultural	Ação de Formação "A Dança na Escola" - Uma Etapa no Interculturalismo"; Ação de Formação "Madeiras: Tecnologias e Técnicas de Trabalho- Uma Etapa na Interculturalidade - Nível Elementar nos Programas Nacionais de Educação Tecnológica; Ação de Formação "Metais: Tecnologias e Técnicas de Trabalho- Uma 2ª Etapa na Interculturalidade - Nível Elementar nos Programas Nacionais de Educação Tecnológica; Ação de Formação "A Eletricidade: Tecnologias e Técnicas de Trabalho- Uma 3ª Etapa na Interculturalidade - Nível Elementar nos Programas Nacionais de Educação Tecnológica; Ação de Formação "As TIC no Processo de Ensino-Aprendizagem".
Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto	Unidade Curricular opcional para vários cursos da Escola (Educação Social; Educação Musical e Artes Visuais e Tecnologias Artísticas) denominada por "Globalização e Cooperação para o Desenvolvimento" da qual a ED é um dos conteúdos centrais, A UC funcionou pela primeira vez no ano letivo 2012/ 2013 com cerca de 40 estudantes
Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto	Participação no projeto Sinergias ED - integrado no INED (Centro de Investigação da ESE:IPP) _Avaliação externa da primeira ação do projeto "É de género" – Sinergias ED. A Avaliação externa da primeira parte do projeto "É de género" enquadra-se no trabalho que está a ser desenvolvido no âmbito do projeto "Sinergias ED: Conhecer para melhor Agir – promoção da investigação-ação na ED em Portugal", que tem como objetivo geral promover a valorização da ED (Educação para o Desenvolvimento) em Portugal e a qualidade da sua intervenção. Será realizada uma avaliação externa da Formação de formadores/as a Agentes Juvenis em Igualdade de Género no âmbito do projeto É de Género? - Jovens para a Igualdade de Género, Cidadania Global e Desenvolvimento. A metodologia a utilizar será essencialmente qualitativa e terá por base a observação participante ao longo de diferentes momentos da formação.
Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto	Rede de Educação para a cidadania global _Organização de um encontro nacional da REDE na ESE:IPP - fevereiro 2014

Gabinete de Estudos para a Educação e Desenvolvimento - Escola Superior de Educação/ IP Viana do Castelo	Apoio à Unidade Curricular Iniciação à Prática Profissional III da ESE-IPVC - Dinamização de vinte e sete sessões (54 horas) correspondentes ao 2ºciclo do EB da IPP3, em parceria com os agrupamentos de escolas do Concelho, no âmbito da Educação para o Desenvolvimento, Está ainda disponível para todo o acompanhamento aos estagiários e para as visitas às escolas cooperantes
Gabinete de Estudos para a Educação e Desenvolvimento - Escola Superior de Educação/ IP Viana do Castelo	Mestrado de Promoção e Educação para a Saúde e Mestrado de Gestão Artística e Cultural - dinamização de sessões com seminários na área da Educação para o Desenvolvimento
Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto – CEAUP	Mestrado em Estudos Africanos e Mestrado em relações Internacionais, História e Cooperação - dinamização de sessões com seminários na área da Educação para o Desenvolvimento
Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto – CEAUP	Publicação de artigos de temáticas de ED na revista Africana Studia do CEAUP
Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto – CEAUP	Criação/consolidação de uma linha de investigação em ED
CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral	Proposta didática "Conectando Mundos" - plataforma pedagógica com propostas de atividades sobre um tema para trabalho dos alunos/as, dos 6 aos 17 anos, com os seus professores/as.
CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral	Sessões de sensibilização temáticas em escolas dos Ensinos Básico e Secundário, maioritariamente sobre Comércio Justo e Consumo Responsável.
CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral	Orientação de uma aula sobre ED.
CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral	Intercâmbio escolar Alemanha-Portugal
CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral	Participação na Unidade Curricular de Educação para o Desenvolvimento da ESE-IPLx
IMVF - Instituto Marquês de Valle Flôr	A2.1.2 - Encontros dos Pontos Focais LA e dos Grupos de Direção Locais.
Sol Sem Fronteiras	Sessões pontuais de dinâmicas de ENF com jovens do Ensino Secundário
Escola Superior de Educação de Bragança	Realização de um seminário de esclarecimento sobre a ENED
Associação de Defesa do Património de Mértola	Sessões integradas nas Atividades de Enriquecimento Curricular de 3 turmas do concelho de Mértola.

OBJETIVO 3

Projetos de Educação para o Desenvolvimento

Nome da instituição	Designação do projeto	Descrição das atividades do projeto
AIDGLOBAL - Ação e Integração para o Desenvolvimento Global	Dinamização do Movimento Formiga Juju em Portugal	As atividades são: 1 - Leitura dramatizada dos livros "A Formiga Juju e o Sapo Karibu" e "A Formiga Juju e a Cidade das Papaías", seguida da dinamização de sessão de Educação para o Desenvolvimento.
Rosto Solidário (ONGD)	É de Género?	Formação de formadores a agentes juvenis voluntários; Jovens de 10 grupos de jovens formados pelos Agentes Juvenis; Implementação de ações de sensibilização pelos grupos de jovens; Sistematização de práticas e publicação de manual; Ações de sensibilização e divulgação; Em conformidade com o cronograma do projeto, até ao final de 2014, as atividades realizadas do projeto É de Género foram as seguintes: - Formação de Formadores a 20 agentes juvenis voluntários, em Igualdade de Género, Diversidade e Cidadania Global; - Formação a 10 grupos e associações juvenis, sobre os temas principais do projeto, promovida pelos agentes juvenis; - Realização de ações de sensibilização transversais a todo o projeto (particularmente dirigidas às escolas).
IMVF - Instituto Marquês de Valle Flôr	Museu Mundial	A1,1 – Recolha de exemplos de boas práticas metodológicas de educação global; A1,2 – Conduzir um inquérito aos técnicos e visitantes dos museus; A1,3 – Organizar um workshop conceptual para todos os parceiros e outros peritos; A1,4 – Desenvolver 40 ferramentas inovadoras de educação global; A2,1 – Desenvolver e aplicar 10 ferramentas inovadoras de educação global para serem incluídas nas exposições dos museus; A2,2 – Elaborar e divulgar roteiros e catálogos das exposições para visitantes que incluam referências aos temas globais; A2,3 – Organizar 5 formações internas dirigidas aos guias dos museus participantes; A2,4 – Produzir e divulgar um folheto de promoção da educação global nas exposições dos museus; A2,5 – Organizar uma semana de inauguração para cada museu; A2,6 – Ter em exibição nos 5 museus, durante pelo menos um ano, as exposições que incluem as ferramentas inovadoras de educação global; A3,1 – Documentar o desenvolvimento e a produção das ferramentas inovadoras de educação global; A3,2 – Avaliar o uso prático das ferramentas nas exposições; A3,3 – Organizar um workshop de multiplicação com a duração de dois dias; A3,4 – Estabelecer e disseminar uma base de dados de multiplicadores online; A3,5 – Elaborar e disseminar uma versão e-book de 130 páginas da base de dados; A3,6 – Elaborar e divulgar um mini manual de 10 páginas para promover a educação global nos museus; A3,7 – Divulgar a abordagem inovadora em 4 conferências europeias; A4,1 – Organizar 8 cursos de formação externos para técnicos de museus e ONGD; A4,2 – Organizar e promover 8 mesas redondas para museus e ONGD; A5,1 – Estabelecer as regras de gestão global do Projeto num workshop inicial de parceiros; A5,2 – Organizar e orientar 6 reuniões de coordenação e planeamento com todos os parceiros; A5,3 – Organizar 15 reuniões de parceiros via skype; A5,4 – Gerir o sistema de acompanhamento, controlo financeiro, administração e avaliação interna do Projeto; A5,5 – Implementar e monitorizar

		o plano de visibilidade; A5,6 – Participar no Seminários organizados pela EuropeAid; A5,7 – Realizar uma auditoria financeira; A5,8 – Realizar uma avaliação externa
IMVF - Instituto Marquês de Valle Flôr	Despertar para a Educação Global – Reforçar as competências dos membros das Organizações da Sociedade Civil europeias	A1,1 – Elaborar um estudo sobre cursos de formação de educação global e educação de adultos para voluntários em cada país participante; A1,2 – Organizar um workshop sobre teorias e práticas de educação global e educação de adultos; A1,3 – Produzir e aprovar um currículo formativo; A1,3,1 – Organizar 4 reuniões de peritos; A1,3,2 – Organizar 6 reuniões de planeamento; A1,4 – Implementação de 5 cursos de introdução à Educação Global; A1,5 – Implementação de cursos teste em cada país; A1,6 – Desenvolvimento e produção do manual de formação; A2,1 – Organizar o Congresso “WeltWeitWissen”; A2,2 – Workshop de Avaliação; A2,3 – Divulgação do material conceptual a 400 ONGD europeias; A3,1 – Organização de mesas redondas e reuniões com membros do Parlamento, membros do governo, decisores políticos e representantes da sociedade civil em cada país; A3,2 – Evento dentro do edifício do Parlamento; A3,3 – Conferência Regional sobre temas do desenvolvimento; A3,4 – Organizar um diálogo político com atores chave nos ministérios e no parlamento; A4,1 – Estabelecer as regras de gestão global do Projeto; A4,2 – Organizar e orientar 3 reuniões de coordenação e planeamento com todos os parceiros; A4,3 – Gerir o sistema de acompanhamento, controlo financeiro, administração e avaliação interna do Projeto; A4,4 – Realizar uma auditoria financeira; A4,5 – Participar em duas reuniões anuais com a Comissão Europeia; A4,6 – Desenvolver e implementar uma estratégia de comunicação e visibilidade para as atividades do projeto
IMVF - Instituto Marquês de Valle Flôr	Rotas Urbanas Interculturais	A1: Reunião de Lançamento; A2: Pesquisa participativa em "Rotas Urbanas Interculturais" que permitam compreender a contribuição da migração para a sociedade de acolhimento e o valor da diversidade cultural; A3: Identificação de potenciais "guias" migrantes; A4: Identificação dos formadores e definição do programa de formação; A5: 1 Formação em "Rotas Urbanas Interculturais" em Florença, Génova, Lisboa, Marselha, Milão, Paris, Roma e Valencia; A6: Atualização da pesquisa com os formandos; A7: Criação de uma rede europeia de " Rotas Urbanas Interculturais " em matéria de migração ("MygranTour"); A8: Promoção da Campanha de comunicação; A9: Criação e definição de conteúdos para o site "Rotas Urbanas Interculturais"; A10: Definição de módulos pedagógicos e informativos sobre migrações urbana e diversidade cultural, ligados e coordenados com as "Rotas Urbanas Interculturais"; A11: Início das "Rotas Urbanas Interculturais" em Florença, Génova, Lisboa, Marselha, Milão, Paris, Roma e Valencia; A12: Revisão e sistematização da pesquisa; A13: Primeira formação sobre os módulos pedagógicos e informativos desenvolvidos; A14: Início da formação sobre os módulos pedagógicos e informativos desenvolvidos; A15: 2 Formação em "Rotas Urbanas Interculturais" em Florença, Génova, Lisboa, Marselha, Milão, Paris, Roma e Valencia; A16: Recolha de Boas Práticas; A17: Publicação e disseminação dos resultados da pesquisa e das Boas Práticas; A18: Conferência Final em Bruxelas.
FEC - Fundação Fé e Cooperação	aTerra - Políticas Globais e Estratégias Locais para o Desenvolvimento Sustentável	Capacitação e Integração de Pequenos Agricultores e Produtores (Diagnóstico inicial; Plano de Ação; Campanha de Sensibilização pelas Freguesias; Plano de Formação; Recolha e Sistematização de Boas Práticas); Sensibilização e Mobilização de Jovens (Diagnóstico inicial; Plano de ação; Hortas e Oficinas

		Pedagógicas; Workshops Alimentação; Produção de Recursos Pedagógicos; Dinamização de Redes Locais para o Desenvolvimento Sustentável (Plano de Ação Voluntariado Voluntariado; Encontros "À conversa com..." ; Oficinas intergeracionais; Almoço do Mundo; Escola de Verão para o Desenvolvimento Sustentável; Seminários Nacionais para partilha de conhecimentos, Boas Práticas e apresentação de resultados. Plataforma online para partilha de recursos, notícias, sensibilização; Produção de Recursos - Livro digital de Histórias de Vidas Sustentáveis; Sistematização de Estudo de Caso; Participação em Programa de Radio ABC (Ourém) e Lusofonias (Radio SIM)
Conselho Nacional de Juventude	EXERCENDO OS NOSSOS DIREITOS! - DESENVOLVIMENTO DE NOVAS FERRAMENTAS DE APOIO À COESÃO SOCIAL"	Os principais objetivos deste projeto passaram por: • Desenvolver novas ferramentas/atividades de educação não-formal, enquanto metodologia, com vista a apoiar a compreensão dos processos de coesão social dos jovens, na criação de uma sociedade de igualdade de oportunidades, na melhor compreensão dos direitos de diferentes gerações e na luta contra a discriminação com base em características identitárias; • Motivar jovens a fim de desenvolverem e implementarem ações locais, que serviram e servirão como exemplos de boas práticas; • Garantir a transferência dos processos inovadores criados, garantindo por esta via, a qualidade da implementação da metodologia de educação não-formal ao nível europeu, nacional e local. O CNJ, no decorrer da terceira fase do projeto, levou a cabo uma ação formativa dirigida aos membros da bolsa de formadores do CNJ e, contou ainda, com a participação dos membros da bolsa de formadores da Agência Nacional Erasmus + Juventude em Ação, da Associação DINAMO e do Corpo Nacional de Escutas. Esta atividade visou testar as ferramentas criadas no decorrer das fases anteriores do projeto.
Par - Respostas Sociais	Radar - Comunicação e Desenvolvimento	As principais atividades do projeto, são: A1.1 - Criação de página web do projeto, com informação e recursos de apoio sobre a temática da Comunicação das problemáticas do Desenvolvimento; A1.2 - Evento de apresentação pública do projeto; A1.3 - Realização de dois (2) Seminários de âmbito nacional subordinados ao tema da importância da Comunicação Social, e da utilização de uma linguagem tecnicamente correta, na comunicação das problemáticas do Desenvolvimento; A1.4 - Compilação e publicação das principais conclusões dos Seminários; A2.1 - Criação de Grupo de Trabalho Nacional sobre a Ética na Comunicação das problemáticas do Desenvolvimento; A2.2 - Criação de Manual de Ética na Comunicação das problemáticas do Desenvolvimento; A2.3 - Apresentação pública do Manual; A3.1 - Realização de quatro (4) Ações de Formação, com componente teórica e prática, destinadas a técnicos de ONGDS nacionais, estudantes e profissionais da Comunicação Social sobre como comunicar as temáticas do Desenvolvimento com uma linguagem tecnicamente adequada; A3.2 - Compilação e publicação dos melhores trabalhos jornalísticos desenvolvidos durante as Ações de Formação pelos formandos; A3.5 - Cobertura jornalística de evento em país da CPLP.
ASPEA - Associação Portuguesa de Educação Ambiental	Curso de Monitores do Projeto Rios	Saída de Campo; Atividades de Educação Ambiental

ASPEA - Associação Portuguesa de Educação Ambiental	Curso de Monitores de Educação Ambiental	Diversas atividades destinadas a dar aos formandos ferramentas para serem mais eficazes enquanto Monitores de Educação Ambiental; saída de campo
---	--	--

Atividades inseridas noutra tipo de projetos

Nome da instituição	Designação do projeto	Descrição das atividades do projeto
Associação Cultural e Juvenil Batoto Yetu Portugal	Projecto Integrarte	Eixo I: Inclusão escolar e educação não formal: Apoio escolar: Apoio escolar e preparação para testes e exames; Mediação escolar: Articulação com escolas, alunos e familiares, com vista à sinalização e reforço do acompanhamento de alunos com dificuldades escolares (i.e, sucesso letivo, mas também absentismo ou outros problemas de integração escolar), Esta poderá ser realizada individualmente ou em grupo, sendo que as estratégias a adotar serão definidas caso a caso; In,forma-te: Atendimento no domínio da orientação vocacional e construção de projetos de vida, bem como do encaminhamento para respostas de formação; Programa de transição entre ciclos: Programa específico de preparação para a transição entre ciclos letivos (e.g, passagem para o 2º ciclo), a desenvolver entre os meses de abril e junho; Encontros de pais: Estratégias e atividades de formação parental, desenvolvidas individualmente e em grupo, com o objetivo de reforçar as competências parentais e o envolvimento dos familiares na vida dos educandos; Eixo II: Formação profissional e empregabilidade: Espaço emprego: Atendimento na área da procura ativa de emprego, que procurará não só apoiar na procura e resposta a ofertas de emprego, mas também em áreas complementares como a exploração vocacional, preparação para entrevistas de emprego, entre outras; Encaminhamento para formação profissional: Atendimento e encaminhamento para respostas de formação profissional certificada; Estágios: Encaminhamento e acompanhamento de estágios curriculares e extracurriculares, que visam reforçar as competências dos jovens, favorecendo o seu ingresso no mercado laboral; Eixo III: Dinamização comunitária e cidadania: Oficinas artísticas e culturais: Oficinas artísticas e expressivas, em que as crianças e jovens terão oportunidade de experimentar diferentes modalidades artísticas; Clubes interculturais: Dinâmicas de média a longa duração, em que serão utilizadas estratégias artísticas e ferramentas de educação não formal, para desenvolver um trabalho de exploração de diferentes temáticas de cidadania e interculturalidade; Atividades desportivas: Dinâmicas desportivas diversificadas; Atividades lúdico-pedagógicas: Atividades diversificadas (e.g, expressão plástica, jogos de cooperação, visionamento de filmes) de carácter pedagógico;

		Atividades de verão: Atividades lúdicas a realizar no exterior, durante os meses de verão, incluindo visitas, intercâmbios e jogos; Eixo IV: Inclusão digital: CID Formação (jovens): Atividades de formação certificada no âmbito das TIC, com recurso a diferentes currículos e programas de certificação, a desenvolver no espaço CID Formado do projeto ou noutros espaços, em parceria com entidades locais; CID Formação (adultos): Idem, desta feita dirigidas a adultos; CID Escola: Atividade de apoio escolar, recorrendo a ferramentas informáticas, Esta atividade permitirá apoiar as crianças e jovens na realização de trabalhos no computador e pesquisas temáticas, bem como explorar a ferramenta Escola Virtual, da Porto Editora; CID Emprego: Apoio à inserção laboral com recurso a ferramentas informáticas, como a pesquisa de ofertas de emprego em websites, atualização do currículo e carta de apresentação, entre outras vertentes; CID Uso livre: Utilização livre dos computadores, com monitorização de um responsável do projeto, para atividades de interesse pessoal; Eixo V: Empreendedorismo e capacitação: Dinâmicas de apoio à comunidade: Atividades de apoio à comunidade, em diversas vertentes, desenvolvidas pela equipa do projeto ou pelos próprios destinatários; Interligar-te: Iniciativa de capacitação e formação na área do empreendedorismo social e participação cívica, em que os jovens serão incentivados a criarem os seus próprios projetos e atividades; Prémios Integr,arte: Atividade de preparação da entrega de prémios anuais do projeto, em que os jovens, equipa de projeto, parceiros e comunidade, tratarão da seleção dos nomeados nas várias categorias (i.e, sucesso escolar, progressão escolar, voluntário, professor, familiar, empreendedor, desportista, entre outras categorias), bem como da organização logística; Encontro Integr,arte: Encontro anual organizado pelos jovens e equipa técnica do projeto, que serve como momento anual de divulgação e validação do trabalho do projeto, incluindo a entrega dos prémios Integr,arte, atuação de grupos do projeto e apresentação dos resultados anuais, com presença do público-alvo, parceiros e convidados; Concurso de Ideias de Negócio: Concurso anual promovido pelo Programa Escolhas a nível nacional Atividades irão ser dinamizadas no âmbito das áreas temáticas da Comissão Nacional da UNESCO (educação, ciência, cultura e comunicação) e inseridas no programa de atividades da CNU para 2014
Comissão Nacional da UNESCO	2014 - Ano Internacional Agricultura Familiar	
Comissão Nacional da UNESCO	Lançamento de Prémios sob a égide da Comissão nacional da UNESCO	Prémio Criatividade e Inovação - Atividade dinamizadas no âmbito da Rede de Escolas Associadas da UNESCO Prémio de Jornalismo Direitos Humanos e Integração - em parceria com o GMCS - destinado a jornalistas
Comissão Nacional da UNESCO	Celebração de efemérides	Efemérides no âmbito das Nações Unidas e da UNESCO

Comissão Nacional da UNESCO	Encontro Nacional das escolas Associadas da UNESCO	Atividades dinamizadas no âmbito das áreas temáticas de atuação da UNESCO (educação, ciência, cultura e comunicação),
Comissão Nacional da UNESCO	Dinamização de exposições itinerantes e concursos	Atividades dinamizadas nas áreas temáticas de atuação da UNESCO (educação, ciência, cultura e comunicação) e inseridas no plano de atividades da CNU para 2014
Comissão Nacional da UNESCO	Elaboração de materiais pedagógicos	Atividades dinamizadas no âmbito de atuação das áreas temáticas da UNESCO (educação, ciência, cultura e comunicação) e inseridas no plano de atividades da CNU para 2014 Kit Educativo Património Cultural Subaquático Kit Educativo O Património Mundial nas Mãos dos Jovens Folhetos informativos (em português) e edição de publicações
Comissão Nacional da UNESCO	Promoção da aplicação em Portugal de instrumentos normativos da UNESCO	Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural (1972) Convenção para o Património Cultural Subaquático (2001) Convenção para a Proteção do Património Imaterial (2003) Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005)
Comissão Nacional da UNESCO	Realização de ações de formação	Ações de formação realizadas no âmbito das áreas de atuação da UNESCO (educação, ciência, cultura e comunicação) e inseridas no plano de atividades da CNU para 2014
Comissão Nacional da UNESCO	Encontro Nacional dos Centros e Clubes UNESCO	Atividades inseridas no âmbito de atuação das áreas temáticas da UNESCO (educação, ciência, cultura e comunicação) e inseridas no plano de atividades da CNU para 2014
Mundo a Sorrir - Associação de Médicos Dentistas Solidários Portugueses	Promoção da saúde oral	Campanhas de prevenção e promoção da saúde oral, realização de tratamentos dentários e formação aos profissionais de saúde locais.
ORBIS - Cooperação e Desenvolvimento	Trabalho em escolas	Trabalho em escolas (com grupos turma) em que cada grupo é convidado a angariar a quantia de 70€/ano (aprox) para pagamento da propina de ensino secundário. Aos alunos pede-se que não “partilhem”, mas que organizem atividades de sensibilização, divulgação da vida dos estudantes que apoiam, atividades ED, e consequentemente de angariação dos fundos mencionados.
ORBIS - Cooperação e Desenvolvimento	Formação e Voluntariado Internacional Missionário	Projeto de formação e Voluntariado Internacional Missionário

Atividades não inseridas em projetos

Nome da instituição	Descrição da Atividade
Conselho Nacional de Juventude (CNJ)	Universidade de Verão sobre Aconselhamento e Informação aos Jovens. Objetivos: Analisar e apresentar a informação aos jovens tal como prestada na Europa e em África; melhorar a prestação dos serviços de informação aos jovens na Europa e em África; Troca de boas práticas na área da informação aos jovens numa perspetiva global; fomentar a criação de planos de desenvolvimento e parcerias África-Europa na área da informação e aconselhamento aos jovens; melhorar a capacidade dos trabalhadores e organizações de informação aos jovens por forma a aumentar a empregabilidade, saúde, mobilidade e reduzir a pobreza dos jovens numa escala global.
ADRA Portugal	Ateliê de Verão "Cidadãos Exemplares"
APA - Agência Portuguesa do Ambiente	BOLSA DE PROFESSORES AO ABRIGO DO PROTOCOLO DE 2005 ENTRE O MINISTÉRIO QUE TUTELA O AMBIENTE E O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO QUE DESENVOLVEM ACTIVIDADES DE EA E EDS EM ONGA E OUTRAS INSTITUIÇÕES Apoio às entidades que requisitam intervenção para acompanhamento técnico-pedagógico dos seus projetos mediante critérios de avaliação de eficiência e eficácia, e da qualidade dos mesmos
APA - Agência Portuguesa do Ambiente	APOIO A PROJECTOS QUE INCENTIVAM AÇÕES DE EA E EDS Apoio técnico, logístico e financeiro para ações concretas de projetos desenvolvidos por OSC e outras entidades
Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria	Ensino Investigação Intervenção Regional
ISU- Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitária	Formação Geral para o Voluntariado (5 acções)

OBJETIVO 4**Projetos de Educação para o Desenvolvimento**

Nome da instituição	Designação do projeto	Descrição das atividades do projeto
Coligação Nacional da Campanha Global pela Educação	Campanha Global pela Educação (CGE)	A Campanha Global pela Educação (Global Campaign for Education - GCE) é uma coligação internacional de organizações da sociedade civil e ONGs, de sindicatos do mundo educativo, centros escolares e movimentos sociais diversificados, comprometidos com o Direito à Educação, em particular com o alcance do 2º ODM, A principal atividade da Campanha é a Semana de Ação Global pela Educação que, em 2014, teve como tema "Educação inclusiva"
Oikos - Cooperação e Desenvolvimento	Time to Seed/Food we want	Consolidação da plataforma sobre agricultura sustentável e desenvolvimento entre ONG, autoridades públicas e institutos de investigação; Disponibilização da base de dados e do manual sobre agricultura sustentável e desenvolvimento; Continuação da campanha de comunicação (lançamento de vídeos); Manutenção do portal Web; Campanha Educacional nas Escolas; Participação em eventos públicos (feiras e exposições).
Conselho Nacional de Juventude (CNJ)	Diálogo Estruturado Em Movimento	Recolher contributos e auscultar os jovens sobre direitos sociais dos jovens e o seu empoderamento para a participação política. Enquadrado no âmbito do Processo Europeu de Diálogo Estruturado, o CNJ organizou 6 Focus Groups descentralizados que visavam recolher a opinião dos jovens relativamente ao tema da emancipação e da participação política.
Conselho Nacional de Juventude (CNJ)	NFE South R- Evolution	O projeto, que era constituído por uma parceria entre Conselhos Nacionais de Juventude do Sul da Europa, tinha como objetivo o reconhecimento social, político, formal e individual da Educação Não-Formal. Neste âmbito realizaram-se 8 mobilidades internacionais e 3 cursos e-learning. MESA REDONDA - INSTRUMENTOS PARA A VALIDAÇÃO DA EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL: Promover um espaço de partilha de boas práticas e encontrar uma visão ou entendimento comum em Portugal sobre o Reconhecimento e Validação da Educação Não Formal (ENF). A mesa redonda foi parte integrante da agenda do Encontro Intermédio da Bolsa de Formadores do CNJ e do Projeto Europeu "NFE South R- Evolution - Empowering Non Formal Education". Contou com a participação de vários stakeholders nacionais e europeus, tais como: o Instituto do Desporto e da Juventude (IPDJ, I.P); Agência Nacional ERASMUS + JÁ; FCSH-Universidade Nova de Lisboa; Gabinete dos Direitos Sociais, Câmara Municipal de Lisboa (CML); Fórum Europeu de Juventude (YFJ); Fórum Nacional de Juventude da Itália, entre outros. Enquanto instrumento de advocacy, a mesa redonda reforçou o papel do CNJ como interlocutor perante os poderes constituídos.
CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral	Do campo para o prato: o direito à alimentação e à soberania alimentar em debate	2 Círculos de Leitura; 4 conferências; publicação online das 4 conferências; 2 Seminários; 2 entrevistas a órgãos de comunicação de referência; 4 dossiês temáticos digitais; 6 visitas de estudo a 6 experiências de produção e consumo alternativos; 6 sessões coletivas de reflexão sobre as experiências visitadas.

IMVF - Instituto Marquês de Valle Flôr	Desafiar a Crise - Promover a Justiça Global e o envolvimento dos Cidadãos em tempos de incerteza	A1,1 – Organizar um inquérito sobre “Atitudes Públicas em prol do desenvolvimento global” entre 3600 jovens adultos em 6 países; A1,2 – Organizar 18 seminários em universidades, clubes de jovens e movimento de jovens, envolvendo 360 jovens adultos em 6 países, e identificar 60 “defensores globais” em todos os países parceiros; A1,3 – Produzir um Manual de Advocacy para jovens sobre como se podem empenhar nas interdependências globais (120 cópias em papel para os jovens “defensores” e uma versão PDF para a plataforma online); A1,4 – Criar uma plataforma online para a Ação, alojada num site já existente, de forma a atrair e a conseguir a participação ativa de cerca de 1200 pessoas em todos os países; A1,5 – Organizar um Fórum Mundial de Jovens no 2º ano e produzir uma declaração dos jovens; A1,6 – Organizar pelo menos 6 reuniões com diferentes atores a nível europeu para divulgar os resultados da ação em toda a Europa; A1,7 – Desenvolver um conjunto de pelo menos 60 “Diários Globais” para serem publicados na plataforma online; A2,1 – Organizar 6 workshops liderados pelos “defensores globais”, contando com a participação de pelo menos 120 técnicos de ONGD; A2,2 – Organizar 6 webinars com peritos do sul contando com, pelo menos, 120 participantes de ONGD; A2,3 – Envolver representantes da ED dos 27 países membros da UE; A2,4 – Organizar 6 reuniões com representantes de redes de OSC e Plataformas (uma por cada país parceiros) para assegurar que a campanha é disseminada através dos seus canais de advocacy; A3,1 – Mapeamento dos contactos dos media; A3,2 – Produzir um guia para os media, em 6 línguas diferentes, tendo em conta as especificidades de cada país, que será distribuído gratuitamente entre os jornalistas com o objetivo de os informar sobre a abordagem multinível que os media deveriam ter nos assuntos de desenvolvimento; A3,3 – Organizar um total de 6 seminários dirigidos a 240 estudantes de jornalismo em 6 países; A3,4 – Promover a cobertura mediática dos temas de justiça global no âmbito das presidências da Irlanda, Grécia e Itália, em 2013/2014; A4,1 – Uma ação de advocacia a nível local/nacional é levada a cabo em cada um dos países parceiros liderada pelos “defensores globais”; A4,2 – Assegurar que os projetos Presidência da Irlanda, Grécia e Itália em 2013/2014 serão influenciados por esta Ação; A4,3 – É elaborada uma Iniciativa de Cidadania Europeia baseada nos assuntos tratados nesta ação no 2º ano; A5,1 – Coordenação e Gestão do Projeto; A5,2 – Participar na reunião anual da Comissão Europeia em Bruxelas; A5,3 – Desenvolver um plano de ação de visibilidade e comunicação de acordo com as regras da UE; A5,4 – Organizar e orientar 3 reuniões de parceiros e 9 reuniões de coordenação e planeamento, via webex, com todos os parceiros; A5,5 – Monitorizar e avaliar a implementação de atividades, concretização de resultados e objetivos, e fazer a gestão financeira do Projeto, todos os anos a nível interno, e no final do projeto a nível externo
--	---	---

IMVF - Instituto Marquês de Valle Flôr	Sem Fronteiras: Formar, Agir e Empreender	Cursos de Português: conceitos económicos e financeiros; Formação em comunicação para a empregabilidade; Formação para o empreendedorismo; Lançamento do Prémio “Ideias em Grande!” para boas ideias de geração de rendimento; Aconselhamento e apoio técnico-financeiro para o lançamento dos negócios vencedores do prémio; Educação Financeira; Programa de sensibilização intercultural para funcionários bancários; Elaboração de um toolkit sobre serviços financeiros para migrantes, para ser distribuído nas e através das instituições financeiras (Bancos, Agências de Microcrédito e Crédito e Cooperativas); Produção e Disseminação de materiais de comunicação sobre oportunidades de emprego e outras informações relevantes para as comunidades migrantes; Formações profissionais e de atualização e/ou capacitação para os migrantes; Serviço personalizado de aconselhamento para identificação de necessidades de formação vocacional; Produção e Disseminação de um programa de rádio dedicado a tópicos financeiros e económicos relevantes para os migrantes; Participação de diversos representantes de Associações de Migrantes na Academia da Migração Laboral do OIT em Turim; Organização de um evento sobre empreendedores migrantes.
IMVF - Instituto Marquês de Valle Flôr	LANDMARK: Compras Públicas Mais Justas e Sustentáveis	A1,1: Publicação de um estudo sobre experiências com compras públicas sustentáveis e procedimentos de produção e consumo; A1,2: Desenvolver um DVD de sensibilização, programas de formação e materiais, e organizar cursos de formação para os técnicos das Autarquias e seminários de formação de formadores e documentar as boas práticas através da publicação de um conjunto de estudos de caso e da sua promoção a nível internacional; A1,3: Desenvolver mecanismos de análise e verificação de procedimentos de contratação pública socialmente responsável; A1,4: Promover o diálogo com atores-chave tais como municípios e produtores, através da organização de uma série de workshops a nível nacional sobre grupos específicos de produtos; A1,5: Campanha de informação e sensibilização (espetáculos multimédia, conferências de imprensa e workshops)
IMVF - Instituto Marquês de Valle Flôr	Cidades Glociais: Campanha para a Promoção do Desenvolvimento e da Sustentabilidade	A1.1 – Produção de materiais e ferramentas; A1.1.1 - Documentos chave; A1.1.2 - Materiais de campanha; A1.2 – Campanha de Advocacia Glocal; A1.2.1 - Campanhas de Visibilidade Local, Nacional e Transnacional; A1.2.2 - Eventos de campanha local e de visibilidade e mobilização ao longo dos 36 meses; A1.2.3 - Evento Anual de Progresso Local e participação na Conferência Internacional; A2.1 – Monitorização da implementação dos objetivos; A2.1.1 - Formação da equipa de parceiros e produção do programa de formação dos 5 Objetivos para uma Cidade Coerente e Glocal; A2.1.2 - Encontros dos Pontos Focais LA e dos Grupos de Direção Locais; A2.1.3 - Racionalização do processo local – implementação do Plano de Ação; A2.2 - Formação e mobilização; A2.2.1 - Encontros inaugurais; A2.2.2 - Formação das AL – como colocar os 5 Objetivos para uma Cidade Coerente e Glocal; A3.1- Eventos nacionais e conferências internacionais; A3.2 - Partilha de boas práticas; A3.3- Rede de contactos e construção de parcerias.
FEC - Fundação Fé e Cooperação	Semear Portugal, Semear Angola	Diagnóstico sobre a soberania alimentar e políticas setoriais à escala global e local, com enfoque nos casos de Portugal e Angola; Planeamento e preparação dos Estudos de Caso, em Portugal e Angola; Realização dos Estudos de Caso em Portugal e Angola; Conceção da Campanha de sensibilização SEMEAR em torno do tema da soberania alimentar; Dinamização de programas de rádio em Portugal e Angola sobre soberania alimentar; Lançamento e dinamização da Campanha SEMEAR; Participação na reunião do grupo de trabalho da CIDSE sobre soberania alimentar - Food, Agriculture, Sustainable Trade, em Roma, no contexto da Cimeira para a Segurança Alimentar da FAO; Produção do documentário ‘Semear: soberania e direito à alimentação’

ACEP	Projeto "Aquele outro mundo que é o mundo" - o mundo dos media e o mundo do desenvolvimento	Uma iniciativa que pretende contribuir para melhorar a qualidade da relação entre profissionais do jornalismo e comunicação e profissionais do Desenvolvimento, melhorando o conhecimento mútuo entre atores dos media, da comunicação e do desenvolvimento e cooperação. Além de desenvolver espaços de informação, debate e formação especializados, esta ação procurará incentivar a criação de conteúdos públicos sobre o desenvolvimento.
------	---	--

Atividades inseridas noutra tipo de projetos

Nome da instituição	Designação do projeto	Descrição das atividades do projeto
Oikos - Cooperação e Desenvolvimento	MediARTE Norte - Educar para a Igualdade de Género através da Arte Multimédia.	Percursos interativos on line de (in)formação sobre Igualdade de género; Sessões (in)formativas presenciais sobre Igualdade de Género; Formação de Núcleos de Educação para a Cidadania na Região Norte; Criação de uma "Galeria Virtual de PAA" que integram atividades de Género; Concurso de curtas "Muda o filme".
Oikos - Cooperação e Desenvolvimento	Mãos (Re) Forçadas: Contra o Tráfico de Seres Humanos e a Exploração Laboral	Sessões de sensibilização; Workshops (in)formativos; Oficinas de Escrita; Oficinas de Teatro; Oficinas de Fotografia: Exposição Itinerante "Mão (es)forçadas; Ciclo de "Cativeiros"
Fundação Cidade de Lisboa	Projeto Colégio Universitário de Cooperação. Atividade: "A falar é que a gente se entende"	Dinamização de grupos de conversação com imigrantes. Com o apoio de um mediador, promove-se a reflexão sobre vários temas das realidades locais de cada participante, num ambiente descontraído e informal, facilitador da interação, capacidade de expressão na língua portuguesa e diálogo intercultural.
Conselho Português para os Refugiados (CPR)	"RefugInforma-te"	1) XI Congresso do Conselho Português para os Refugiados (CPR), subordinado ao tema "Mediterrâneo, a última fronteira"; 2) Curso de formação para a "Sensibilização sobre Asilo e Refugiados – SAR", via e-learning (2 ações); 3) Iniciativas de sensibilização sobre "Refugiados" nas escolas do 1º ao 3º ciclo e secundário.
APF - Associação para o Planeamento da Família	Projeto Create Youth Network	• Constituição de uma rede de jovens advogados pelo fim da MGF e Casamentos Forçados, oriundos de comunidades afetadas pela MGF • Participação dos mediadores guineenses do projeto "Create Youth Net" em diversas ações na comunidade • Conceito e produção do encontro JUNTOS sobre práticas tradicionais nefastas no âmbito dos projetos europeus Create Youth Net, End FGM e Replace II nos dias 5 e 6 de Junho – Seminários temáticos e culturais destinados à comunidade • Realização de 7 sessões de formação e reuniões para elaboração de plano de ação do grupo de jovens advogados do Projeto Create Youth Network, pelo fim da MGF • Realização de um Flash Mob na estação ferroviária do Cais do Sodré com a participação de cerca de 40 intervenientes e com impacto direto em cerca de 150 pessoas. Até ao final do ano será realizado um vídeo sobre esta atividade que contará com os contributos do evento homólogo ocorrido em Londres e Amsterdão. • Realização de 12 sessões em escolas da região de Lisboa sobre a temática dos Casamentos Forçados e MGF. • Participação em tertúlias no âmbito do projeto em eventos organizados pela Associação Balodiren sobre a temática da MGF

APF - Associação para o Planeamento da Família	Projeto REPLACE	• Elaboração de um plano de intervenção para desenvolver com as comunidades afetadas pela MGF para iniciar em 2015 que visa formar pessoas influentes para serem agentes de mudança junto das suas comunidades. • Desenvolvimento de 16 Focus Group e 25 Entrevistas junto das comunidades afetadas pela MGF em Portugal através de mediadores na comunidade, formados para o efeito. • Desenvolvimento de 5 entrevistas individuais a 5 pessoas influentes das comunidades praticantes
APF - Associação para o Planeamento da Família	Projeto END FGM	• Inauguração oficial do Mural End FGM, na Praça do Intendente em Lisboa, com a presença de várias pessoas da comunidade Guineense. É provavelmente o único grafiti em Portugal (e talvez na Europa) alusivo ao tema da MGF.

Atividades não inseridas em projetos

Nome da instituição	Descrição da Atividade
Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género	Divulgação dos Guiões de Educação Género e Cidadania junto das autarquias e sensibilização, acompanhamento e apoio das mesmas, no quadro dos Planos Municipais para a Igualdade, relativamente à integração da dimensão de género e da igualdade entre os sexos em contexto educativo formal e não formal.
Gabinete de Estudos para a Educação e Desenvolvimento - Escola Superior de Educação / IP Viana do Castelo	Comemoração de efemérides - Semana da Campanha Global pela Educação (abril) Dia Mundial da Diversidade Cultural para o Diálogo e o Desenvolvimento (21 maio), Dia de África (25 maio), Dinamização do Dia Mundial para a Erradicação da Pobreza (17 outubro), Dia Internacional do Voluntariado (5 dezembro), entre outros
Gabinete de Estudos para a Educação e Desenvolvimento - Escola Superior de Educação / IP Viana do Castelo	Promoção, na ESE-IPVC, de um ciclo de cinema comentado com o objetivo de envolver toda a comunidade em tertúlias que possibilitem reflexões sobre temas centrais no mundo atual
Gabinete de Estudos para a Educação e Desenvolvimento - Escola Superior de Educação / IP Viana do Castelo	Dinamização do blogue e da página de facebook do GEED com atividades ou notícias dentro do âmbito de temáticas da ED
Instituto Português do Desporto e Juventude	Criação de área temática com informação sobre ED no Portal da Juventude - http://juventude.gov.pt/Cidadania/Educacao-para-o-Desenvolvimento/Paginas/Educacao-para-o-Desenvolvimento.aspx Divulgação de Faq's sobre a área de ED no Portal da juventude
APA - Agência Portuguesa do Ambiente	CURSOS DE FORMAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO PARA OS TEMAS DA EA E EDS, COM ÊNFASE NA DIMENSÃO AMBIENTAL, PARA ENTIDADES COM AUTORIDADE PARA FAZER CUMPRIR A LEGISLAÇÃO E OS VALORES NESTAS MATÉRIAS Capacitação de agentes especializados no cumprimento da lei na área do ambiente e da sustentabilidade
APA - Agência Portuguesa do Ambiente	INICIATIVAS DIVERSAS E CONCURSOS COM SUPORTE E REPERCUSSÃO NAS REDES SOCIAIS Promoção da sensibilização da população em geral através de iniciativas (concursos, exposições, ...) focalizados em temas da atualidade que se relacionem com o ambiente e o desenvolvimento sustentável, que fomentem a cidadania e o espírito crítico
CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral	1 curso de Formação sobre Aprendizagem Intercultural

CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral	2 cursos de Formação sobre Educação para o Desenvolvimento Sustentável
CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral	1 ação de sensibilização com estudantes universitários sobre Comércio Justo
CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral	Participação numa sessão de sensibilização com estudantes universitários sobre economia social
Conselho Nacional de Juventude	Seminário sobre a Inclusão Social de Jovens - iniciativa inserida no processo de Diálogo Estruturado da UE. Com este projeto pretendemos promover o debate sobre o acesso dos jovens aos direitos sociais, como forma de combate a exclusão social e análise das recomendações e ações que contribuam para a solução dos problemas que os jovens atravessam. Além das vertentes informativa, formativa, de consulta e cultural que terão lugar no decorrer do projeto, pretende-se que haja o empowerment dos jovens participantes, sobre este processo europeu. Com esta conferência pretendemos juntar no mesmo espaço jovens parlamentares, organizações de juventude e os jovens portugueses em geral, de modo que sejam indicadas recomendações conjuntas que possam promover mais oportunidades para que os jovens possam fazer face aos constrangimentos e desafios que se lhes apresentam.
Conselho Nacional de Juventude	Tu na Europa - visa promover a cidadania Europeia, especificamente a participação dos jovens nas eleições para o Parlamento Europeu, capacitando-os para fazer uma escolha informada. As atividades a desenvolver no âmbito deste projeto são: · Produção de materiais de comunicação (imagem, site, vídeos, Guia do Voto, etc) · 7 Seminários regionais, de 1 dia (vertente de capacitação de multiplicadores, formação/informação, promoção de debate e consulta) · Tu na Europa Multiplica-Te (atividades diversas a serem promovidas pelos multiplicadores, tais como workshops, debates, ações de rua, seminários, etc) · Permanente ligação à campanha europeia de League of Young Voters, com utilização de algumas das ferramentas da plataforma europeia; · Torneio de Debates (3 dias) · Debates com Eurodeputados (streaming; 2h30 aprox.) · Processo de consulta a ser promovido em todas as atividades e online · Acompanhar e analisar os resultados das eleições para o PE · Elaboração da Euro-Agenda Jovem 2014-2019 (com base no processo de consulta)
Conselho Nacional de Juventude	II JORNADAS DE EDUCAÇÃO NÃO FORMAL. Objetivos: • Promover um espaço de debate entre os stakeholders que trabalham na área da juventude; • Recolher contributos escritos sobre as temáticas em discussão;

Conselho Nacional de Juventude	Curso de formação em tendências das políticas de juventude, no âmbito da XV edição da Universidade de Juventude e Desenvolvimento (UYD). •Discutir o tema da emancipação jovem e a sua transversalidade nas políticas de Juventude tanto a nível nacional como Europeu; discutir o acesso dos jovens aos seus direitos, emprego jovem e trabalho de qualidade, sustentabilidade das políticas públicas e coesão entre gerações e participação dos jovens na vida democrática; partilha de boas práticas e criação de sinergias em processos de advocacy; fomentar a cooperação entre os parceiros; promover o diálogo e entendimento entre jovens líderes e youth workers; fomentar a cooperação inter-regional de juventude.
ACGB - Associação de Cooperação com a Guiné-Bissau	Exposição sobre os ODM e o enquadramento do trabalho da ACGB nos mesmos: "A ACGB e os ODM"
Cáritas Portuguesa	Campanha "Uma só família humana, alimento para todos" - pretende incluir o direito à alimentação nas legislações nacionais. Pretende, também, discutir o pós-ODM, nomeadamente o pós-ODM 1 mais informações em www.caritas.pt/alimentoparatodos